

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS-PPGSOC/CCH
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALLINE AGUIAR SOARES DO COUTO

INTELECTUAIS E A “CRISE DA DEMOCRACIA”:
Uma análise das operações sociais da circulação internacional de ideias a partir do
livro “Como as Democracias Morrem”

SÃO LUÍS

2025

ALLINE AGUIAR SOARES DO COUTO

INTELECTUAIS E A “CRISE DA DEMOCRACIA”:

**Uma análise das operações sociais da circulação internacional de ideias a partir do
livro “Como as Democracias Morrem”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill.

SÃO LUÍS

2025

ALLINE AGUIAR SOARES DO COUTO

INTELECTUAIS E A “CRISE DA DEMOCRACIA”:

**Uma análise das operações sociais da circulação internacional de ideias a partir do
livro “Como as Democracias Morrem”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Couto, Alline Aguiar Soares do.

INTELECTUAIS E A CRISE DA DEMOCRACIA : uma análise das operações sociais da circulação internacional de ideias a partir do livro Como as Democracias Morrem / Alline Aguiar Soares do Couto. - 2025.

155 f.

Orientador(a): Igor Gastal Grill.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Intelectuais. 2. Circulação Internacional de Ideias. 3. crise da Democracia. 4. Ciências Sociais e Política No Brasil. I. Grill, Igor Gastal. II. Título.

Para Natália Aguiar, com gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as bênçãos concedidas a mim. Agradeço a minha família, Natália Aguiar, Geyna Aguiar, Luís Louseiro e, em especial, a minha irmã Nicole Aguiar, por todo apoio, motivação e auxílio diários.

Agradeço a minha amiga e chefe imediata, Cricielle Muniz, pelo suporte contínuo e por ter me permitido as condições administrativas para poder desenvolver esse trabalho.

Agradeço aos meus professores-orientadores e coordenadores do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais - LEEPOC, Prof. Dr. Igor Gastal Grill e Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis, por todo conhecimento compartilhado, pelos esclarecimentos pacientes e orientações tão importantes para a execução dessa dissertação.

Na oportunidade, agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon (UFSC) e Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (UFMA) pela generosidade em contribuir com a leitura e o exame atento deste trabalho e por fazerem parte desta banca avaliadora.

Agradeço também a todos os meus colegas do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais - LEEPOC e do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, que me auxiliaram com comentários instigantes e contribuições preciosas.

Por fim, agradeço a todos os professores das disciplinas do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, que me presentearam com conhecimento, compartilhamento de experiências e orientações valiosas para o trabalho acadêmico.

RESUMO

A presente dissertação se inscreve na agenda de estudos desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC) voltada à compreensão das *justaposições entre domínios culturais e políticos*. Nesse sentido, examinamos aspectos relacionados à afirmação de determinados “diagnósticos” e “prognósticos” acerca da “crise da democracia” no âmbito acadêmico norte-americano e aos processos de exportação-importação dessas interpretações para o cenário brasileiro recente. Mais especificamente, observamos a relevância do livro “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, nas apropriações e debates contemporâneos sobre o tema. Sendo assim, debruçamo-nos sobre essa “obra” para apreender as operações sociais empreendidas na circulação internacional de ideias entre as discrepantes configurações nacionais. Desse modo, e acionando informações (sobretudo biográficas e conjunturais) de fontes diversas, podemos indicar condicionantes históricos que regem os espaços políticos e universitários nos dois países; as relações assimétricas presentes nas trocas entre as nações; as bases sociais de autoridade dos autores e as características das diferentes edições do trabalho desses dois cientistas políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais. Circulação internacional de ideias. “Crise da democracia”. Ciências Sociais e Política no Brasil.

ABSTRACT

This dissertation is part of the research agenda developed within the Laboratory for Studies on Political and Cultural Elites (LEEPOC), which is dedicated to understanding the intersections between cultural and political domains. In this context, we examine aspects related to the affirmation of specific “diagnoses” and “prognoses” regarding the so-called “crisis of democracy” within the North American academic sphere, as well as the processes of exportation and importation of these interpretations into the recent Brazilian context. More specifically, we investigate the relevance of the book *How Democracies Die*, by Steven Levitsky and Daniel Ziblatt, in contemporary appropriations and debates surrounding this theme. Thus, we focus on this work to apprehend the social operations involved in the international circulation of ideas between distinct national configurations. By drawing on diverse sources—particularly biographical and contextual data—we aim to identify historical determinants that shape the political and academic fields in both countries; the asymmetrical relations embedded in international intellectual exchanges; the social bases of the authors’ authority; and the specific features of the different editions of this work by the two political scientists.

Keywords: Intellectuals; International circulation of ideas; “Crisis of democracy”; Social Sciences and Politics in Brazil.

“Não há democracia efetiva sem um verdadeiro poder crítico.”

(Pierre Bourdieu)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ASSIMETRIAS ESTRUTURADAS E ESTRUTURANTES NO PLANO TRANSNACIONAL	25
1.1 Breve reconstituição histórica da institucionalização da ciência política norte-americana	32
1.2 Breve reconstituição histórica da institucionalização da ciência política brasileira	37
2. “DEMOCRACIA EM CRISE”: CONJUNTURAS CONSIDERADAS “CRÍTICAS” E SEUS INTÉRPRETES NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL	55
2.1 Contexto Norte-Americano: A Ciência Política e acontecimentos recentes produtores da ideia de “crise democrática”	55
2.2 Contexto Brasileiro: A Ciência Política e o conjunto de acontecimentos em domínios recentes produtores da ideia de “crise política”	67
3. INTELLECTUAIS NORTE-AMERICANOS E A RECEPÇÃO DE ENUNCIADOS SOBRE “CRISE DA DEMOCRACIA” NO BRASIL	81
4. OPERAÇÕES SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE IDEIAS A PARTIR DO LIVRO “COMO AS DEMOCRACIAS MORREM”, DE STEVEN LEVITSKY E DANIEL ZIBLATT	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

Intelectuais, enquanto agentes posicionados em espaços de relações sociais, produzem, veiculam e operam representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) sobre o mundo social (Bourdieu, 1996), com atuações historicamente situadas que contribuem para a formulação e reformulação de “classificações objetivas” e “esquemas de classificação” delas decorrentes (Bourdieu, 1996, p. 117). Tais classificações e seus usos são definidos pelos agentes que as mobilizam e as fazem circular nos espaços sociais, conforme interesses e disposições específicas, bem como pela força da “correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 1996, p. 117-118) construída e reforçada por esses agentes sob condições históricas, políticas e econômicas específicas.

Nesse sentido, a fim de compreender os usos e as condicionantes de tais classificações sobre o mundo social, é necessário, primeiramente, realizar uma sociologia dos agentes que as produzem e as veiculam, a saber, os intelectuais. Para isso, é importante dar “tratamento sociológico ao objeto” e, ao mesmo tempo, adotar “uma disposição ativa para utilizá-los de forma adequada, [...] romper com as rotinas do discurso pedagógico para restituir a força heurística aos conceitos e operações mais completamente ‘neutralizados’ pelo ritual da apresentação canônica” (Bourdieu, Passeron, Chamboredon, 2010, p. 12-13). Por tais razões, o trabalho intelectual é observado em sua “dimensão simbólica e prática” (Bourdieu, 2002, p. 01) a partir da análise sociológica dos agentes, tomados em suas posições nos espaços de relações sociais. O intuito é romper com pré-noções, inclusive eruditas, neutralizadoras das ações de agentes intelectuais a fim de revelar lógicas e condicionantes que permeiam a produção e difusão de classificações sobre o mundo social, sob a “forma de um efeito de conhecimento e não de uma determinação mecânica” (Bourdieu, 1996, p. 117).

Neste estudo, parte-se do esquema analítico bourdieusiano, com intuito de evidenciar, nos termos propostos por Bernard Lacroix (1994), a construção de uma classificação objetiva sobre o mundo social, especificamente, a categoria “crise democrática” no cenário político transnacional. Destaque-se que, ao analisar o período que antecedeu as eleições de 22 e 29 de março de 1992, Lacroix (1994) manifestou a preocupação da imprensa francesa em tentar explicar o desinteresse dos eleitores pelos processos eleitorais e outros indícios de despolitização por uma tendência explicativa “característica da expressão espontânea do juízo político” que cunhou e anunciou a denominada “crise da

democracia representativa” na França. Ao avaliar tal cenário, Lacroix (1994) realiza o que chama de “reflexo de vigilância”, distanciando-se do diagnóstico político generalista, e confrontando as posições de analistas e jornalistas franceses, a partir de uma sociologia das relações, ao questionar os mecanismos que os levam a adotar posições semelhantes, ainda que partindo de posições acadêmicas, políticas e sociais diferentes, com o uso imediato da categoria “crise da democracia representativa”. Segundo ele (1994, p.1), trata-se:

d'une 'notion attrape-tout' qui embrasse trop évidemment tous les phénomènes précédents, passe trop vite pour un fait établi, pour ne pas susciter immédiatement un réflexe de vigilance. En évoquant à haute voix ce doute et en prenant de la distance vis-à-vis de ce diagnostic, il me semblait utile de faire part de quelques appréhensions que m'inspiraient le baptême intellectuel et la mise en circulation de l'idée de 'démocratie continue'.

De modo semelhante, ao pretender-se realizar também o “reflexo de vigilância” sobre o cenário político recente e o uso da categoria “crise da democracia” por agentes posicionados no espaço social, parte-se para a análise das operações sociais da circulação internacional de ideias, visto que, de forma diferente ao contexto de análise de Lacroix (1994), que evidenciou o cenário nacional francês, no presente estudo os cenários são transnacionais e envolvem relações entre dois países, a saber, Estados Unidos e Brasil.

Portanto, analisam-se as justaposições entre lógicas e registros acadêmicos, culturais e políticos em espaços transnacionais a partir da análise da mobilização de enunciados sobre “crise democrática” por intelectuais no Brasil e nos Estados Unidos. Dessa forma, o estudo inscreve-se na agenda de pesquisas realizada pelo Laboratório de Estudos em Elites Políticas e Culturais – LEEPOC, coordenado pelos Professores Doutores Igor Grill e Eliana Tavares dos Reis, e que é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCSoc, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Tal análise emerge da constatação da recorrência de citações de autores norte-americanos de Ciência Política em trabalhos acadêmicos brasileiros a respeito da “crise democrática” no Brasil. Inicialmente, quando da aprovação na seleção do mestrado, buscava-se pesquisar a ocorrência de atos de manifestação descritos como “antidemocráticos” na história brasileira recente, utilizando textos que discutiam a “crise da democracia” no Brasil. A partir da leitura de artigos acadêmicos recentes de ciências sociais e, especialmente, de ciência política, observou-se que alguns autores estadunidenses eram referenciados e utilizados, com uma certa frequência, para descrever a referida “crise”, numa construção argumentativa que colocava os dois países (EUA e Brasil) em condições políticas equivalentes. Tal fato, inicialmente tomado como naturalizado, foi posto em questão ao

longo da construção do objeto de pesquisa no decorrer do curso de mestrado, com a orientação dos professores coordenadores do LEEPOC e diante de discussões a respeito da temática com os demais integrantes do referido grupo de pesquisa.

Cumprido destacar que, a partir de problematizações propostas por Grill (2023) e Grill e Reis (2021 e 2023) a respeito de delineamentos de configurações de controvérsias sobre a Amazônia e a Democracia, respectivamente, ocorreu uma mudança de ênfase no presente trabalho, que passou a concentrar-se em analisar as lógicas de produção desses textos nos EUA e de apropriação no Brasil, bem como a relação disso com a construção da categoria “crise da democracia” no cenário brasileiro dos anos 2018 a 2022, nos termos propostos por Bernard Lacroix (1994), quando estudou a ideia de “crise de representação” na França, nos anos 90.

Com a alteração no enfoque da pesquisa, e os esforços de superação de diversas premissões a partir do desenvolvimento das disciplinas do mestrado e do trabalho desenvolvido no LEEPOC, os intelectuais norte-americanos mais citados no Brasil e seus textos, com diagnósticos, descrições e prescrições sobre a democracia, assumiram a centralidade do estudo e, por se tratarem de indivíduos estrangeiros, as “condições sociais de circulação internacional de ideias” (Bourdieu, 2022) também integraram o bojo de análise. Todo esse percurso analítico ressalta a importância de entender, ainda que brevemente, as relações assimétricas nos planos econômicos, políticos, culturais e intelectuais entre Estados Unidos e Brasil e a ciência política norte-americana e a ciência política brasileira.

Por essas razões, as palavras, que antes eram tomadas de forma reificada/naturalizada, logo, com o decorrer do curso e da pesquisa, passaram a ser lidas de forma diferente, considerando suas aplicações, suas interpretações e condicionantes. Passou-se a observar, por exemplo, que no espaço político a palavra democracia tem sido utilizada, ao longo da história, em diferentes acepções, que expressam usos e interesses diversos e que variam conforme o porta-voz, o contexto da enunciação em que se utiliza e a posição nos domínios sociais daquele que a enuncia. Reis e Grill (2023, p. 288) destacam que, “como princípio axiomático e modelo ineludível – que sintetiza valores, procedimentos, instituições e práticas, tanto quanto oportuniza sentidos e usos polissêmicos e polifônicos – a “democracia” e seus produtos estão em constante definição e reparação”.

Dessa forma, a expressão é caracterizada como categoria de disputa, teórica e política, e constitui, dessa maneira, um verdadeiro “bem simbólico” (Bourdieu, 1989), produto de um poder simbólico, o qual corresponde ao:

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder. (Bourdieu, 1989, p. 14-15)

De fato, as diferentes disputas por espaços de poder e os deslocamentos discursivos realizados por meio da categoria “democracia” conduziram à “crença” no termo (Bourdieu, 1989, p. 14), à grande capacidade de mobilização e subversão de discursos a partir dela e à polissemia do vocábulo, que atende aos mais diversos preceitos ao ser utilizada por diferentes agentes, nos mais variados cenários políticos.

Cabe destacar que a utilização do termo “democracia” e suas expressões derivadas ocorre de forma historicamente situada, em diferentes domínios sociais, especialmente entre domínios intelectuais (Grill, Reis, 2016), isto é, entre diversos meios e circuitos acadêmicos de produção e reprodução do conhecimento e, em diferentes contextos nacionais, com a replicação ou o rechaço de modelos de representação sobre a democracia oriundos de diferentes países, com diversas “etapas desse trabalho de conversão coletiva” (Bourdieu, 2002, p. 01). Esses modelos circulam entre os territórios transnacionais de diferentes formas, mobilizados por múltiplos agentes, individuais e coletivos, de forma não espontânea no campo intelectual internacional (Bourdieu, 2002). Isso ocorre porque, nos termos bourdieusianos:

A vida intelectual, como todos os outros espaços sociais, é o lugar de nacionalismos e imperialismos, e os intelectuais veiculam, quase tanto quanto os outros, preconceitos, estereótipos, idéias pré-concebidas, representações muito sumárias, muito elementares, que se alimentam dos acidentes da vida cotidiana, das incompreensões, dos mal-entendidos, das feridas (por exemplo, aquelas que o fato de ser desconhecido em um país estrangeiro pode infligir ao narcisismo). (Bourdieu, 2002, p. 02)

Diante disso, observa-se a ocorrência de “transações de bens simbólicos entre configurações nacionais” (Reis, Pulici, 2023), a partir da qual há um fluxo específico de modelos entre realidades nacionais desigualmente alocadas nas hierarquias do espaço transnacional (Reis, Pulici, 2023). Esse fluxo expõe “formas de imposição ou relações de dominação entre ‘centros’ e ‘periferias’; como dinâmicas ou modalidades de trocas que

envolvem agentes individuais e coletivos desiguais; e como analogias entre universos ou fenômenos ocorrentes em países diferentes” (Reis, Pulici, 2023).

Ademais, esse fluxo de bens também está submetido, como alerta Bourdieu (2002, p. 03), a “efeitos de imposição simbólica, de dominação ou mesmo de limitação”, os quais devem ser levados em consideração quando se analisam as condições em que tais transações ocorrem e por quais agentes são conduzidas. Além disso, Bourdieu também destaca a importância de elucidar o sistema de referências teóricas a partir do qual os enunciados e os modelos de representação social são produzidos e que, comumente, são “esquecidos” nas operações sociais correspondentes à circulação internacional de ideias:

Se “a imigração das ideias”, como diz Marx, raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em -ismo para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define. Por isso, as situações de “imigração” impõem com uma força especial que se torne visível o horizonte de referência o qual, nas situações correntes, pode permanecer em estado implícito. Embora seja escusado dizer que repatriar este produto de exportação implica riscos graves de ingenuidade e de simplificação - e também grandes inconvenientes, pois fornece um instrumento de objetivação. (Bourdieu, 1989, p. 07)

No âmbito intelectual, a mobilização de bens simbólicos, como sistemas de percepção e modelos de representação do mundo político, também ocorre de forma específica e com cada vez maior alcance, devido ao que Gisèle Sapiro (2012, p. 20) descreve como a “emergência do campo intelectual autônomo”, utilizando o referencial histórico da Europa, a partir do século XVIII. Segundo Sapiro (2012), ao analisar o contexto europeu, as razões para a afirmação do campo intelectual estão expressas diante dos seguintes fatos históricos:

A expansão da escolarização, o desenvolvimento das universidades, a ascensão do paradigma científico, a industrialização da produção de impressos contribuem à afirmação do poder simbólico dos “intelectuais” e de sua aparição como categoria social no final do século XIX. [...] O termo deve a esta conjuntura sua ambiguidade original: de fato, ele faz referência tanto ao conjunto dos produtores culturais quanto àqueles que, dentre esses, intervêm no espaço público enquanto tais. A definição política precedeu a definição profissional, que se fixa nos anos 1920. O conceito de campo intelectual permite tomar por objeto a tensão entre estas duas definições, política e profissional. (Sapiro, 2012, p. 20-21)

A afirmação do poder simbólico dos intelectuais se dá mediante a ação de agentes individuais (professores, escritores, editores, pesquisadores, tradutores, dentre outros) e agentes coletivos (editoras, universidades, fundações, *think tanks*, partidos políticos, instituições públicas, agências de fomento de pesquisas, empresas, livrarias, dentre outros),

que mobilizam sistemas de representação e modelos analíticos próprios e importados de outros países para a esfera de atuação nacional, a exemplo do que é descrito por Sergio Miceli (1993), em relação a agentes coletivos quando trata de investimentos de fundações estrangeiras em pesquisas brasileiras, e por Rodrigo Bordignon (2020), em relação a agentes individuais quando descreve sistema de estratégias de reprodução e fluxos de deslocamento – verticais ou horizontais –, caracterizados pela relação entre origens sociais, formação escolar e destino de elites políticas e intelectuais brasileiras no final do século XIX.

Nas duas pesquisas em comento, observa-se a análise da mobilização de recursos de capital simbólico, sendo este um dos fatores determinantes para a “força” das palavras, especialmente as utilizadas por intelectuais que as mobilizam e, ao mesmo tempo, as legitimam, utilizando-se da “caução científica” (Reis, 2023, p. 62) para coadunar teoria e realidade social. Nesse sentido, Eliana Tavares dos Reis (2013) esclarece:

Os “intelectuais” ocupam posição central nas transações culturais como importadores/exportadores de modelos de pensamento, de instituições, de valores etc. São, ao mesmo tempo, produtores e “contrabandistas” por excelência de conceitos, interpretações, temáticas, objetos de luta etc., num trabalho de constante invenção de sua posição específica e de tentativa de acúmulo de recursos autônomos de poder (Badie, 1992:158) em oposição ou cooperação com outras “elites dominantes” (Charle, 1987). (Reis, 2013, p. 26)

Por essas razões, as palavras e seus usos, ainda que mobilizados por intelectuais consagrados, devem ser tomados de forma crítica e vigilante. Nesse sentido, ao partir de uma perspectiva analítica bourdieusiana, a pesquisa busca realizar a análise sociológica das lógicas de produção de enunciados por intelectuais norte-americanos sobre a “crise democrática”, entre os anos de 2018 a 2022, e as lógicas de apropriação desses mesmos enunciados no Brasil, espaço em que estes modelos de representação sobre a democracia foram importados da conjuntura política estadunidense para o contexto nacional.

Para tanto, constatou-se a utilização de enunciados sobre “crise democrática”, mediante a qual é possível constatar número expressivo de citações recorrentes de autores norte-americanos em textos nacionais sobre o sistema democrático brasileiro, os quais são identificados em pesquisa bibliográfica de artigos acadêmicos nacionais a respeito do atual sistema democrático brasileiro. Dessa forma, parte-se da análise da recorrência de citações de enunciados estrangeiros em trabalhos acadêmicos nacionais, tomando o dado de forma objetiva e sociologicamente reflexiva, conforme proposto por Louis Pinto (2020, p. 119):

L’objectivation de cette compétence citationnelle fait partie des conditions de la réflexivité scientifique et l’on peut d’autant plus s’étonner qu’elle soit en quelque

sorte méconnue et abandonnée au simple flair de connaisseurs capables de reconnaître rapidement et sûrement la diversité des logiques de rattachement des noms cités.

De fato, em diferentes textos e trabalhos acadêmicos, de inscrições disciplinares diversas, foi possível identificar a recorrência de trechos dos livros dos escritores norte-americanos Larry Diamond, Steven Levitsky, Daniel Ziblatt e o alemão Yascha Mounk, que escreve em inglês e possui formação e atuação como cientista político nos Estados Unidos. A ênfase na citação dos textos dos autores mencionados é demarcada pelo sentido de analogia em relação aos contextos democráticos norte-americano e brasileiro.

Os termos relativos à “crise democrática” são referendados, na última década, por autores estrangeiros, especialmente os cientistas políticos norte-americanos acima identificados, o que leva a uma sociologia da circulação internacional de ideias, com ênfase na exportação e importação de bens simbólicos, com o investimento no que Reis (2013, p. 23) descreveu como a “investigação de uma economia das trocas simbólicas que abarca as representações (em disputa) e os condicionantes (sociais e históricos) da própria prática das ciências sociais”.

Para tanto, segue-se o percurso metodológico bourdieusiano: situa-se historicamente os espaços das ciências sociais, sobretudo da ciência política, nos países - de produção (Estados Unidos) e recepção (Brasil) de obras sobre a “crise democrática” - como proposto e aplicado por Mario Grynszpan (2012, 2016), acerca da recepção da teoria de elites, produzida no contexto europeu, no contexto norte-americano, a fim de esclarecer a relação entre textos e contextos de produção/recepção de obras sobre a temática democrática na história recente. Em seguida, parte-se para a identificação de agentes situados em um espaço dominante de produção intelectual (EUA), seus perfis e investimentos escolares/acadêmicos, nos termos aplicados por Bourdignon (2020, p. 173). Por fim, descrevem-se as operações sociais da circulação internacional de ideias do livro “Como as Democracias Morrem”, escrito pelos autores norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt e publicado no Brasil em 2018, bem como as apropriações e usos de enunciados transplantados de seu domínio de origem, como proposto por Bourdieu (2002).

Com essa agenda, opta-se por uma abordagem sociológica crítica do tema, cujo poder heurístico já foi demonstrado anteriormente (Grynszpan, 2012), a fim de revelar que as expressões em uso não se impõem naturalmente como uma realidade (Bourdieu, 2002), mas são construtos sociais que estão em constante mobilização por diferentes agentes em diversos domínios sociais (Reis, 2013).

De fato, os autores norte-americanos Larry Diamond, Steven Levitsky, Daniel Ziblatt e o alemão Yascha Mounk (radicado nos EUA e naturalizado norte-americano), ao utilizarem expressões relativas à “crise democrática”, consagram modelos e sistemas democráticos específicos e, ao mesmo tempo, são consagrados por um domínio acadêmico dominante que os nomeia como intérpretes da realidade política, não somente dos EUA, mas de todos os outros países ocidentais, visto que detém a *expertise* para tanto, como descreve Reis (2013, p. 53):

A afirmação do *expert* nos EUA e sua exportação para outros lugares são resultantes do “progresso da divisão do trabalho intelectual”, em que essa figura emerge para apresentar diagnósticos amparados por uma “competência certificada em um domínio particular.

Ademais, da análise do livro e dos autores identificados, é possível observar uma postura de caráter generalista a respeito da categoria “democracia”, a qual é tomada como referencial em sua expressão norte-americana e que é tida como universalista em seus princípios e procedimentos, na forma dada pela Constituição dos Estados Unidos de 1789, sendo replicável às demais nações, a partir de elementos objetivos de caracterização. Isso expõe o caráter universalista específico da Ciência Política norte-americana, como um dos segmentos do imperialismo cultural dos EUA, o qual já foi investigado sociologicamente por alguns autores, como Bourdieu e Wacquant (2002) e Dezalay e Garth (2000). Também evidencia um processo mais amplo de ocidentalização, conforme descrito por Reis (2013, p. 30-31):

O processo de ocidentalização remete muito mais à afirmação dos modelos centrais como ponto de referência, como fontes ideais, dos quais as dinâmicas órfãs não conseguem fugir. Na batalha imperialista pelo monopólio da dominação legítima do mundo (Bourdieu, 2003), a eficácia na afirmação de ‘padrões particulares como padrões universais’ é tanto maior quanto menos são percebidos como imposições pelos dominados, o que é proporcionado pela existência de homologias estruturais entre os dois polos de dominação (Dezalay e Garth, 2000).

Diante disso, os autores identificados se caracterizam, por sua formação e pelos seus investimentos acadêmicos e profissionais, como *experts* e mediadores, conforme descrito por Reis (2013, p. 61), “garantem seu trânsito internacional em diferentes esferas de intervenção, munidos de recursos adquiridos em instituições nos EUA, viabilizando, por esse intermédio, a universalização desses mesmos princípios e a reprodução da hegemonia norte-americana”.

Quando selecionadas, traduzidas, editadas e vendidas no Brasil, as obras desses autores alcançaram números significativos de comercialização e se apresentaram como

referências bibliográficas não somente em domínios intelectuais de ciências sociais brasileiras, mas também ganham expressão nos domínios político, jornalístico, cultural e jurídico, expondo a “edificação de lógicas de dolarização do conhecimento” (Reis, 2013, p. 61).

Observa-se que os enunciados sobre “crise democrática” difundidos por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt destacam o “efeito teórico e prescritivo”, na definição bourdieusiana, que tais expressões recebem no contexto de produção e no de recepção dessas obras, visto que originados de intelectuais autorizados, cientistas políticos de renomadas universidades norte-americanas, e que adotam um “ponto de vista político neutralizado” tido como assegurado por se tratarem de intelectuais/acadêmicos/cientistas (Lacroix, 1994).

No Brasil, tais enunciados também ganham atenção por serem originários da ciência política dos Estados Unidos, um país reconhecido como uma “democracia consolidada”, onde há um “extraordinário crescimento da demanda pela transferência de *insights* a respeito dos padrões de funcionamento das instituições nas democracias liberais” (Lowi, 1994, p. 13). Além disso, no contexto histórico recente, as proximidades entre os dois polos (EUA e Brasil) são evidentes, especialmente no que diz respeito às conjunturas políticas, evidenciando um fluxo de ideais produzidas nos Estados Unidos e importadas para o Brasil.

Esse fluxo de direção única foi definido por Gisèle Sapiro (2016; 2023), quando a autora avaliou essa dinâmica no âmbito das ciências sociais e da política na França, como um fenômeno de “americanização” do conhecimento, que é visível na adoção de metodologias importadas, referenciais teóricos estadunidenses e definição de problemas de pesquisa pautados por uma agenda norte-americana (Sapiro, 2016; 2023). Além disso, a hegemonia da língua inglesa como idioma oficial da ciência global e a pressão por publicação em periódicos internacionais de alto impacto (majoritariamente situados no Norte Global, especialmente nos Estados Unidos) reforçam esse fenômeno (Sapiro, 2016; 2023).

Ademais, cabe destacar que a circulação internacional de ideias também não ocorre de forma aleatória, visto que é profundamente influenciada pelas relações de poder existentes entre os próprios agentes individuais e coletivos. Nesse sentido, enunciados formulados por determinados agentes individuais “ganham” maior enfoque no domínio intelectual a partir de suas inscrições acadêmicas e profissionais, bem como de suas trajetórias, suas redes de contatos e estratégias de reconhecimento ao longo da vida, o que evidencia a importância de uma análise microsociológica, isto é, que alcance os agentes individuais que atuam sobre as operações de circulação internacional de ideias, como proposto por Bourdieu (2002).

Para além disso, é importante destacar que, a partir da análise das credenciais dos autores identificados, é possível avaliar também o “peso” que tais ideias ganham em diferentes contextos, seja dentro de seus países de origem ou em outras nações pelo mundo. O que, segundo Eliana Tavares dos Reis (2013), deve conduzir a uma análise mais atenta sobre as estratégias de legitimação, os desequilíbrios centro-periferia e a necessidade de uma sociologia transnacional das ideias.

Para abarcar com mais detalhamento as operações sociais da circulação internacional e as lógicas de produção e apropriação de enunciados sobre “crise democrática” na história política recente dos EUA e do Brasil, foi necessário realizar a análise da maior recorrência de citações dos textos dos autores identificados no âmbito das ciências sociais brasileiras, e, partir disso, selecionar especificamente uma obra para aplicação eficaz do modelo analítico proposto por Bourdieu (2002), considerando os limites de produção de uma dissertação de mestrado. Por tais razões, o livro “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, foi efetivamente identificado para realizar o esquadramento das operações sociais que determinam a circulação internacional de ideias, conforme descrito por Bourdieu (2002).

A análise de concepções democráticas, originárias de diferentes tradições acadêmicas e de países diversos, permite considerar que as múltiplas conotações, usos e interpretações são determinados por condições sociais e históricas específicas, que atuam em conjunto aos fatores externos e internos ao país. Infere-se que a aceitação ou não de uma análise de origem estrangeira sobre a democracia depende não apenas da credibilidade da pesquisa ou do teor científico do enunciado, mas de uma série de outros fatores que determinam a preponderância de uma análise política, como descrito por Reis e Grill (2023, 290-291):

Sabemos que os fluxos de bens materiais e simbólicos implicam em imposições, seletividades e ajustes, principalmente em função da configuração da sociedade e das lutas que animam as iniciativas importadoras. Os elementos apropriados (sempre parcialmente) podem variar conforme o grau de: legitimidade do centro político nacional; conjunturas propícias à circulação internacional; condições particulares dos investimentos individuais; disputas por posições de liderança; fins (mais ou menos instrumentais ou valorativos) visados (a longo ou curto prazo) com os contrabandos; entre outros. O fato é que nunca englobam totalmente os processos de produção da ordem política e social, nem findam ou se petrificam em determinado estágio.

Proposta Metodológica

Centrado numa perspectiva da sociologia política, o trabalho se desenvolve a partir do referencial de análise descrito por Pierre Bourdieu, para abarcar as condições históricas e sociais que conduzem às operações sociais delimitadoras da circulação internacional de ideias, as quais estão expressas a partir de enunciados ou termos performativos, conforme descreve Bourdieu (2021, p. 247):

A representação do mundo social não é um dado ou, o que equivale à mesma coisa, um registro, um reflexo, mas o produto de incontáveis ações de construção que já estão sempre feitas e sempre a serem refeitas. Ela é registrada em palavras comuns, termos performativos que dão sentido ao mundo social tanto quanto o registram, palavras de ordem que contribuem para produzir a ordem social, informando o pensamento desse mundo e produzindo os grupos que designam e mobilizam.

De fato, parte-se das orientações de estudo da sociologia bourdieusiana, para análise da transação de bens simbólicos situados no tempo e no espaço, em um fluxo centro-periferia do mundo. O objeto de estudo concentra-se então nas trocas internacionais de ideias e suas lógicas de produção e apropriação, isto é, na importação e exportação intelectual realizadas entre os campos de produção e reprodução nos diferentes países (Bourdieu, 2002). Nesse sentido, os espaços internacionais são tomados como espaços de poder e disputa, especialmente no âmbito acadêmico e intelectual, nos quais estratégias especializadas são realizadas, a fim de hierarquizar o mundo social vigente (Dézalay, Madsen, 2013).

A pesquisa investe no “potencial político e analítico de se perceber a produção desse lugar de produção (e circulação) que extrapola o arbitrário das fronteiras nacionais” (Reis, 2013, p. 26), especialmente no âmbito intelectual e de produção escrita, tendo em vista que “a arte de escrever e a arte de representar combinam-se como princípio gerador de práticas e efeitos de fronteiras, ainda que consideravelmente precários” (Reis, Grill, 2016). A adoção do referido modelo metodológico se deve a alguns “ganhos analíticos”, conforme descreve Reis (2013, p. 25):

Entre as vantagens, sublinham-se aquelas apontadas por Anna Boschetti (2006) no que diz respeito à adoção do olhar bifocal que atenta tanto para as estruturas objetivas como para a dimensão subjetiva que constituem a realidade dos fenômenos sociais; o investimento numa dupla historicização tanto dos conceitos e pontos de vista autóctones como do próprio pesquisador que tende irreflexivamente a operar classificações sobre o mundo social conforme suas categorias mentais; e a possibilidade de apreensão das “condições propícias para a mudança” quando se observa o confronto entre ortodoxias (interesse em manter a ordem que legitima seu poder) e heresias (ambições de modificar essa ordem, valorizando seus próprios recursos de poder).

Dessa forma, a partir da escolha de uma obra acadêmica específica, é possível descrever as operações sociais que ocorrem para sua efetiva circulação entre diferentes países, conforme orienta Bourdieu (2002, p. 04):

[...] a transferência de um campo nacional para um outro se faz por meio de uma série de operações sociais: uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? Quem traduz? Quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente “sem etiqueta”) pela editora ([...] e anexando-a a seu próprio ponto de vista e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de chegada e que só raramente realiza o trabalho de reconstrução do campo de origem, em primeiro lugar porque é muito difícil); uma operação de leitura, enfim, com os leitores aplicando à obra categorias de percepção e problemáticas que são produto de um campo de produção diferente.

A proposta é focalizar a propagação dos enunciados performativos, a respeito da “crise democrática” entre os anos de 2018 a 2022, e a relação entre o campo de produção (domínio da ciência política norte-americana) e o campo de reprodução dos referidos enunciados (domínio das ciências sociais brasileiras, especialmente da ciência política no país), com enfoque para os agentes intelectuais que efetivamente realizam o fluxo de deslocamento dessas ideias. Nesse intuito, assim como evidenciado no texto de Silvia Sigal (2012, p. 56) quando ela apresenta seu trabalho sobre a posição dos intelectuais argentinos nos campos cultural e político da década de 70, o presente trabalho tem como enfoque os agentes situados na intersecção desses diferentes domínios no Brasil, com enfoque nas práticas e operações sociais de transação de bens simbólicos, no mesmo sentido que Sigal (2012, p. 56-57):

[...] mais que a evolução ou natureza das ideias, interessam-nos, por um lado, as conexões entre esfera intelectual e esfera política e, por outro lado, discursos e práticas que se apoiam na posse de um saber para legitimar pretensões de intervenção na esfera política. Assim, não consideramos os intelectuais enquanto criadores, educadores ou profissionais, mas como produtores e agentes de circulação de noções comuns, concernentes à ordem social. (Bourricaud, 1980)

O plano de exposição da pesquisa se divide em quatro partes. A primeira parte constituiu-se na análise macrossociológica das condicionantes das relações centro-periferia que demarcam as relações entre Estados Unidos e Brasil. Em seguida, parte-se para análise das condições históricas de formatação e institucionalização da ciência política nos dois países, com enfoque para as intersecções identificadas entre os dois contextos nacionais no processo histórico de autonomização da mesma disciplina teórica.

A segunda parte realiza a contextualização das disputas políticas identificadas no período histórico relativo à vitória presidencial de Donald Trump em 2018 nos Estados

Unidos, com a análise de argumentos de intelectuais norte-americanos que descreveram o cenário político do país como de “crise social e política”, com a consequente afirmação de certos autores em ciência política como intérpretes e porta-vozes da democracia. Da mesma forma, faz-se a contextualização das disputas políticas identificadas no período histórico recente no Brasil (a partir de 2018), com a análise do conjunto de acontecimentos históricos recentes em vários domínios sociais (Grill, Reis, 2016) que conduziram à reprodução da ideia de “crise da democracia”, replicada por diversos intelectuais brasileiros e produzidas/reforçadas pelo jargão da ciência política norte-americana. Com vistas a assegurar o exercício de análise das obras estrangeiras mais relevantes no contexto brasileiro sobre “crise democrática”, restringiu-se ao exame de anais de evento nacional de ciências sociais no Brasil, livros, efetivamente publicados entre 2018-2022, e às publicações de artigos científicos a partir de 2018 no Brasil. A partir do cotejamento dos dados de incidência de citações em textos nacionais, identificou-se a obra com maior impacto/influência no país, a saber, o livro “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt.

Em sequência, realizou-se breve prosopografia com perfis e inscrições acadêmicas e profissionais dos autores, os agentes intelectuais norte-americanos que operacionalizam os enunciados sobre a “crise democrática”. Para fundamentar o exercício prosopográfico, nos termos delineados por Christophe Charle (2006), tomou-se por base o material que eles disponibilizaram em seus sites oficiais, em seus perfis nas universidades que atuam e nas entidades às quais são vinculados nos Estados Unidos. Observou-se a conjugação das seguintes características: 1) autores com socialização no domínio intelectual nos Estados Unidos, com reconhecimento no campo da ciência política norte-americana; 2) “peso da formação universitária” (Reis, 2013, p. 57) com aderência de seus argumentos ao público de esquerda nos EUA e em outros países; 3) investimentos na produção escrita nacional em inglês e parcerias editoriais com outros países, com a realização de traduções em diversos idiomas, entre eles, a língua portuguesa; 4) vínculos sólidos com universidades norte-americanas e *think tanks* internacionais.

Por fim, na quarta parte do trabalho, investigou-se especificamente as operações sociais de seleção, marcação e leitura/interpretação que determinaram a circulação internacional do livro selecionado e dos seus autores, seguindo o protocolo proposto por Pierre Bourdieu (2002) e utilizado por Mario Grynszpan (2012).

Dessa forma, a fim de analisar a operação de seleção, aborda-se o papel da Editora Zahar como agente de mediação editorial e a função da tradução para a língua portuguesa,

bem como a identificação do tradutor da obra. Quanto à operação social de marcação, observam-se as posições e funções simbólicas do prefácio e do prefaciador do livro, bem como os elementos visuais das capas das edições americana e brasileira da obra. Para a análise da operação de leitura/interpretação, é avaliada a recepção acadêmica do texto a partir da identificação de artigos científicos em revistas consagradas de ciência política no Brasil, assim como resenhas sobre o livro. Ademais, é avaliada a inserção curricular da obra mediante a identificação de ementas e projetos pedagógicos, nos quais o texto ocorre como referência bibliográfica, de cursos em diferentes universidades públicas e privadas brasileiras.

Colocou-se em evidência as lógicas políticas e intelectuais das apropriações feitas no Brasil a partir da análise do trabalho acadêmico e da agenda política no campo de reprodução, relacionando as condições de recepção desses enunciados na conjuntura política brasileira recente, a partir do respectivo conjunto de dados produzidos.

1. ASSIMETRIAS ESTRUTURADAS E ESTRUTURANTES NO PLANO TRANSNACIONAL

Com o intuito de analisar e descrever as operações sociais que caracterizam a circulação internacional de ideias, de acordo com as premissas de Bourdieu (2002), é essencial considerar, inicialmente, as assimetrias existentes nas relações entre os países do eixo Norte-Sul no mundo, especialmente, entre Estados Unidos e Brasil. Com a observação primordial de que há profundas desigualdades que se manifestam em diversas áreas, incluindo os âmbitos econômicos, políticos e intelectuais, que impactam diretamente a produção e a circulação do conhecimento reconhecido como acadêmico.

De fato, partindo de um nível macrossociológico de análise, as relações internacionais entre Estados Unidos e Brasil, nações reconhecidas e diferenciadas como do “Norte e Sul globais”, historicamente enquadradas pela dinâmica centro-periferia, constituem um emaranhado de relações assimétricas (Dezalay, Garth, 2000). Elas não se restringem a trocas comerciais ou diplomáticas, mas que se revelam também em complexas redes de influências e dependências que permeiam também as esferas culturais e intelectuais, terrenos onde se disputam distinções, legitimidades e lugares de prestígio no espaço simbólico internacional (Reis, Pulici, 2023).

Além disso, cabe considerar, ainda nessa perspectiva macro, que as relações entre Brasil e Estados Unidos são historicamente caracterizadas por uma considerável assimetria de poder, como definido por Bourdieu (2004) e destacado por Dezalay e Garth (2000), quando especificam as condicionantes históricas para formação do conhecimento técnico-científico, num processo classificado pelos autores como “dolarização”. De fato, as relações econômicas, comerciais, culturais e políticas entre os dois países demonstram que o Brasil, apesar de ser considerado uma “potência regional relevante”, ainda é reconhecido como um país estruturalmente dependente, a exemplo do que descrevem os economistas Moreira, Milani, Pinheiro (2012). Tal condição se reforça, de modo exemplificativo, pela balança comercial entre as duas nações, na qual o Brasil tende a exportar produtos primários e manufaturados, de menor valor agregado, enquanto as importações oriundas dos Estados Unidos se referem a produtos de maior tecnologia e alto valor agregado (Moreira, Milani, Pinheiro, 2012).

Para além do conceito de “dolarização”, processo que dá enfoque à influência norte-americana e sua ressonância nas relações econômicas, comerciais, culturais e políticas, é

importante considerar o que Bertrand Badie e Pierre Birnbaum (1994) denominam de “mundialização” nas estruturas sociais e políticas quando realizam a sociologia do Estado, o que adiciona mais dimensões para a análise das relações entre países do norte-sul globais. A categoria “mundialização” é descrita durante a crítica, realizada por Badie e Birnbaum (1994), à concepção universalista de Estado e o questionamento que os autores fazem em relação ao modelo ocidental. Badie e Birnbaum (1994) descrevem que o Estado moderno é tido como uma construção político-social derivada de rupturas com a ordem feudal e influenciada por elementos da Igreja Católica e do Cristianismo. Os autores prescrevem que não existem um único modelo de Estado e defendem que há diversidade na referida instituição política, especialmente quando contrastam aquilo que denominaram como Estados “fortes” (como o caso francês) e Estados “fracos” (como os anglo-saxões), sobretudo em seus impactos diferenciados sobre a democracia e a ação política coletiva.

A mundialização (ou globalização), segundo os autores, tem desafiado a legitimidade e eficácia do Estado (e suas instituições) diante da sobrecarga de demandas sociais, fiscais e políticas. Segundo Badie e Birnbaum (1994), tal fenômeno ocorre devido à promoção de relações transnacionais, que enfraquecem fronteiras e substituem a centralidade do Estado por redes sociais, econômicas e culturais globais. Nesse sentido, ocorre o que os autores denominam de “fortalecimento das relações transnacionais”, as quais contribuem para que os indivíduos troquem a fidelidade cidadã por “redes de solidariedade” que atravessam territórios e comunidades nacionais. Essas relações transfronteiriças escapam ao controle estatal e ocorrem nas mais diversas dimensões; algo que os autores alertam para uma perda significativa do monopólio estatal sobre a política externa e da soberania de cada país, destacando a relevância do estudo dessas relações.

De fato, como descrito pelos autores, essa dinâmica visualizada no contexto econômico e político também se replica em outros âmbitos, como no cultural, diante da disseminação, a partir do mercado de entretenimento, de hábitos de consumo, “estilos de vida” e do chamado “*american way of life*”; assim como no âmbito político, diante da replicação dos sistemas de representação das relações de poder enraizados no modelo de “democracia liberal” estadunidense. Tal dinâmica revela ainda a clássica divisão internacional de trabalho, onde o centro (EUA) se posiciona de forma dominante em relação à periferia (Brasil), de posição dominada. Esse tipo de relação também é visível nos circuitos acadêmicos e intelectuais transnacionais, sendo determinante no processo de circulação internacional de ideias, como definido por Bourdieu (2002), algo que é possível avaliar numa

abordagem situada entre os níveis macro e microsociológicos, quando se identificam as instituições, as entidades públicas e privadas, os agentes coletivos que atuam nas operações sociais que determinam essa circulação, a qual tem disso comumente demarcada por um fluxo predominantemente unidirecional, do Norte Global para o Sul Global, ou seja, do eixo centro-periferia.

Nesse contexto, as autoras Eliana Tavares dos Reis e Carolina Pulici (2023) propõem e descrevem a “alquimia das trocas assimétricas”, fenômeno em que as causas legítimas (temáticas que se pretendem universais) são promovidas, a partir de mediadores culturais/intelectuais, por meio de eventos, redes de parceiros internacionais, bem como publicações de livros e trabalhos. Essa alquimia expressa interesses diversos entre agentes transnacionais e expõe lógicas de dominação simbólica nas trocas internacionais que, sem um olhar reflexivo e crítico da realidade social, passam como processos naturalizados, desgarrados de condicionantes históricos relevantes (Reis, Pulici, 2023).

Para compreender as condicionantes da circulação internacional de ideias entre Estados Unidos e Brasil, como proposto por Bourdieu (2002), é necessário perceber que esta circulação não ocorre como um fluxo neutro ou horizontal e sim como um processo histórico profundamente condicionado por relações de poder. Nesse sentido, partindo dos domínios nacionais de produção e reprodução de enunciados, é importante destacar a argumentação de Gisèle Sapiro (2016; 2023) segundo a qual a tradução e a circulação de obras de Ciências Humanas e Sociais são indicadores valiosos de capital simbólico e da expressão da hegemonia intelectual de determinadas tradições culturais e intelectuais de países em relação a outros países. Tal fato também é perceptível quando se observa a formatação do domínio intelectual da ciência política no Brasil, a qual foi profundamente influenciada e determinada por interesses e relações institucionais e pessoais entre agentes individuais e coletivos norte-americanos e brasileiros.

No ponto, ao concentrar-se a análise sobre os fluxos de ideias e categorias em ciência política, cabe destacar o papel singular que os intelectuais exercem para a veiculação de tais discursos ortodoxos e programas de percepção e representação sobre o mundo social, conforme destacado por Reis (2013, p. 26-27). Além disso, é necessário frisar a função de intermediação política, pela qual os intelectuais “mesclam suas lutas no espaço de produção cultural (leitura de “sentimentos” difusos na população) com as atribuições relacionadas ao destino dos seus países (harmonização e indicação de rumos para a “nação”) (Reis, 2013, p. 32).

De fato, a consagração de enunciados performativos oriundos de intelectuais por essas mesmas enunciações consagrados, numa verdadeira disposição cruzada, revela o grau de legitimidade e o capital simbólico mobilizado nesses discursos, conforme definições bourdieusianas. Sobre as condições para tal valorização do campo intelectual frente a outros campos, Gisèle Sapiro (2012, p. 20) ao analisar o campo intelectual francês, destaca:

A expansão da escolarização, o desenvolvimento das universidades, a ascensão do paradigma científico, a industrialização da produção de impressos contribuem à afirmação do poder simbólico dos intelectuais e de sua aparição como categoria social no final do século XIX.

Sapiro também destaca que o campo intelectual está ‘situado na intersecção do campo político e dos campos de produção cultural específicos’, com participação direta no campo de produção ideológica (2012, p. 21). Além disso, a autora destaca que os intelectuais, de acordo com a estrutura social em quiasmo identificada por Bourdieu, ocupam a parte dominada no seio das classes dominantes, uma vez que despontam como “detentores de um capital cultural que se diferenciou do capital econômico com a institucionalização do sistema escolar” (2012, p. 22).

A respeito da intervenção política dos intelectuais, Sapiro (2012, p. 23-24), destaca que há três fatores de diferenciação entre a ação desses agentes em relação aos demais, a saber: a) posição ocupada no campo intelectual segundo o volume global do capital simbólico; b) a autonomia em relação à demanda política externa; c) o grau de especialização da atividade intelectual mobilizada. Nesse cenário, em relação a esses fatores identificados por Sapiro, a intervenção política de autores norte-americanos em relação ao cenário brasileiro é, de fato, diferenciada, visto que o volume global do capital simbólico está expresso nas diversas traduções em língua portuguesa dos livros produzidos nos Estados Unidos. Contudo, pertencem a uma disciplina cuja força depende exatamente de responder a demandas heterônomas e na qual as notabilidades (Grill e Reis, 2016) advém do fato de especializarem-se em servir aos poderes políticos constituídos.

Dessa forma, levando em consideração os investimentos intelectuais realizados, as configurações e as disposições de autores na produção dos enunciados, é possível observar que a mobilização frequente de categorias como “democracia” e “crise democrática” pode representar o alinhamento a uma agenda política de conservação do modelo político vigente e funcionar como um instrumento racionalizador apto a justificar a delegação neste domínio (Lacroix, 1994). Sobre uma metodologia de trabalho que coaduna pesquisa e agenda política, Reis (2013, p. 62) destaca a “ambiguidade da sua prática transnacional [dos politólogos] é a

de que, adotando a causa ‘democrática’ de um ponto de vista pretensamente descolado do Estado, eles contribuem na própria produção de uma ideia de Estado”.

De fato, para a fixação de um modelo de percepção (de origem estadunidense) sobre o sistema democrático, a pré-visão do referido paradoxo é propagada através dos enunciados performativos de autores renomados, que contribuem para a ampla divulgação em diversos países, a exemplo do Brasil. Com efeito, a força que tais enunciados possuem derivam particularmente do que Bourdieu chama de “poder constituinte da linguagem”, o qual é potencializado diante de situações de crise. Por tais razões, Bourdieu (1996, p. 118) destaca que:

Enquanto enunciado performativo, a pré-visão política é, por si só, uma pré-dição que pretende fazer acontecer o que enuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que anuncia pelo fato de enunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo.

De fato, o “poder estruturante das palavras” (Bourdieu, 1996, p. 118) é evidente quando se verifica que o programa de percepção política norte-americano é “importado” para diferentes países. Além disso, a consagração de enunciados norte-americanos reflete o “imperialismo cultural” que universaliza “particularismos associados a uma tradição histórica singular” e os torna, assim mesmo, irreconhecíveis (Bourdieu, Wacquant, 2002)

Nesse sentido, observa-se a citação, operacionalização e um franca adesão que diversos enunciados de cientistas políticos estadunidenses possuem no Brasil, especialmente entre os estratos sociais acadêmicos, evidenciando a relação periférica do país em uma configuração internacional de produção teórica na Ciência Política. No ponto, Wilson Oliveira (2013, p. 143) destaca essa posição brasileira quando estão em pauta temáticas dominantes nas Ciências Sociais, em geral, e na Ciência Política, em particular, havendo necessidade de:

[...] incorporação de uma atitude reflexiva em relação tanto às problemáticas políticas e sociais quanto à recorrente importação de teorias, problemáticas e conceitos das vertentes dominantes constitui, ainda hoje, um dos principais obstáculos à renovação das abordagens e dos modelos de análise atualmente disponíveis [...] Não é de hoje que a ausência de uma atitude reflexiva em relação ao próprio universo de pesquisa tem sido considerada um dos principais fatores que têm contribuído para que, na linguagem de Bourdieu (2003), a análise seja substituída pelo “slogan” e a “ausência de teoria, de análise teórica da realidade”, coberta pela “linguagem de aparelho, faça “nascer monstros”.

A respeito da temática democrática, os cientistas políticos brasileiros tendem, na percepção de Oliveira (2013), a adotar a noção ideal de democracia, como uma categoria

autônoma, clara e evidente, de aspiração burguesa, descolada dos fundamentos históricos e culturais que a produziram em seu modelo brasileiro. Nesse sentido, “a grande maioria dos trabalhos produzidos pelas ciências sociais tende a associar as condições e as dinâmicas da participação à existência e ao funcionamento da democracia” (Oliveira, 2013, p. 144). Nesse sentido, é necessário que a categoria “sistema democrático” seja tomada de maneira objetiva, não substancializada nem de forma autoevidente, com uma perspectiva sociológica que identifica as condições e os usos nos domínios social e político localmente posicionados, numa esfera nacional.

Além disso, segundo o autor, os trabalhos nacionais a respeito da temática democrática adotam uma postura normativa e legalista, que se preocupa mais com a adesão a conceitos e terminologias internacionais (Oliveira 2013, p. 144). Sobre tal fenômeno, Reis (2013, p. 30) evidencia que:

[...] pode indicar a fraca institucionalização e autonomia intelectual no âmbito das ciências sociais em países da América Latina em que a expansão dessas áreas de conhecimento ocorre, paradoxalmente, durante regimes ditatoriais, com incentivos de organizações internacionais (principalmente americanas).

Uma baixa institucionalização do campo teórico-político brasileiro ou a fraca autonomia intelectual das Ciências Sociais no âmbito brasileiro podem ser, como sugere a autora, as condições preponderantes para a ampla aceitação dos enunciados performativos estrangeiros no contexto político-democrático contemporâneo do Brasil.

No campo da Ciência Política transnacional, as trocas EUA-Brasil são demarcadas por uma “distribuição hierárquica e hierarquizante” de capital simbólico (Bourdieu, 2004, p. 211) que já perdura há várias décadas. Isso porque é possível observar que a formatação teórica dos enunciados sobre “crise ou morte democrática” de Ciência Política ocorre no campo de produção norte-americano, circula no campo de reprodução intelectual brasileiro e retorna ao campo de produção reforçada pelo “caso brasileiro”, tido como mais um exemplo categórico da teoria da “erosão democrática ocidental”. Nesse sentido, a assimetria da relação de força está demarcada, como descreve Bourdieu (2004, p. 211 e 212):

As relações duradouras de dominação legítima e dependência reconhecida encontram seu fundamento na circulação circular em que se engendra a mais-valia simbólica que é a legitimação do poder. Considerando apenas o caso particular das trocas de bens materiais e/ou simbólicos que visam legitimar relações de reciprocidade, como faz Lévi-Strauss, corremos o risco de esquecer que todas as estruturas de troca inseparavelmente material (circulação) e simbólica (comunicação) funcionam como máquinas ideológicas, desde o momento em que o estado de fato que elas tendem a legitimar, transformando uma relação social contingente em relação reconhecida, é uma relação de força assimétrica.

Nesse cenário, é importante recuperar e aplicar o conceito de “vigilância epistemológica” de Bachelard (1996), o qual evidencia a atenção necessária para a construção científica e para a produção intelectual, historicamente elaborada e regionalmente situada. Da mesma forma, Oliveira (2013, p. 171-172) alerta:

A vigilância em relação às palavras e aos valores dominantes, tanto do mundo social, político, administrativo e intelectual quanto do próprio universo científico, é um instrumento de investigação fundamental se pretendemos trazer contribuições relevantes para a modificação e renovação dos estudos [...] Sem dúvida, esse tipo de vigilância constitui um grande desafio ao universo acadêmico brasileiro, o qual, muitas vezes, tem se deixado rapidamente levar pelas palavras ‘prontas’, pelos conceitos ‘homogêneos’ e pelas explicações ‘acabadas’, principalmente quando produzidos pelas vertentes europeias e norte-americanas e difundidos para a América Latina.

No ponto, levando em consideração o referencial bourdieusiano de análise, cabe considerar que enunciados performativos em ciência política devem ser considerados em seu tempo e espaço de produção. Nesse sentido, é importante repisar que o campo de produção de enunciados sobre “crise democrática contemporânea” é geográfica e historicamente situado, correspondendo ao regime de democracia liberal praticado e difundido nos Estados Unidos. Neste país, a institucionalização de uma disciplina acadêmica de Ciência Política é o resultado histórico da conjugação de investimentos públicos e privados que fortaleceram o que se denominou “ciência da democracia”, como forma de exportação de bens simbólicos que demarcam o poderio e o capital cultural que se expande para diversos países no mundo, numa sistemática que evidencia modos específicos de dominação, já investigados por Bourdieu e Wacquant (2002) e Dezaley e Garth (2000).

Com efeito, é no contexto norte-americano que surgem os denominados “profissionais da democracia”, isto é, uma atuação especializada, estratégica e fundada em investimentos públicos e privados estadunidenses, descrita por Nicholas Guilhot (2003), para “promover” o modelo democrático ocidental, seu estudo e aplicação nos mais diversos países. Tal fenômeno é central para compreender a institucionalização da Ciência Política nos Estados Unidos.

De forma diversa, a formatação da disciplina de Ciência Política no Brasil segue outro processo de institucionalização, condicionado por agentes externos, especialmente norte-americanos. São essas condicionantes, do local de produção e do de reprodução de enunciados, que devem ser levadas em consideração na presente análise, seguindo a metodologia proposta por Bourdieu (2002).

Para tanto, é necessário considerar, inicialmente, os processos históricos de institucionalização da Ciência Política em ambos os países, com o intuito de estabelecer os liames objetivos e subjetivos que conduziram, e ainda conduzem, os processos transnacionais de circulação de ideias entre os dois contextos nacionais.

1.1 Breve reconstituição histórica da institucionalização da ciência política norte-americana

Cabe considerar que o campo de produção dos recentes enunciados sobre “crise democrática”, isto é, o campo da ciência política norte-americana, é diretamente influenciado pelas demandas de governo, especificamente da esfera executiva federal, o que evidencia uma forte relação entre os intelectuais e os representantes governamentais. Nesse aspecto, cabe destacar que a própria institucionalização da disciplina teórica também advém da demanda estatal norte-americana, a tal ponto que Theodore J. Lowi (1994, p. 03) assim descreve:

A ciência política americana é um produto do Estado americano. Razões políticas explicam a hegemonia alcançada por determinadas subáreas ao longo do processo de emergência da “Segunda República” depois da II Guerra Mundial. Essas três subáreas são opinião pública, política pública e escolha pública. Cada uma representa um caso típico de consonância com os modos de pensar e os métodos de ação de um governo burocrático moderno comprometido com a tomada de decisões em bases científicas.

No caso particular dos Estados Unidos, o desenvolvimento da ciência política e sua autonomização e institucionalização acadêmica se deram de forma diretamente ligada às trajetórias políticas dos intelectuais envolvidos, os quais definiam as perspectivas teóricas da disciplina a partir de aspectos ligados às demandas de governo ou políticas.

João Feres Jr. (2000, p. 97) evidencia também que a institucionalização da Ciência Política norte-americana corresponde à criação de “empregos, cursos, departamentos, programas, centros de pesquisa, revistas especializadas, associações e linhas de financiamento de pesquisa sob o mesmo rótulo disciplinar da Ciência Política”. Feres Jr. (2000, p. 98) ressalta, ainda, que:

Paralelo a esse processo de desenvolvimento institucional ocorreu um movimento de especialização. A estrutura institucional da Ciência Política americana é hoje dividida em cinco sub-áreas: política americana, política comparada, relações internacionais, políticas públicas e teoria política. Cada sub-área apresenta um alto grau de autonomia disciplinar e endogenia. Conseqüentemente, um professor de política comparada, por exemplo, só ensina cursos de política comparada, publica

em periódicos especializados em política comparada, e participa de conferências nas mesas e painéis da mesma sub-área. Tal nível de especialização acadêmica não foi igualado até hoje por nenhum outro país do mundo. Mesmo no Brasil, onde a academia caminha a passos largos em direção ao modelo americano, a Ciência Política não é muito institucionalizada. Muitas universidades preferem ter programas de doutorado em Ciências Sociais [...] e a recém-criada Associação Brasileira de Ciência Política é quase 100 anos mais nova e 100 vezes menor que sua irmã americana.

Ao reconstituir historicamente a institucionalização da Ciência Política norte-americana, João Feres Jr. (2000) descreve que há, pelo menos, duas versões para a história da constituição dessa disciplina acadêmica nos EUA. A “história oficial” frisa o uso corrente, mas impreciso e vago, da expressão “ciência política” desde o final do século XVIII durante os debates entre “federalistas e anti-federalistas”, nos anos que antecederam a ratificação da Constituição americana de 1787 (Feres Jr., 2000, p. 98). A expressão também foi utilizada por alguns dos primeiros presidentes dos EUA, como John Adams (segundo presidente norte-americano) e James Madison (quarto presidente norte-americano), que destacavam o caráter instrumental da categoria. Apesar do uso no domínio político estadunidense, a institucionalização da disciplina na esfera acadêmica só ocorreu muito tempo depois, como esclarece Feres Jr. (2000, p. 98):

A entrada da Ciência Política no ambiente acadêmico ocorreu somente sete décadas após os debates sobre a Constituição. Em 1857, o imigrante alemão Fancis Lieber foi nomeado catedrático em História e Ciência Política pela Universidade de Columbia, o primeiro posto desse tipo a ser criado na academia americana. Em 1880, na mesma universidade, foi criado o primeiro departamento de Ciência Política, sob a direção de John W. Burgess. Finalmente, em 1903, a Associação Americana de Ciência Política (APSA) se consolidou.

Feres Jr. também ressalta que, para muitos historiadores da Ciência Política norte-americana, a exemplo de James Farr (1993, 1998), não há uma “contradição insolúvel no fato de a ciência americana ter sido, no século XIX, uma ‘ciência do Estado’ ao mesmo tempo que uma atividade dedicada à educação política dos cidadãos” (Feres Jr., 2000, p. 98). Além disso, para a historiografia oficial, “a vocação democrática da Ciência Política americana é tomada [...] como um dado histórico inquestionável”, uma vez que “entre todas as diversas atividades que definem o exercício da Ciência Política, a ‘educação dos cidadãos para a democracia’ é historicamente dominante” (Farr, 1998, p. 98). Nesse mesmo sentido, Dag Anckar e Erkki Berndtson pontuam (Anckar, Berndtson, 2000, p. 99): “A Ciência Política apareceu com o crescimento da democracia representativa. A conclusão lógica a ser tirada é que o desenvolvimento da Ciência Política, da maneira pela qual a entendemos, depende do futuro da democracia representativa”.

A institucionalização acadêmica e a disciplinaridade conquistada paulatinamente pela Ciência Política nos EUA fez com que diversas teorias políticas também fossem importadas de outros contextos políticos para subsidiar interpretações acerca do sistema democrático norte-americano. Tal fato é evidenciado por Mario Grynszpan (2016, p. 49), ao abordar as apropriações da teoria de elites e dos autores clássicos europeus nos Estados Unidos, as quais tiveram efeitos diretos sobre as reflexões a respeito do poder, da participação política e da democracia. Segundo Grynszpan (2016, p. 51):

Nos Estados Unidos a apropriação da teoria de elites, sobretudo a partir dos anos 1930, quando passou a circular com mais intensidade, foi distinta da que se deu na Itália com a ascensão do fascismo. Ali ela se tornou fundamento de uma perspectiva pluralista, e seus autores foram lidos como pensadores tão somente realista, relativizadores de uma noção clássica da democracia, e não como críticos da democracia em geral. Foi essa, em grande parte, a leitura que se generalizou do elitismo.

Ao terem de lidar com as análises das tomadas de posição e as decisões dos governos federais norte-americanos, especialmente no período após a 2ª Guerra Mundial, Grynszpan enfatiza que os cientistas políticos estadunidenses fizeram uma releitura das teorias dos autores clássicos do elitismo (Pareto, Michels e Mosca), a fim de utilizá-las como “argumentos de legitimidade” para uma nova perspectiva da democracia. Grynszpan descreve que, de modo diverso à Itália, nos EUA, os teóricos dos estudos de elites foram apropriados para destacar o papel das diversas minorias dirigentes no contexto democrático liberal. De acordo com o autor (Grynszpan 2016, p. 70), nessa nova perspectiva elitista:

[...] a ênfase recaía sobre a noção de liberdade em vez de igualdade, revelava-se a representação em detrimento da participação, deslocava-se do centro de sua definição a ideia de governo do povo, de vontade da maioria, de soberania popular, para substituí-la pela de minorias dirigentes, salientando-se, contudo a absoluta necessidade de procedimentos que garantissem a abertura dessas minorias e a ampla concorrência entre elas.

Com essa recepção dos clássicos dos estudos de elites, a democracia passou a ser definida como um sistema de governo dirigido não por uma elite unificada ou coesa, representada eleitoralmente, mas por inúmeras e diversas elites em permanente disputa, base da ideia de pluralismo e de toda a moral cívica que o acompanha (Coradini, 2017). Nos anos 1940, especialmente durante o contexto da Guerra Fria e do acirramento ideológico entre EUA e URSS, essa definição pluralista do sistema democrático foi ainda mais explorada, tendo sido consagrada pelos cientistas políticos norte-americanos do período, como evidencia Grynszpan (2016, p. 71):

[...] o debate monismo x pluralismo está igualmente referido às disputas decorrentes do período da Guerra Fria, associando-se o pluralismo às democracias ocidentais e o monismo, a existência de uma elite fechada, unificada, aos chamados totalitarismo, em especial o comunismo.

Nesse sentido, as recepções das teorias políticas nos Estados Unidos, como no caso dos clássicos dos estudos de elites, estão diretamente ligadas aos investimentos, às estratégias e às tomadas de posição dos intelectuais norte-americanos, visto que, segundo Grynszpan, os cientistas políticos daquele país se colocaram, em inúmeras vezes, como “técnicos, especialistas, consultores, planejadores, atuando junto aos diversos órgãos e comissões [...] criados pelo Executivo. [E] se projetaram como provedores de orientações políticas, acumulando prestígio, notoriedade, relações [...]” (Grynszpan, 2016, p. 70).

Ao atuarem dentro dos Poderes do Estado, grande parte dos intelectuais políticos norte-americanos recebem teorias políticas específicas e as reposicionam, de modo a garantir a formatação e conservação do Estado a que estão inseridos, alinhando um método de trabalho que coaduna os estudos desenvolvidos, os recursos investidos e os enunciados performativos produzidos a uma agenda política específica dentro e fora dos Estados Unidos, a exemplo do que ocorreu com a recepção dos teóricos clássicos de elites e a interpretação de suas teorias no contexto da Guerra Fria.

No caso específico da “defesa democrática”, a ideia de pluralismo político ainda se mantém, no entanto, é elevada a um contexto paraestatal e supranacional, visto que o sistema democrático de cada país não está vinculado somente aos interesses das minorias dirigentes nacionais, mas também a interesses internacionais, de organizações e estados estrangeiros, o que evidencia a inserção de novos agentes numa configuração ainda mais plural (Grynszpan, 2016).

Nesse contexto, é importante destacar a fundação por David Easton, John G. Gunnell e Michael Stein, no ano de 1985, do Comitê Internacional para o Estudo do Desenvolvimento da Ciência Política (ICSDPS), que é afiliado à Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) nos Estados Unidos. Os intelectuais realizaram três encontros internacionais nas cidades de Cortona (Itália), Barcelona (Espanha) e Paris (França), a fim de discutir a institucionalização e o desenvolvimento da Ciência Política em diferentes países, e defenderam que, historicamente, a Ciência Política está intimamente ligada à democracia, a ponto de se identificar como a “ciência da democracia” (Feres, 2000, p. 99).

No livro *Regime and Discipline: Democracy and the Development of Political Science*, escrito por Easton, Gunnell e Stein após as conferências internacionais

supramencionadas (Easton & Gunnell, 1995), os autores destacam a relação entre o desenvolvimento da ciência e a democracia, dando um tom de universalidade ao roteiro histórico da ciência política, nos seguintes termos:

[...] o estabelecimento de instituições democráticas ajuda a fomentar um clima político e cultural mais propício ao aparecimento da Ciência Política como disciplina, e a disciplina, em si, pode contribuir para a instituição e posterior evolução da democracia em um dado país. Isso porque a Ciência Política como disciplina está mais apta a florescer em um contexto liberal de discussão e crítica, controle estatal limitado, e desenvolvimento profissional autônomo. O cientista político profissional, por sua vez, se inclina a promover ativamente regimes que proporcionam tais condições.

Diante disso, observa-se que a normatização da disciplina nos Estados Unidos promove a inferência de que o modelo de democracia institucionalizada é o paradigma que deveria nortear os demais sistemas políticos, posto que somente com a mimetização do referido paradigma histórico a legítima Ciência Política pode se desenvolver enquanto disciplina acadêmica autônoma. Nesse sentido, diversas iniciativas norte-americanas especializaram-se em elaborar estudos e instrumentos de pesquisa que corroborassem com a visão universalista do modelo democrático estadunidense.

Como exemplo, cita-se o *Polity Project*, que atualmente é um dos projetos mantidos pelo *The Center for Systemic Peace, think tank* fundado em 1997 que financia diversas pesquisas e análises quantitativas em diferentes áreas ao redor do mundo, incluindo monitoramento do comportamento político em diversos países, expectativas eleitorais, tendências a conflitos (armados ou não), entre outros aspectos.

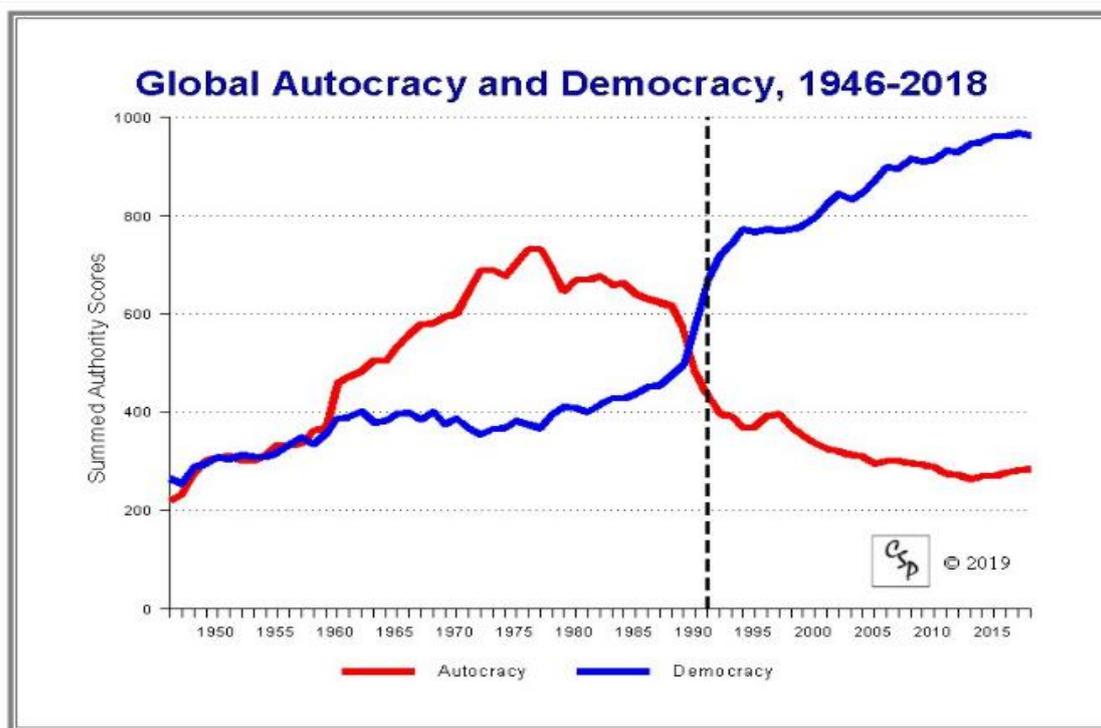


Imagem 1. Autocracias e Democracias Globais entre os anos de 1946 a 2018. Fonte: Elaborado por *Center for Systemic Peace*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/CTfigures/CTfig14.htm>.

Com base nessas pesquisas, o *Polity Project* organiza dados e os expõe de forma gráfica simplificada em seu site oficial (<https://www.systemicpeace.org/polityproject.html>), o que contribui para a massificação dos conceitos e perspectivas analíticas adotadas por seus pesquisadores associados.

Essas iniciativas demonstram o caráter da divulgação da ciência política norte-americana, como modelo dogmático e metodológico, para outros países do mundo. A influência do paradigma da ciência política estadunidense é evidente em diversos territórios, assim como no Brasil, onde essa influência foi determinante para a institucionalização da disciplina no contexto nacional.

1.2 Breve reconstituição histórica da institucionalização da ciência política brasileira

O processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil decorre inicialmente da “autonomização em relação a ramos mais antigos e consolidados das ciências sociais, especialmente a Sociologia e o Direito” (Forjaz, 1997, p. 02), em meados dos anos 1960,

sobretudo dentro das universidades situadas na região sudeste (com destaque aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), com “relativo atraso” e “subordinação aos eventos, instituições e lideranças intelectuais dos centros produtores do ‘Primeiro Mundo’” (Forjaz, 1997, p. 01). Ademais, a diferenciação dos continentes de origens dos autores utilizados entre os demais cientistas sociais e os cientistas políticos também dificultou a autonomização, definição disciplinar e profissionalização da ciência política brasileira, como destaca Maria Cecília Spina Forjaz (1997, p. 02):

A constituição da Ciência Política acadêmica no Brasil está estreitamente vinculada à influência estrangeira, especialmente a norte-americana que nutriu e formou a maioria dos integrantes dessa geração. A inspiração nas fontes teóricas da Ciência Política americana, de resto uma das mais precoces e desenvolvidas, marcou profundamente esse grupo de pesquisadores e os distinguiu dos fundadores da Sociologia brasileira, eminentemente formados na tradição europeia, especialmente francesa e alemã. Origens intelectuais tão diversas e a hegemonia político-cultural americana no pós- 64 tornaram esse processo bastante conflituoso [...].

Com o início do regime militar de 1964, houve a constituição de uma rede de pós-graduação nas universidades brasileiras, através da Reforma Universitária de 1968. Assim como a montagem de um sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, destacado a partir das ações de financiamento de pesquisa científica de agências governamentais (CNPQ, Finep, CAPES e FAPESP), nas quais alguns cientistas sociais conseguiram inserir-se, participar diretamente e conquistar posições (Forjaz, 1997, p. 04).

Além das específicas condições internas para o surgimento de uma disciplina de ciência política autônoma no Brasil, também influenciaram condicionantes externos que possibilitaram a sua emergência, a saber, os investimentos feitos por agências internacionais, especialmente a Fundação Ford, como evidencia Sergio Miceli (1990, p. 24-25):

Na segunda metade dos anos 60, o envolvimento norte-americano na guerra do Vietnã havia alterado drasticamente as condições de oferta e sobretudo de recepção da chamada "ajuda internacional" prestada por agências governamentais e privadas norte-americanas. [...] a Ford modificou sua atitude em relação às disciplinas não-econômicas em ciências sociais (a saber, sociologia, ciência política e antropologia) como parte de toda uma reelaboração do diagnóstico que seus dirigentes e técnicos possuíam acerca do processo de desenvolvimento. Juntando-se a isso a postura inequivocamente favorável às ciências sociais por parte dos responsáveis à frente do escritório latino-americano e sua receptividade aos pleitos e formulações das lideranças locais, entende-se por que razões a Ford acabou fixando novas prioridades em termos de atendimento.

Sobre a influência da Fundação Ford na consolidação da Ciência Política no Brasil, o estudo de Letícia Canedo (2015) ressalta que, no período pós regime militar, a criação de programas de pós-graduação específicos na área, como do Instituto Universitário de

Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1969, e o da Universidade de São Paulo (USP), em 1970, tiveram forte apoio da agência de fomento estadunidense, a qual não se limitou ao financiamento, mas também à difusão de modelos teóricos e metodológicos, que, segundo a autora, contribuíram para a ideia de modernização da disciplina, como o behaviorismo e a teoria da modernização.

Canedo (2015) destaca que a atuação da Fundação Ford no Brasil tinha como objetivo principal formar elites técnicas calcadas por valores democráticos e métodos científicos tidos como modernos e associados aos EUA, com enfoque no empirismo, na pesquisa estatística e na ciência política comportamental. A autora pontua que a atuação da fundação norte-americana no Brasil foi mais expressiva entre as décadas de 1960 e 1980, com investimentos de mais de US\$ 13.000.000,00 (treze milhões) de dólares entre os anos de 1966 e 1989 e com impactos diretos sobre a institucionalização e autonomização da ciência política no país, a partir do fomento em centros de pesquisa e universidades nacionais. Tais investimentos revelaram uma nova estratégia institucional, iniciada nos anos 60, para a ação filantrópica da fundação norte-americana, a qual passou a direcionar suas doações para o fortalecimento do ensino em nível superior em países cuja atuação governamental norte-americana não estava diretamente direcionada. Nesse sentido, Letícia Canedo (2015) esclarece que:

O encontro direto dos representantes da Fundação Ford com os cientistas sociais brasileiros só aconteceu após o golpe de Estado de 1964. Até então, as recomendações para os programas da Fundação a serem implantados estavam ainda fortemente vinculados à política externa dos Estados Unidos, bastando a vinda de consultores norte-americanos para tratar das questões de política e planejamento da modernização do país, na esteira dos programas da USAID, Peace Corps e Alliance for Progress. Tais programas não exigiam contatos mais profundos com os intelectuais locais. O escritório da Fundação Ford no Brasil foi instalado em 1962, no mesmo ano de outros semelhantes na América Latina (Chile e México) e na África (Nairóbi). A abertura dos escritórios marca, portanto, o deslocamento da filantropia internacional da Fundação para regiões limítrofes de governos comunistas. [...] A Fundação Ford no Brasil viria, portanto, atuar exatamente nos domínios não contemplados pela Comissão Mista Brasil/Estados Unidos: o social e o político, por meio da educação superior (Canedo, 2015, p. 01)

Canedo (2015) argumenta também que a atuação da fundação não foi uma imposição unilateral, mas surge como resultado do encontro entre os interesses dos mediadores estrangeiros (*program officers*), “catalisadores na transferência e difusão de projetos transnacionais envoltos nos paradigmas da ciência política e da economia norte-americana” (Canedo, 2015, p. 01) e que objetivavam formar redes acadêmicas alinhadas com os modelos norte-americanos; e os interesses dos intelectuais brasileiros, que buscavam renovar a

produção científica nacional, criar instituições de pesquisa mais modernas e alcançar diferenciação acadêmica e disciplinar em relação aos demais cientistas sociais.

O principal *program officer* que atuou no Brasil, segundo Letícia Canedo, foi Peter Bell, maior articulador de projetos da Fundação Ford com universidades e intelectuais brasileiros e que colaborou de forma decisiva para a criação de núcleos inovadores de pesquisa nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Canedo evidencia que Peter Bell, apesar de ter iniciado sua missão pela Fundação Ford no Brasil aos 22 (vinte e dois) anos, detinha “importantes habilidades interpessoais”, além de um excelente currículo acadêmico e experiências em viagens, o que o auxiliou na execução do trabalho, como descreve Letícia Canedo:

A primeira missão de Peter Bell no Brasil lhe mostrou o valor desse currículo para atuar no cenário brasileiro que Sergio Miceli descreveu, com muita propriedade, como mais assemelhado a um enredo de filme policial do que a um exercício profissional do mecenato (Miceli, 1993:47). De fato, ao chegar na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, em 1965, foi recebido com a explosão de uma bomba detonada por estudantes avisando-o para que mantivesse distância. Durante os cinco anos de permanência no Brasil atuou em meio a essas bombas de intimidação, ameaças, provocações, perseguições aos beneficiários das doações, o que, no final acabou “contribuindo para a modelagem de rotas próprias e arriscadas para a atuação da Fundação no Brasil” (Miceli, 1993:47) na área das ciências sociais. A primeira doação aprovada foi para a criação do Departamento de Ciência Política na Faculdade de Ciências Econômicas – FACE, apesar das bombas – seguidas das bolsas de estudo para professores desta escola estudarem ciência política nas principais universidades americanas. Como se pode ver, abaixo, das 26 bolsas doadas nos primeiros anos, 16 eram da Faculdade de Ciências Econômicas de UFMG.

As razões para que Peter Bell escolhesse o curso de sociologia política da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como destinatário inicial das doações da Fundação Ford se deve, de acordo com Letícia Canedo (2015), a pontos de contato internacionais comuns, como o Prof. Leonidas Xausa, PhD em ciência política pela Universidade de Columbia, que apresentou a Bell o professor Octávio Cintra, que era um jovem docente do curso de sociologia política da FACE/UFMG e que tinha sido bolsista da ONU-FLACSO (Canedo, 2015). A partir dessa rede de contatos, Peter Bell focou nessa instituição de ensino e selecionou 07 (sete) professores mineiros dentre os 11 (onze) primeiros docentes recrutados para estudar ciência política nos Estados Unidos, entre os anos de 1966-1969.

Para além das redes de contatos, Keinert e Silva (2010) destacam também que a preferência de Peter Bell pela FACE/UFMG se deu igualmente por conta do encontro de disposições com o corpo docente da referida universidade, que, desde a formação do curso,

buscava um meio de diferenciação com os demais cientistas sociais da época, como descrevem os autores:

Em 1964, Peter Bell, então representante da Fundação Ford no Brasil, encontrou na cidade de Belo Horizonte um núcleo de cientistas sociais cujas disposições pareciam se ajustar de modo bastante favorável ao perfil intelectual que a agência pretendia estimular. A experiência de socialização acadêmica no âmbito da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (Face) – posteriormente incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, onde o curso de Sociologia e Política havia sido implantado em 1953, moldou um tipo de visão de mundo que se mostraria suscetível aos reclamos por uma ciência política mais especializada e aplicada. É possível afirmar que alguns dos aspectos formadores dessas disposições intelectuais já estavam explícitos no projeto de criação da Face, em 1941. Viabilizada por uma rede envolvendo empresários, técnicos do alto escalão governamental e políticos de envergadura nacional, a faculdade integrava os esforços despendidos no sentido de superar a situação de defasagem da economia mineira, meta que colocava na ordem do dia a preocupação com a formação de profissionais capacitados para lidar com as tarefas de gestão pública e privada (Arruda, 2001, p. 297). [...] A vocação intervencionista da faculdade incide diretamente na organização do Curso de Sociologia e Política, direcionando-o para a formação de quadros para a burocracia pública mineira. (Keinert, Silva, 2010, p. 83-84)

Segundo pesquisa realizada por Letícia Canedo (2009), os 07 (sete) professores mineiros recrutados por Bell possuíam um capital social relativamente modesto, a primeira geração a aceder aos estudos superiores na família e sem qualquer laço de parentesco com a rede das grandes famílias políticas de Minas Gerais, que detinham as mais importantes posições em esferas governamentais de poder, inclusive no nível nacional. No entanto, Canedo (2009) destaca que esses professores estudaram em escolas secundárias de primeira linha em Belo Horizonte e acabaram por obter bolsas de estudos para se diplomarem na FACE/UFMG, dentro de um programa criado pelo professor da Universidade de Pittsburgh, Elwyn A. Mauck, enviado pelo *Brazilian Board of Advisors on Public Administration* para adaptar o curso aos conceitos dos estudos multidisciplinares que eram desenvolvidos nos Estados Unidos. Tal investimento direto na formação acadêmica de docentes brasileiros em universidades americanas partia de uma estratégia específica da Fundação Ford, descrita por Letícia Canedo:

A estratégia para o financiamento de pesquisas e cursos de pós-graduação na área das ciências sociais foi estabelecida pouco a pouco. Em 1964, o golpe de Estado, que contou com o apoio do governo americano, afastou a Fundação dos programas locais ligados à política externa norte-americana (USAID e à Alliance for Progress). Em seu lugar, foram trazidas as técnicas da Behavioral Sciences, apreendidas no famoso Salzburg Seminar (o qual a Fundação havia financiado) como base para expandir, também no Brasil, “the United States thinking about political and economic development through education” (Holmes, 2013:42-43; Pollack, 1979:56-58). Pensava-se em possibilitar o aparecimento de uma comunidade de cientistas sociais brasileiros que não fosse territorialmente

circunscrita e que dialogasse com a sociologia empirista, o modelo das relações entre pesquisa social e agentes econômicos e políticos elaborado por Paul F. Lazarsfeld, nos Estados Unidos. (Canedo, 2015, p. 02)

Entre as principais instituições apoiadas pela Fundação Ford destacam-se: a) a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que criou e regulamentou o primeiro Departamento de Ciência Política do Brasil em dezembro de 1965; b) o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), fundado em 1969, cuja pós-graduação possuía grande enfoque no empirismo científico; c) o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que foi fundado em 1969 por um grupo multidisciplinar de intelectuais oriundos da Universidade de São Paulo (USP), mas que foram expurgados da universidade durante o regime militar no Brasil, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer; d) a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), que foi fundada em 1977 para reunir centros de pesquisa e pós-graduação em ciências sociais no Brasil e que teve apoio financeiro da Fundação Ford, a qual contribuiu para a formação de um espaço nacional de debate e colaboração entre instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa (Canedo, 2009; 2015). Em relação ao montante de dotações da Fundação Ford destinadas a instituições brasileiras, Sergio Miceli (1990, p. 72) apresenta tabela organizada pela própria fundação na qual identifica as principais instituições brasileiras contempladas, em dólares, pelas doações da entidade entre os anos de 1967 e 1979. Em primeiro lugar, consta o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – São Paulo (CEBRAP), com somatório de dotações em US\$ 1.721.200,00; em segundo lugar, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com doações de US\$ 1.671.323,00; e em terceiro lugar o Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com montante de US\$ 1.283.496,00.

Canedo (2009; 2015) sustenta que a ação da Fundação Ford no Brasil promoveu o surgimento de uma nova elite acadêmica e política, com parte de formação realizada nos Estados Unidos, e muito influente nas reformas do Estado nas décadas seguintes, especialmente as realizadas nos anos 1990. Letícia Canedo ressalta ainda a importância da fundação norte-americana para a consolidação de redes acadêmicas, centros de pesquisa e para a dispersão de padrões de pesquisa acadêmica.

Sobre a consolidação da ciência política como disciplina acadêmica autônoma, é importante ressaltar que tal processo é comumente tido como iniciado nos anos 1960, diante do que Keinert e Silva (2010) destacam como resultado da influência do “grupo geracional” formado em Belo Horizonte (MG) no curso de Sociologia e Política (1953) da Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG), especificamente na Faculdade de Ciências Econômicas – FACE/UFMG, e no Rio de Janeiro (RJ), com cursos de pós-graduação no IUPERJ, mediante forte apoio da Fundação Ford a partir do investimento financeiro e da concessão de bolsas individuais a docentes brasileiros, que foram fundamentais para a realização das primeiras pesquisas na área. Sobre o financiamento na formação científica dos docentes, Keinert e Silva (2010) descrevem a distinção entre aqueles que recebiam e os que não recebiam tal fomento:

O sistema de bolsas e a dedicação integral vivenciados no período de graduação informam muito sobre o universo mental em meio ao qual o grupo geracional se formou. Tal regime de estudos forneceu as condições tanto para a consolidação de uma concepção profissionalizada de vida acadêmica, como para a modelagem de um tipo de ambição na carreira, nas quais as noções de “elite” e de “excelência” seriam constantemente evocadas. O anseio de se alçar aos postos de poder institucional no campo das ciências sociais também dá mostra das aspirações que moveram alguns desses percursos, conforme se pode notar pelo exemplo de Olavo Brasil de Lima Jr., um dos idealizadores da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), fundada em 1977. (Keinert, Silva, 2010, p. 84)

Entre o grupo de intelectuais brasileiros contemplados destacam-se Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis, Simon Schwartzman, José Murilo de Carvalho, que se posicionaram contra a sociologia paulista e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com duras críticas ao “mito fundacional” da Universidade de São Paulo (USP) Florestan Fernandes e ao uso do modelo institucional como única fonte de legitimidade de pesquisa acadêmica (Keinert, Silva, 2010).

Essa tradição, formatada com forte influência da ciência política norte-americana, representada pelos autores citados, pode ser claramente observada no artigo “O Tabela e a Lupa”, de Fabio Wanderley Reis, no qual o autor defende a importância da abordagem analítica, empírica e institucionalista na ciência política, contrastando-a com abordagens normativas, ideológicas ou historicistas, que, segundo Reis, comprometem a clareza do estudo científico e o rigor da análise. Reis critica o que chamou de “vocaçao cartorial” da ciência política brasileira, representada por teóricos que se preocupavam com enunciação de juízos normativos, grandes diagnósticos ou repetição de discursos de engajamento ideológico. Para o autor, a ciência política brasileira só seria uma disciplina científica madura e respeitada com o uso da “lupa”, isto é, com a observação criteriosa da realidade, num trabalho sistemático rigoroso.

Esse grupo de intelectuais, que contribuíram de forma direta para a institucionalização da disciplina de ciência política no Brasil, defendiam, de acordo com

Keinert e Silva, uma “continuidade simbólica” com a valorização de autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Vítor Nunes Leal, com obras do início do século XX. Além disso, possuíam como agenda temática de pesquisa temas específicos como a formação do Estado nacional; a consolidação das instituições representativas; a redemocratização e transição política pós-1974.

Segundo Keinert e Silva (2010), entre as décadas de 60 e 70, havia uma concorrência, no âmbito das disputas entre o grupo paulista e o mineiro/carioca (UFMG/IUPERJ), de narrativas entre os grupos de pesquisadores: entre a valorização do ensaio histórico e retomada dos textos nacionais, com o discurso de continuidade com o pensamento social produzido no Brasil do início do século XX, e a visão institucionalista, que tinha forte influência metodológica das ciências sociais dos Estados Unidos, com ênfase no empirismo, *surveys* e técnicas quantitativas, com o discurso de ruptura e sofisticação dos métodos aplicados no Brasil, tidos como frágeis (Keinert, Silva, 2010). No entanto, como destacam Keinert e Silva, “ambos os pontos de vista [...] estão fundados num recurso similar que são as representações sobre a própria origem, postas a serviço dos interesses em jogo no momento em que o discurso se enuncia” (Keinert, Silva, 2010). Ainda segundo os autores, a formação dos cientistas políticos mineiros possibilitou a formação de um grupo de intelectuais especializados que passaram a ser absorvidos em outros estados brasileiros, como pontuam:

Posteriormente, a limitação no horizonte de oportunidades em Minas Gerais, onde não havia centros ou núcleos de pesquisa em condições de absorver esses profissionais acadêmicos, também estimulou a imigração intelectual, que encontraria no Rio de Janeiro seu paradeiro preferencial (Arruda, 2001, pp. 320-321). (Keinert, Silva, 2010, p. 85)

Keinert e Silva destacam ainda que, apesar de os grupos mineiro e carioca terem proclamado uma certa “ruptura intelectual” com a tradição sociológica paulista e com os parâmetros de pesquisa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, tidos pelos seus críticos como ideológicos e de baixo empirismo, esses mesmos grupos reivindicaram uma herança intelectual baseada em ensaios políticos da Primeira República (1889-1930). Para os autores, a construção de uma nova identidade disciplinar no Brasil foi marcada pela valorização de um academicismo nacional, da cientificidade, de um profissionalismo acadêmico que, devidamente embasado, poderia interferir tecnicamente nas reformas estatais ocorridas durante a redemocratização.

Essa construção de identidade disciplinar também se observa dentro de um conjunto de transformações estruturais nos estados latino-americanos, entre eles Brasil, Argentina, Chile e México, durante as décadas de 1960 e 2000, descritas por Dezalay e Garth (2000), que estudaram a transição de modelos desenvolvimentistas para modelos neoliberais e o papel central exercido por intelectuais, as elites técnicas e profissionais denominadas pelos autores como “técnico-políticos”. Ao utilizarem o conceito de “estratégias internacionais”, os autores descrevem como profissionais se valeram de formação acadêmica internacional, especialmente nos Estados Unidos, para obter legitimidade e distinção na disputa por espaços de poder e nos procedimentos de reformas nos aparelhos estatais.

Sobre as referidas estratégias internacionais, entre os anos 1960 e 2000, é importante destacar o enorme fluxo de estudantes para a realização de cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras, como destaca Fábio Wanderley Reis (2017), em entrevista concedida:

FÁBIO WANDERLEY REIS: [...] No Brasil, inaugura-se então, como parte da movimentação que resulta na implantação da pós-graduação em ciências sociais, uma fase de intenso intercâmbio internacional. Há grande afluxo de estudantes a programas de pós-graduação, primeiro na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e, posteriormente, em universidades européias e, em especial, norte-americanas. Assim, a construção da pós-graduação brasileira incorpora inicialmente o impulso renovador e o empenho de apuro teórico e metodológico que se davam nos centros mais avançados. Dois centros brasileiros exemplificam melhor essa tendência: o Departamento de Ciência Política da UFMG e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), que iniciam na década de 60 programas de mestrado em Ciência Política e Sociologia, contando com importante apoio da Fundação Ford. Eu diria que essas duas instituições procuravam mais claramente colocar em prática o modelo de ciência social que defendi antes. Contudo, apesar dessa dinâmica inicial da implantação da pós-graduação, que se ilustra com os casos do DCP-UFMG e do Iuperj, essa perspectiva "científica" não chegou a amadurecer efetivamente e a constituir-se em ortodoxia real no Brasil. (Reis; Reis; Velho; 1997).

O uso de capital acadêmico e técnico obtido em países estrangeiros, com destaque para os EUA, é tido como uma estratégia importante que consolida a hegemonia cultural, política e intelectual do país, num fenômeno que Dezalay e Garth (2000) denominam de “dolarização simbólica do conhecimento técnico”, ou seja, a crescente dependência da validação internacional (sobretudo, norte-americana), para avanço de carreiras e reformas institucionais, que evidencia ainda mais as assimetrias estruturais entre Norte e Sul (Dezalay, Garth, 2000).

No entanto, como explicitado anteriormente, as diferentes estratégias e investimentos realizados no Brasil para a autonomização da disciplina de ciência política também

perpassaram, nas décadas seguintes (anos 1970 e 1980) a realização de investimentos da Fundação Ford em formação acadêmica de professores brasileiros em países estrangeiros (sobretudo nos EUA). Para além desse fomento em intercâmbios para entidades estrangeiras, houveram investimentos também na formatação de instituições nacionais próprias de pesquisa com programas de pós-graduação especializados, como os de ciência política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que reuniu pesquisadores cariocas e mineiros e concentrou grande volume de doações da fundação norte-americana. Nesse cenário, Keinert e Silva (2010) ressaltam que:

A criação do programa de pós-graduação em ciência política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), em 1969, – iniciativa mais emblemática da institucionalização do novo perfil disciplinar – resultou da conformação de uma aliança entre cientistas políticos de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Não há dúvida de que as “viagens iniciáticas” financiadas pela Fundação Ford foram indispensáveis à consecução dessa aliança, na medida em que conformaram as bases de uma mesma mentalidade profissional. (Keinert, Silva, 2010, p. 86)

O IUPERJ foi fundado em 1969. O Instituto se consolidou como entidade de ensino especializado em pesquisa em Sociologia e Ciência Política no Brasil, com apoio financeiro e institucional da Fundação Ford, como destacam Sergio Miceli (1990; 1995) Keinert e Silva (2010) e Leticia Canedo (2009; 2015), numa clara demarcação da influência norte-americana na formatação da ciência política brasileira.

Em seu site oficial (<https://50anos.iesp.uerj.br/historia/>), a história da criação do Instituto é destacada em meio ao cenário histórico da década de 60. Além disso, são destacados os primeiros programas de pós-graduação em Sociologia do país, com o apoio da Fundação Ford, e a atuação do IUPERJ como um dos “principais artífices” da fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 1977 e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 1986, como se depreende de trecho do site oficial da instituição:

Em resposta às restrições políticas impostas pelo golpe civil-militar de 1964, nossa pós-graduação se constituiu rapidamente em um espaço aberto e plural de reflexão acerca de questões políticas e sociais do país e do mundo. Da fundação de nosso instituto participaram pesquisadores oriundos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura fechado em 1964. Muitos dos componentes desta primeira geração de cientistas sociais, obtiveram seus doutorados nos Estados Unidos, algo então inaudito no cenário acadêmico brasileiro. Foi no Instituto que surgiu o segundo mestrado em Ciência Política do Brasil (1969), à época com apoio importante da Fundação Ford, e um dos primeiros mestrados em Sociologia do país, fundado em 1973. Em 1982, criamos um doutorado em Ciência Política, o primeiro do Brasil. O instituto também contribuiu decisivamente para a consolidação institucional da pós-

graduação nas áreas de Ciência Política e Sociologia, sendo um dos principais artífices da fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 1977 e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 1986. (IESP, 2025)

O site oficial da Instituição destaca que, depois de uma crise financeira de quase uma década, os docentes, discentes e funcionários do antigo IUPERJ migraram para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Com o vínculo administrativo junto à universidade estadual, a instituição passou a se chamar Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Com a marca de 50 (cinquenta) anos de existência, alcançada em 2019, a Instituição contabiliza a produção de 540 (quinhentas e quarenta) teses de doutorado e 629 (seiscentas e vinte e nove) dissertações de mestrado, as quais “foram defendidas por nomes que hoje integram os quadros docentes de universidades de prestígio em todo país e no exterior, ou seguiram carreiras em tipos variados de instituições públicas e privadas” (IESP, 2025). Ademais, o IESP-UERJ tem editado a revista DADOS, desde o ano de 1966, instrumento que é identificado no site oficial como “um dos principais e mais longevos periódicos acadêmicos das Ciências Sociais brasileiras, com alto impacto nas ciências sociais no Brasil e ampla projeção internacional” (IESP, 2025).

Sobre o corpo docente, a IESP identifica como um grupo diversificado de professores com formações em universidades nacionais e estrangeiras. A instituição também destaca a agenda de pesquisa dos programas de pós-graduação em Ciência Política e Sociologia e indica a continuidade nas reflexões a respeito da democracia, com ênfase nas discussões nacionais e internacionais sobre o tema, como descrito em trecho do site oficial:

O corpo docente dos Programas de Sociologia e Ciência Política do IESP-UERJ é composto por professores permanentes com formação em universidades do Brasil e do exterior, além de inúmeros pesquisadores associados, colaboradores e visitantes. A excelência do ensino está intimamente ligada à qualidade da pesquisa desenvolvida na Casa, seja por pesquisadores individuais ou nos vinte grupos de pesquisa sediados na instituição. Em 2019, nossa pós-graduação completa 50 anos de uma história de consolidação e crescimento em cenários nem sempre propícios. Com excelência reconhecida por diferentes agências de avaliação, os programas de mestrado e doutorado em Ciência Política e Sociologia do IESP-UERJ continuam se dedicando à reflexão sobre nossa democracia e nossas desigualdades de modo plural e rigoroso, em amplo diálogo com o debate público nacional e internacional. (IESP, 2025)

Ainda sobre o IUPERJ, cumpre destacar o trabalho de Simon Schwartzman (1981), no qual destaca a trajetória, a relevância acadêmica e os desafios enfrentados pela instituição, desde sua fundação até os anos 80. Schwartzman (1981) pontua que o perfil técnico e profissionalizante, de influência norte-americana, do IUPERJ contrastava com o estilo

ensaístico e engajado, de tradição francesa. de outras instituições e de gerações anteriores de cientistas sociais brasileiros. Na década de 1980, o autor ressalta que a instituição era a única que promovia o curso de doutorado em sociologia e ciência política fora de São Paulo e descreve que o corpo docente contava com cerca de 20 (vinte) professores, a maioria deles com doutorado em sociologia e ciência política obtido nos Estados Unidos, na França ou na Universidade de São Paulo (USP). Schwartzman (1981) pontua que o IUPERJ era responsável por publicações de destaque como a Revista DADOS e o Índice de Ciências Sociais. Além disso, pontua a participação ativa da instituição na criação da ANPOCS, na organização de congressos e representação em órgãos como CNPQ, CAPES e Unesco. O autor também frisa a realização de inúmeras consultorias para agências públicas brasileiras em diversas áreas de atuação. Schwartzman (1981) pontuou, à época, que o IUPERJ promovia uma mudança metodológica importante nas ciências sociais brasileiras, com a valorização das abordagens metodológicas modernas, como análise quantitativa, comparada e empírica, diante da formação profissionalizante voltada ao “rigor científico”.

Schwartzman (1981), na década de 1980, destacava que o principal desafio para a manutenção do IUPERJ era a fragilidade institucional da entidade, que naquele período era carente de personalidade jurídica própria, o que levava a uma situação jurídica indefinida; bem como era extremamente dependente de programas de financiamento instáveis. Nesse ponto, é importante destacar que a principal entidade financiadora do IUPERJ, era a Fundação Ford, como descreve Felipe Amorim (2021), diante de um convênio firmado entre as duas instituições. A partir dele o apoio financeiro e institucional da Fundação norte-americana foi parte de uma estratégia ampla de intervenção no campo acadêmico da América Latina, com o objetivo de promover estabilidade política, modernização em pesquisa científica, com a produção de dados específicos sobre problemas nacionais, e a formação de elites intelectuais alinhadas ao paradigma liberal-democrático dos Estados Unidos (Amorim, 2017).

Como solução aos desafios institucionais, Schwartzman (1981) propôs que o IUPERJ se tornasse uma fundação autônoma, com vínculos públicos, a fim de garantir continuidade de funcionamento e estabilização financeira e institucional. Tal vinculação a uma instituição pública só veio a ocorrer nos anos 2000, com estruturação da Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sucessor do antigo IUPERJ (IESP/UERJ, 2025). Ademais, o autor também defendeu que houvesse uma expansão aos

programas de extensão, cooperação internacional e atuação regional, algo que também se efetivou com a vinculação institucional à universidade estadual carioca.

Outra instituição importante para a compreensão da institucionalização da ciência política no Brasil é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Cumpre ressaltar que se trata de uma instituição brasileira sem fins lucrativos vinculada a uma fundação privada. Fundado em 1973, o CPDOC contou inicialmente com enorme apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública federal criada em 1967, e contou com fomento do orçamento público para investimento em pesquisa no CPDOC. No site institucional, há uma breve apresentação do CPDOC:

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) nasceu em 1973, com o objetivo de abrigar e produzir fontes documentais relevantes para a história do país. Em 2005, o CPDOC ampliou sua atuação para o ensino e criou a Escola de Ciências Sociais da FGV. A escola oferece bacharelado em Ciências Sociais, além de programas de Pós-Graduação lato e stricto sensu, de modo a contribuir para uma melhor compreensão da realidade social, em especial no que diz respeito a processos e temas relevantes para o Brasil e para a sua inserção no cenário global. A instituição consegue integrar os ensinamentos de graduação e pós-graduação com atividades acadêmicas e profissionais. (FGV CPDOC, 2025)

Sobre o histórico do centro de pesquisa, um ano após o início de suas atividades em 1973, foi desenvolvido o projeto de elaboração do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, obra que deu enfoque à história do Brasil pós-1930, cuja publicação ocorreu em 1984 e que teve uma grande repercussão no mercado editorial. Em 1980, os trabalhos para atualização da obra foram iniciados, em 2001 a segunda versão do dicionário foi lançada com cerca de 6.600 verbetes e em 2002 a versão multimídia, em CD-Rom, também foi disponibilizada (FGV CPDOC, 2025).

Outros grandes destaques nacionais para o CPDOC são os acervos e os conjuntos documentais, disponíveis em via física/documental ou em formato eletrônico/digital. Sobre esses importantes recursos:

Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema Accessus, são tarefas primordiais do Centro. (FGV CPDOC, 2025)

Ainda sobre esses importantes recursos e materiais históricos, é importante destacar alguns trechos de entrevista da Professora Aspásia Camargo, uma das primeiras pesquisadoras vinculadas ao CPDOC, tendo ingressado ainda em 1974, a qual destaca que:

[...] O CPDOC era única e exclusivamente um depósito de arquivos. Era isso que ele era: um depósito de arquivos. Já tinha algumas pessoas trabalhando, fichando, etc. o material. Os arquivos que nós tínhamos aqui eram dois, Getúlio Vargas... Aliás, dois, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. E depois, logo, mal eu cheguei, veio o Antunes Maciel para cá também. Então, era nada. Mas a aventura começou aí, porque quando a... Nós tínhamos muito pouco instrumento aqui, a Fundação estava numa fase difícil, o Brasil estava entrando numa fase difícil e tudo, então não era um lugar para você ficar fazendo grandes extravagâncias; mas, quando nós pensamos em organizar a pesquisa, eu acho que eu fui muito generosa, porque eu fiz uma coisa que ninguém na área acadêmica teria coragem de fazer, que era abrir o chakra para olhar os arquivos e para se inspirar um pouco naquilo que estava nos arquivos e ver o que é que a gente podia fazer de estudo mais consistente sobre o período. Então, eu fiz uma espécie de uma imersão nos arquivos, para poder fazer a estratégia de montagem da pesquisa aqui. (FGV CPDOC, 2019)

A Professora Aspásia Camargo enfatiza também a importância que os investimentos públicos oriundos do Finep tiveram sobre o desenvolvimento das pesquisas e trabalhos realizados no CPDOC:

E a Finep, tem uma explicação, a Finep foi a responsável pelo CPDOC, porque tudo que a gente fazia era num nível de sacrifício, artesanal, minúsculo. Tudo numa esfera de minúsculo. Minúsculo. E o grande salto que foi dado nós devemos a uma pessoa que é o Dr. Pelúcio. O Dr. Pelúcio tinha uma veneração pelo Getúlio, uma admiração profunda e entendeu o alcance e a importância do trabalho que a gente estava fazendo. E aí ele apostou mesmo. Ele apostou. E aí nós crescemos. Foi aí que nós contratamos esses estagiários todos, que foram virando pesquisadores e fazendo as suas teses, seus trabalhos universitários e tudo. Então eu acho que o CPDOC é a única experiência que eu conheço de uma coisa que saiu de... Que brotou de dentro, de uma raiz muito incipiente, muito... E desabrochou e cresceu e multiplicou. É incrível. Eu nunca vi isso. (FGV CPDOC, 2019)

Além disso, a professora destaca a relevância dos fomentos privados (nacionais e estrangeiros) sobre sua formação e sobre seu trabalho como pesquisadora, não só no Museu Nacional e no IUPERJ, mas também no CPDOC:

Por exemplo, a Ford, eu recebi dinheiro da Fundação Ford, na França, para terminar a minha tese. A bolsa. E eu acho que a criação do Museu Nacional e do Iuperj, realmente, deram uma encorpada no Rio de Janeiro fantástica. E aqui, mais uma vez, o Cândido Mendes teve um papel incrível, porque ele bancou, com recursos próprios, uma entidade privada custo zero para os alunos. Quer dizer, isso não existe, esse nível de patrocínio. Mas... Eu acho que essas instituições, elas ocuparam um espaço muito grande aí de formação de uma nova qualificação profissional, de novos profissionais, de outra qualidade, de outra concepção. Acho que o papel do Museu Nacional e do Iuperj foi muito grande. Eu fiquei muito... Por exemplo, aqui no CPDOC, eu ficava muito amparada, porque eu achava que essas duas instituições me permitiam enfrentar uma certa dispersão, aqui, historiográfica e também documental. Porque a documentação ela é classificatória,

mas ela não é analítica. Então, eu dei aula no Museu Nacional, logo que eu cheguei no primeiro ano, 74, eu dei aula no Museu Nacional, 75, eu dei aula no Iuperj, fiquei muito ligada com essas duas. (FGV CPDOC, 2019)

Numa análise mais específica sobre a agenda de pesquisa do CPDOC, a Professora Aspásia Camargo ressalta a viabilidade do desenvolvimento das pesquisas e trabalhos descritivos e empíricos realizados com base no conjunto de dados disponibilizados pela entidade:

E o político continua sendo político, não vai se reduzir ao social. Ele tem o seu peso específico, a sua densidade própria. E isso foi muito importante, porque nós, na verdade, o que o CPDOC fez de mais valioso no conjunto da obra foi restaurar a importância e a dignidade da política, que foi levada às últimas consequências e que depois mostrou que o Brasil inteiro ficou de joelhos, porque você não faz um obituário, não faz nada sem você ir consultar as fontes e, logicamente, com um obituário baseado nos dados do CPDOC é muito diferente, do ponto de vista civilizatório, do ponto de vista da educação do povo, etc, muito diferente do que um obituário em que você, apenas, diz algumas coisas interessantes sobre as pessoas. Eu acho que dá para você fazer um julgamento muito mais adequado. (FGV CPDOC, 2019)

Para além dos recursos materiais, bibliográficos, audiovisuais e documentais, dispostos para acesso no CPDOC, é importante destacar o eixo de pesquisa da instituição, principal atividade desenvolvida. Desde a criação na década de 70, o centro desenvolve linhas de investigação que estão organizadas em Laboratórios de Pesquisa, os quais atualmente são 09 (nove), a saber: Laboratório de Pensamento Social – LAPES; Laboratório de Estudos da Cultura Visual – LECV; Laboratório de Estudos do Esporte – LESP; Laboratório de Estudos sobre Instituições – LEI; Laboratório de Estudos sobre Militares – LEM; Laboratório de Humanidades Digitais – LhuD; Laboratório de Estudos sobre Estado, Poder e Sociedade – LAEPS; Laboratório de Estudos Políticos – LEP; Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Interseccionalidades – NEGRI; Laboratório de Educação, Memória, Acervos e Informação – LEMAI; Laboratório de Antropologia Contemporânea – LAC; Laboratório de Análise de Políticas Públicas e Sociais – LABSOCIAL (FGV CPDOC, 2025).

Como mecanismos de divulgação científica, o CPDOC lançou em 1988 a Revista Estudos Históricos, sendo uma publicação semestral, de caráter interdisciplinar, com avaliação A1 de acordo com a classificação Qualis/CAPES (FGV CPDOC, 2025). Além disso, em 2009, foi lançada a Revista Mosaico, cuja finalidade é divulgar pesquisas e trabalhos nas áreas de ciências humanas e sociais (FGV CPDOC, 2025).

No eixo de ensino, o CPDOC inaugurou, em 2003, o programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, cuja linha de pesquisa é interdisciplinar, com cursos

de mestrado e doutorado acadêmicos e cursos de mestrado e doutorado profissionais (FGV CPDOC, 2025). Também são oferecidos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Em 2005, o centro ampliou a oferta de cursos de ensino superior com a criação da Escola de Ciências Sociais e a abertura do curso de graduação Bacharelado em Ciências Sociais (FGV CPDOC, 2025). Há também a oferta de cursos de curta e média duração, em formatos diversos (presenciais, online e híbridos) (FGV CPDOC, 2025).

Sobre a internacionalização acadêmica, o CPDOC possui “convênio de intercâmbio com universidades estrangeiras, recebendo alunos de outros países e enviando nossos discentes para experiência no exterior” (FGV CPDOC, 2025). Atualmente, o programa de pós-graduação do CPDOC tem colaboração com 30 (trinta) instituições estrangeiras em 16 (dezesesseis) países. Nos Estados Unidos, há colaboração com as seguintes universidades: *Columbia University*, *Brown University*, *University of Hawaii at Manoa*, Universidade da Califórnia, Los Angeles – UCLA (FGV CPDOC, 2025).

O que se observa, a partir da análise histórica das instituições de pesquisa mencionadas, é que o processo de autonomização da ciência política no Brasil foi paulatino e envolveu diversos agentes inscritos em diferentes entidades acadêmicas. Cabe destacar também os importantes trabalhos de Sergio Miceli (1990; 1995) para a compreensão da história das Ciências Sociais no Brasil, especialmente da Ciência Política. Os dois volumes da obra “Histórias das Ciências Sociais no Brasil” apresentam um panorama histórico detalhado do desenvolvimento e da institucionalização das disciplinas de Ciências Sociais no país. Miceli (1990; 1995) destaca a ocorrência de um processo gradual de autonomização da Ciência Política, com ênfase no papel das instituições de ensino e pesquisa, como universidades e os centros especializados de pesquisa. Além disso, o autor enfatiza as redes de sociabilidades entre intelectuais e pesquisadores, evidenciando como as relações pessoais e institucionais influenciaram a produção e a circulação de ideias, bem como a consolidação de paradigmas teóricos em ciência política no Brasil.

Com a formatação de uma disciplina autônoma, as décadas seguintes (1990, 2000 e 2010) são demarcadas pelo aumento do apoio e do aporte financeiro estatal em pesquisa e concessão de bolsas de estudos em ciência política, especialmente após mudanças significativas no cenário político e econômico do Brasil, como descrevem Elisa Reis, Fábio Wanderley Reis e Gilberto Velho (2017).

No entanto, a disciplina seguiu ainda muito marcada pela internacionalização e pela experiência formativa internacional, como destacam Rafael Madeira e André Marengo

(2016), que indicam que os Estados Unidos são o principal destino da formação internacional e das publicações, seguidos por França e Inglaterra (países que recebem pesquisadores brasileiros para formação) e por Argentina e Espanha (países que recebem maior quantidade de publicações de artigos brasileiros), dados que apontam, segundo os autores, para a concentração de fluxos formativos em países centrais.

Outra análise contemporânea importante sobre a ciência política brasileira é a de Fernando Leite (2017), em sua tese de doutorado que analisa a estrutura do campo na busca pela compreensão dos princípios de divisão que organizam a produção acadêmica nacional em ciência política. Após análise de artigos publicados entre os anos de 2010 a 2012 em 23 (vinte e três) periódicos nacionais classificados como A1, A2 e B1 no Qualis da área científica, Leite (2017) estrutura em duas dimensões centrais de organização da produção em ciência política no Brasil: a) tradições disciplinares (abordagens politólogas, societais, estatais, econômicas); e b) tradições intelectuais (embate entre a tradição cientificista, quantitativa, empírica, causal, e a tradição humanística, qualitativa, ensaística, teórica). Tais tradições “atuam como princípios de divisão, ao mesmo tempo determinando o conteúdo da produção e hierarquizando-a” (Leite, 2017, p. 08).

Segundo Leite (2017), a hierarquia do campo nacional favorece pesquisas que expressam abordagens politólogas e de “orientação científica” (Leite, 2017), sobretudo as que utilizam métodos estatísticos e seguem padrões metodológicos influenciados pelo modelo norte-americano. Esse arranjo, de acordo com o autor, está associado diretamente ao processo de autonomização da disciplina no Brasil e à trajetória acadêmica e profissional dos dois grupos teóricos nacionais mais influentes, representados pelo eixo UFMG-IUPERJ, seguido por USP-UFRGS-UFPE, que evidencia que “além de diversa, a Ciência Política é uma disciplina cindida (há oposições na diversidade) e estratificada (há desigualdade entre as posições).” (Leite, 2017, p. 05).

De fato, ainda hoje observa-se a forte influência da tradição norte-americana na ciência política brasileira, tendo sido iniciada desde a institucionalização da disciplina do Brasil, como demonstrado, com investimentos materiais, de financiamento e suporte através de agências de custeio para desenvolvimento de pesquisas nacionais em ciência política, mas também se observa com os influxos teóricos e dogmáticos oriundos dos Estados Unidos. Um exemplo disso é a apropriação no Brasil dos estudos de Robert Dahl sobre o conceito de poliarquia aplicado aos sistemas de representação política e às arenas públicas da democracia (Passos, Mendes, Guimarães, 2022), bem como a prevalência do uso de metodologias de

pesquisa, com métodos e abordagens de cunho empírico, natureza descritiva e enfoque quantitativo/estatístico sobre a realidade política em trabalhos brasileiros.

Tal influência é destacada não apenas no nível teórico da formação do pensamento político nacional, mas também no direcionamento dos recursos para realização de pesquisas acadêmicas sobre os temas relacionados, na fixação das temáticas e agendas de estudo, na determinação dos investimentos editoriais nacionais e na transplantação de conceitos/termos específicos que acabam por guiar a descrição dos fenômenos políticos, não apenas academicamente, mas com efeitos sobre os tribunais nacionais, a imprensa, os debates partidários e as discussões em redes sociais. É essa mesma influência que se observa quando se trata da operacionalização das categorias “crise da democracia” em território brasileiro.

2. “DEMOCRACIA EM CRISE”: CONJUNTURAS CONSIDERADAS “CRÍTICAS” E SEUS INTÉRPRETES NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

A fim de seguir o percurso metodológico bourdieusiano, é importante considerar os contextos históricos em que enunciados de ciência política, enquanto bens simbólicos, são produzidos e veiculados. Para tanto, é necessário compreender as conjunturas históricas e políticas nas quais as ideias de “crise da democracia” foram elaboradas e, em seguida, em quais conjunturas específicas foram reproduzidas e importadas.

Dessa forma, para os fins deste trabalho, parte-se da análise no âmbito de produção (Estados Unidos) para, em sequência, analisar o âmbito de reprodução (Brasil), a fim de estabelecer os liames e as condicionantes históricas para a operacionalização da categoria “crise da democracia” em territórios norte-americano e brasileiro.

2.1 Contexto Norte-Americano: A Ciência Política e os acontecimentos recentes produtores da ideia de “crise democrática”

As disputas eleitorais nos Estados Unidos são caracterizadas por uma estrutura institucional bem demarcada, cuja aplicação se dá desde o século XVIII. O sistema eleitoral para o principal cargo majoritário é indireto, isso significa que o presidente da república é eleito periodicamente, a cada quatro anos, pelo colégio eleitoral, formado por representantes de cada estado em número de eleitores proporcional ao quantitativo total da população. A legitimidade do colégio eleitoral é frequentemente questionada, diante do possível descompasso entre o voto popular e o resultado final do processo eleitoral. Além disso, o *gerrymandering*, que consiste no método de definição da quantidade de distritos eleitorais de um território, é usualmente tido como uma expressão de manipulação para favorecimento de partido político diante de distorções representativas importantes (Duverger, 1954; Key, 1964).

Cabe considerar que desde meados do século XIX o sistema bipartidário domina os processos eleitorais nos Estados Unidos, sendo destacados o Partido Democrata, tradicionalmente associado a políticas públicas progressistas, defesa dos direitos civis e ampliação da ação estatal em favor da saúde e da assistência social da população, e o Partido Republicano, ligado a políticas conservadoras, defesa do livre mercado e redução do aparato

estatal. Segundo Maurice Duverger (1954), a regra “*winner-takes-all*” (vencedor leva tudo, em português) nos estados fortalece o bipartidarismo e dificulta a existência de partidos de terceira via.

Antes das eleições gerais, ocorrem as eleições primárias, nas quais cada partido escolhe um candidato que será conduzido à disputa majoritária. Tal processo dura alguns meses e envolve grande mobilização social, com vultuosos financiamentos, debates, publicidade e uso intensivo da mídia, recursos esses que são distribuídos de forma estratégica, especialmente entre *swing states*, estados norte-americanos que apresentam, historicamente, votações acirradas e que, normalmente, recebem mais recursos durante as campanhas eleitorais (Key, 1964).

Apesar dos grandes investimentos nas campanhas políticas, cientistas políticos norte-americanos têm alertado, sobretudo nas últimas décadas, para a baixa participação eleitoral, com um percentual de eleitores relativamente pequeno e que tem diminuído por inúmeras razões, entre elas empecilhos legais ligados ao registro eleitoral, bem como desinteresse e descrença no sistema político (Abramovitz, 2010; Hasen, 2016). Ademais, a crescente polarização entre os partidos tem dificultado o consenso e o desenvolvimento de resoluções para problemas públicos que afetam a população norte-americana.

As eleições norte-americanas mais recentes demonstram a ocorrência de controvérsias importantes no debate político nacional, a exemplo do processo eleitoral de 2000, quando George W. Bush, do Partido Republicano, venceu o candidato Al Gore, do Partido Democrata, ocasião em que a decisão final do processo foi definida pela Suprema Corte do Estados Unidos diante de questionamento sobre a contagem de cédulas no estado da Flórida. Já em 2004, Bush (Republicano) venceu John Kerry (Democrata), com forte apelo popular e apoio conservador diante do debate sobre segurança nacional em meio à Guerra do Iraque. Em 2008, numa campanha marcada pela esperança na “mudança” política, Barack Obama (Democrata) venceu John McCain (Republicano), se tornando o primeiro presidente negro eleito na história dos Estados Unidos. Em 2012, Obama foi reeleito presidente, derrotando Mitt Romney (Republicano), sob o mote de dar respostas eficazes à recessão econômica de 2008 e com uma campanha voltada ao “cidadão comum” norte-americano, com enfoque para programas de seguridade social e assistência à saúde.

No processo eleitoral seguinte, em divergência às previsões da imprensa e de parte dos grupos políticos norte-americanos, deu-se a vitória de Donald Trump (Republicano) diante de Hillary Clinton (Democrata) nas eleições presidenciais em 2016 nos Estados

Unidos, ocasião em que diversos cientistas políticos norte-americanos e europeus descreveram o cenário nacional e prescreveram as condições para a eleição do empresário nova-iorquino, com a utilização de categorias específicas da ciência política estadunidense.

A análise da convergência de condições sociais, econômicas e políticas que levaram a maioria do eleitorado estadunidense a apostar no candidato do Partido Republicano, considerado um *outsider* pelo campo partidário (Kazin, 2017) e modelo consistente do *self-made man*, exigiu, nos Estados Unidos, formulações teóricas que reproduzem descrições políticas de um verdadeiro “programa de percepção” (Bourdieu, 1996) sobre o modelo democrático proposto pela ciência política norte-americana.

Depois das eleições e mandatos presidenciais consecutivos de George W. Bush, do Partido Republicano, de 2001 a 2009; e Barack Obama, do Partido Democrata, de 2009 a 2017, já se esperava que um representante do Partido Republicano fosse conduzido ao cargo de Chefia do Poder Executivo norte-americano, em consagração ao princípio da alternância democrática e que representa a polarização política existente entre os dois principais partidos dos Estados Unidos, fato que persiste desde o período da independência das Treze Colônias em 1776 (Abramowitz, 2018). No entanto, foram consideradas “surpreendentes” as vitórias nas urnas, em novembro de 2016, de Trump, quando este conseguiu derrotar a candidata do Partido Democrata, ex-secretária de Estado e ex-senadora por Nova Iorque, Hillary Clinton.

O jornalista e comentarista político da CNN, Eric Bradner escreveu o artigo “5 surprising lessons from Trump’s astonishing win” no site CNN Politics em 09 de novembro de 2016 no qual expressou a enorme surpresa da classe política norte-americana com a vitória eleitoral do candidato republicano, descrita como “uma das reviravoltas mais impressionantes da história política americana”. Bradner descreve os erros nas pesquisas, nos modelos de projeção e nos comentários de veteranos políticos estadunidenses, também destacando a ausência de uma coligação forte em torno de Clinton, que mesmo com apoio dos eleitores latinos e das mulheres não conseguiu alcançar a força dos eleitores brancos que apoiaram Trump.

Bradner destaca também a importância dos votos nas áreas urbanas, onde os democratas saíram vencedores, mas igualmente ressalta os votos nas áreas rurais, onde eleitores brancos apoiaram de forma massiva o candidato republicano. Além disso, a enorme diferença de votos alcançados por Clinton em relação ao anterior candidato democrata Barack Obama, em suas vitórias presidenciais em 2008 e 2012, também foi observada com atenção diante da diminuição significativa da participação de afro-americanos nas eleições.

Diante de um resultado eleitoral tão significativo, diversos estudos em ciência e sociologia política sobre o comportamento e as preferências do eleitorado americano se multiplicaram para tentar descrever e explicar a afirmação de Trump no cenário nacional. As teses dominantes no domínio intelectual e no mercado editorial norte-americano diziam respeito à descrição de cenários de “crises” sociais, culturais e políticas, que afetavam diretamente os resultados dos processos eleitorais.

A socióloga norte-americana e professora da Universidade da Califórnia - Berkeley Arlie Russel Hochschild (2016) realizou trabalho etnográfico com eleitores identificados como “conservadores” no estado da Louisiana e descreveu a “história profunda” (“*deep history*”, no inglês) que era replicada entre eles para explicar a percepção de “estranheza na própria terra” diante da concorrência com minorias étnicas (especialmente imigrantes) na conquista pelo “*american dream*”. Hochschild (2016) destacou a percepção de frustração e o ressentimento dos eleitores norte-americanos com as medidas do governo de Barack Obama favoráveis à coexistência de minorias nos espaços sociais dos EUA. Além disso, a autora descreveu os sentimentos de abandono econômico e cultural entre aqueles eleitores e concluiu que o apoio a Donald Trump não se resumia a justificativas de caráter econômico, mas, principalmente, a aspectos emocionais e identitários, uma vez que, para eles, o candidato republicano representava a restauração da posição social, da honra e dos valores norte-americanos. Segundo a autora, “*they are waiting in line for the American Dream, and they see other people cutting in front of them. And they see the federal government, in the form of President Obama, waving these people to the front of the line.*” (Hochschild, 2016, p. 136).

A fim de explicar o apelo existente entre as populações rurais em relação ao então candidato Scott Walker ao governo do estado de Wisconsin, a cientista política e professora da Universidade de Wisconsin - Madison, Katherine J. Cramer (2016) realizou diversas entrevistas, entre os anos de 2007 a 2012, a quarenta grupos diferentes de eleitores do estado e terminou por identificar, de forma simultânea, o mesmo apelo à figura de Trump. Ao final, argumentou a existência de uma “consciência rural” (Cramer, 2016) e um profundo “ressentimento” (Cramer, 2016) entre as populações rurais em relação às populações das áreas urbanas do estado, as quais centralizavam recursos, poder e prestígio. Para Cramer, o apoio a Walker e a Trump era expressado como uma forma de autoafirmação política, uma vez que para os eleitores das áreas rurais aqueles eram os únicos candidatos que traziam à tona as frustrações que aquela parcela da população detinha (Cramer, 2016). O “*rural*

resentment” descrito por Cramer era resultado de um sentimento compartilhado de que as comunidades rurais estavam “morrendo” e que as cidades eram as “culpadas” por tal fenômeno e a forma de sobreviver consistia também na participação política no processo eleitoral.

Alan Abramowitz, cientista político norte-americano e professor da Emory University, também estudou a ascensão de Donald Trump no livro “*The Great Alignment: Race, Party Transformation, and the Rise of Donald Trump*”, publicado em 2018 pela Universidade de Yale. Abramowitz afirmou que a eleição do candidato republicano foi resultado de um “grande alinhamento” de condições políticas e sociais que giravam em torno das discussões das categorias “raça” e “identidade”. A importância da identidade racial, a existência de um ressentimento em relação a outras etnias e grupos sociais, combinada com a ansiedade sobre medidas econômicas de governos do Partido Democrata e sobre mudanças demográficas e culturais, levou a um cenário fértil para a mensagem nacionalista de Donald Trump. Segundo Abramowitz, a eleição de 2016 é o resultado de “tendências de longo prazo”, as quais levavam em consideração identidade e partidarismo como matrizes para o comportamento eleitoral norte-americano.

O discurso classificado como populista de Donald Trump também foi objeto de análise pelo historiador norte-americano e professor da Universidade de Georgetown Michael Kazin, no livro “*The Populist Persuasion: An American History*”, publicado em 2017. Na obra, Kazin destaca que a tradição do populismo na história norte-americana é expressa na retórica persistente de que o “povo virtuoso” se opõe às “elites corruptas” e argumenta que Trump se apropriou, de forma muito eficaz, dessa linguagem como forma de canalizar todo o ressentimento popular contra o *establishment*. Kazin (2017) evidencia que o candidato republicano se apresentou como um *outsider* que falava em nome do “povo esquecido” e explorou, de forma contundente, ansiedades econômicas, culturais e identitárias.

A análise da ciência política americana dava conta da existência e da expressão coletiva dos sentimentos de perda, abandono, desprestígio e ressentimento oriundos de questões identitárias, culturais, raciais e econômicas entre eleitores norte-americanos, o que também é apontado como elemento justificador da preferência política por Donald Trump por outros intelectuais norte-americanos como o cientista político Justin Gest (2016), a psicóloga Joan C. Williams (2017) e a filósofa Nancy Fraser (2019).

Há também a análise política de que a vitória de Donald Trump seria a consequência eleitoral de um enfoque acentuado do liberalismo estadunidense na política de identidade, a qual fragmentou a visão unificada de uma política liberal, enfraquecendo uma narrativa nacional coesa, argumento defendido pelo cientista político e historiador norte-americano Mark Lilla em seu livro *“The Once and Future Liberal: After Identity Politics”*, publicado em 2017. Lilla descreve uma “crise” no discurso liberal norte-americano que teve efeitos desagregadores entre o eleitorado estadunidense. O autor, ao descrever tal cenário, também prescreve que, em uma democracia, “a única identidade que importa é a cidadania”, razão pela qual ele defende o retorno ao liberalismo focado na cidadania e na solidariedade.

Como é possível perceber o enigma partilhado, referente à vitória eleitoral de Donald Trump, conduz às inquietações relativas ao enfraquecimento de valores democráticos (mesmo que sejam significativamente contrastantes entre si). Daí emerge a convicção de que há uma “crise da democracia”. Desse modo, diferentes intelectuais comungam de uma mesma ideia, sustentada por indícios muito variados e originados de preceitos díspares.

Logo, outras contribuições de cientistas sociais e políticos norte-americanos para a compreensão dos fatos políticos na histórica recente dos Estados Unidos concentram-se na análise da chamada “crise contemporânea da democracia”, numa descrição histórica que conecta transformações sociais, mudanças econômicas, institucionais e de resultados eleitorais nos Estados Unidos numa perspectiva política comparada. Nesse sentido, observam-se a proliferação de estudos, pesquisas e livros a respeito da descrição desses eventos, numa concepção dominante da ciência política norte-americana que coloca o sistema estadunidense como referencial dogmático do sistema democrático ocidental.

Diante disso, novos porta-vozes no campo da Ciência Política se destacaram, a fim de definir, a partir de suas inscrições disciplinares, as causas políticas do fato recente, sob o pretexto de defender, uma vez mais, a institucionalização da democracia, tida supostamente como “ameaçada” pelo que foi classificado como a “ascensão autoritária” trumpista nos EUA, a qual teria sido “replicada” por diversos líderes de extrema direita em outros países ao redor do mundo. Dessa forma, a “ameaça ao sistema democrático” não estaria restrita somente ao contexto político norte-americano, razão pela qual esses porta-vozes da Ciência Política dos EUA passaram a ser lidos e propagados em diferentes países ao redor do mundo.

Nesse contexto, a proliferação de autores e intérpretes políticos, autodenominados “defensores da democracia”, delineou uma configuração propensa à descrição do tema, num ambiente de concorrências entre diferentes definições da situação democrática nos EUA e

no contexto ocidental. Entre essas disputas teóricas, diversos enunciados performativos de Ciência Política sobre o sistema democrático vigente foram produzidos e replicados à medida que enfatizavam a ideia de “defesa democrática”, o que culminou com uma adesão a tais enunciados e a ampla divulgação, no mercado editorial norte-americano, dos livros dos intelectuais que escreviam a partir dessa perspectiva defensiva sobre a temática.

Nesse cenário, observa-se que a formatação teórica da ciência política norte-americana ocorre a partir da realidade política historicamente situada, o que evidencia a forte tendência descritiva, prescritiva e normativa de tal ciência naquele país. Cabe destacar que o paradigma da ciência política é um dos mais recentes, quando comparado ao das demais ciências sociais, em termos de institucionalização, posto que somente “no início do século XX que foram formalizados modelos explicativos, espaços de ensino e pesquisa, enfim, fronteiras institucionais (mesmo que mal guardadas) em relação, principalmente, à filosofia, ao direito e à sociologia” (Reis, Grill, 2016). Dessa forma, essa disciplina tende a se deparar com situações emblemáticas que influenciam diretamente na formulação teórica e conceitual, o que evidencia a existência de diferentes espaços disciplinares e institucionais de contínua concorrência, na acepção bourdieusiana.

De fato, sob o pretexto de explicar as insatisfações e os ataques direcionados à democracia liberal, regime de governo vigente na maioria dos países do Ocidente, diferentes cientistas sociais elaboraram termos e definições, identificadas numa teoria política recente que afirma a derrocada do sistema democrático atual, constituindo verdadeiros “enunciados performativos” (Bourdieu, 1981, p. 118) para descrição das atuais disposições políticas.

Com efeito, é importante destacar que os autores de Ciência Política desempenham função primordial na formulação de enunciados performativos, na descrição da realidade social vigente e na propagação de programas de percepção e de representação da verdade do mundo político. No entanto, para além da formatação específica de esquemas de percepção do domínio político doméstico (seja local, regional ou nacional), os intelectuais atuam também na circulação de sistemas de representação exógenos, como descrevem Badie e Hermet (1993) e Reis (2013), ao selecionar, traduzir, interpretar, aplicar e propagar enunciados teóricos e esquemas analíticos formatados em outros países. Nesse sentido, há que se falar em *transações culturais* propriamente realizadas por agentes em domínios intelectuais.

Quando se trata das pretensas “teorizações políticas” acerca da denominada “crise democrática”, representadas em grande parte por autores norte-americanos, é possível

observar consistente adesão a elas no Brasil, tendo em vista o número de edições vendidas dos livros dos autores a seguir indicados e o grande número de entrevistas concedidas por eles a diferentes canais da imprensa nacional.

Dessa forma, diferentes autores nos Estados Unidos formam as autoridades acadêmicas que propagam sistemas de representação do mundo político, cuja absorção é significativa no Brasil. Nos Estados Unidos, é possível identificar que a chamada “crise da democracia contemporânea” é descrita e analisada por diversos intelectuais, majoritariamente cientistas políticos, que publicaram suas teses em livros, os quais foram significativamente vendidos nos Estados Unidos.

Um dos principais expoentes da tese da “recessão democrática” é o sociólogo e professor da Universidade de Stanford Larry Diamond. Seu principal e mais famoso artigo sobre a temática foi o “*Facing Up to the Democratic Recession*”, publicado em 2015 no *Journal of Democracy*, um jornal acadêmico publicado quadrimestralmente pela Johns Hopkins University Press, fundado em 1990 e editado inicialmente por Diamond e Marc F. Plattner (Democracy, 2024). No texto de 2015, Diamond argumenta que, desde os meados dos anos 2000, observa-se um declínio significativo no número e na qualidade das democracias institucionais ao redor do mundo, com o aumento de tendências políticas autoritárias e candidatos alinhados a elas. O autor destaca que há fragilidade nas democracias denominadas “de terceira onda” (democracias mais recentes) diante do enfraquecimento de normas e instituições democráticas. Para Diamond, a crise é multifacetada, posto que envolve desde a ascensão de líderes e discursos autoritários até a perda da confiança do eleitorado nas democracias estabelecidas. Para a reversão de tal quadro, Diamond prescreve a necessidade de reforma e consolidação das democracias, nos seguintes termos: “*the key imperative in the near term is to work to reform and consolidate the democracies that have emerged during the third wave—the majority of which remain illiberal and unstable, if they remain democratic at all.*” (Diamond, 2015, p. 141).

Outro intelectual norte-americano que evidencia a “crise democrática contemporânea” é o historiador e professor da Universidade de Yale Timothy Snyder, no seu livro “*On Tyranny: Twenty Lessons from the Twentieth Century*”, publicado em fevereiro de 2017 pela Tim Duggan Books. Ao realizar análises históricas comparativas a respeito do século XX, Snyder destaca a ocorrência de colapsos democráticos e enfatiza a ascensão de regimes totalitários para alertar sobre ameaças recentes ao sistema democrático:

European democracies collapsed into right-wing authoritarianism and fascism in

the 1920s and '30s. The communist Soviet Union, established in 1922, extended its model into Europe in the 1940s. The European history of the twentieth century shows us that societies can break, democracies can fall, ethics can collapse, and ordinary men can find themselves standing over death pits with guns in their hands. It would serve us well today to understand why. (Snyder, 2017, p. 65)

Ao descrever a tirania como expressão política, Snyder aponta que esta pode se apresentar de forma sutil e que os cidadãos possuem a responsabilidade e o dever de defender as instituições democráticas, a verdade sobre fatos históricos e as liberdades e os direitos civis. Nesse sentido, Snyder prescreve que a “crise da democracia” é um risco contínuo que exige atenção e vigilâncias constantes por parte de toda a população civil, mediante ações individuais e coletivas.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, cientistas políticos e professores da Universidade de Harvard, também descrevem a “crise da democracia contemporânea” no livro “*How Democracies Die*”, publicado em janeiro de 2018. Na obra, os autores defendem que as democracias contemporâneas não são frequentemente derrubadas por golpes militares expressos, mas são gradualmente “erodidas” de dentro pra fora, com a eleição de líderes políticos que subvertem as instituições oficiais, como descrevem:

Democracies may die at the hands not of generals but of elected leaders—presidents or prime ministers who subvert the very process that brought them to power. Some of these leaders dismantle democracy quickly, as Hitler did in the wake of the 1933 Reichstag fire in Germany. More often, though, democracies erode slowly, in barely visible steps. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 13).

Levitsky e Ziblatt descrevem o que denominaram como duas normas informais essenciais ao sistema democrático, a saber, a “tolerância mútua” (*mutual toleration*), que consiste no reconhecimento dos partidos políticos como concorrentes legítimos, e a “contenção institucional” (*forbearance*), que se trata do exercício comedido dos poderes institucionais.

Two basic norms have preserved America’s checks and balances in ways we have come to take for granted: mutual toleration, or the understanding that competing parties accept one another as legitimate rivals, and forbearance, or the idea that politicians should exercise restraint in deploying their institutional prerogatives. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 102).

A corrosão desses dois princípios informais do jogo democrático estadunidense contribui, segundo os autores, para uma ameaça direta à estabilidade democrática. Nesse sentido, prescrevem “sinais de alerta” para o comportamento e o discurso autoritários de líderes eleitos, como a rejeição das normas democráticas, a negação da legitimidade dos

demais candidatos e partidos políticos, intolerância a argumentos e discursos contrários, incentivo à violência e a expressão da possibilidade de cerceamento das liberdades civis.

Outro intelectual que descreve a “crise da democracia” é Francis Fukuyama, cientista político e filósofo norte-americano, professor da Universidade de Stanford, que publicou em 1992 sua obra mais famosa “*The End of History and the Last Man*”, na qual argumentou que o fim da Guerra Fria teria marcado a “democracia liberal ocidental” como forma final de governo e ponto alto da evolução ideológica no mundo. Apesar de admitir a possibilidade de algumas crises e desafios, Fukuyama defende que a democracia se trata de uma alternativa sistematicamente superior a outras modalidades de governo. No entanto, diante de novas condicionantes sociais e fatos recentes da história dos Estados Unidos e do mundo, Fukuyama revisita sua tese a respeito da democracia ao publicar o livro “*Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment*”, em 2018. Ao comentar a vitória de Donald Trump, Fukuyama descreve:

The problem with Trump was twofold, having to do with both policy and character. His economic nationalism was likely to make things worse rather than better for the very constituencies that supported him, while his evident preference for authoritarian strongmen over democratic allies promised to destabilize the entire international order. With regard to character, it was hard to imagine an individual less suited to be president of United States. The virtues that one associates with great leadership – basic honesty, reliability, sound judgement, devotion to public interest, and an underlying moral compass – were totally missing. Trump’s primary focus throughout his career had been on self-promotion, and he was perfectly happy to get around people or rules that stood in his way by any means available. Trump represented a broader trend in international politics, toward what has been labeled populist nationalism. [...] Other contemporary leaders who could be put in this category are Vladimir Putin of Russia, Recep Tayyip Erdogan of Turkey, Viktor Orbán of Hungary, Jaroslaw Kaczynski of Poland, and Rodrigo Duterte of the Philippines (Fukuyama, 2018, p. XIV-XVI)

Na obra, Fukuyama destaca que políticas de identidade e anseio por reconhecimento social podem gerar instabilidades sérias ao sistema democrático, com desafios que podem gerar abalos significativos ao modelo das democracias liberais, inclusive com apelo ao populismo. Além disso, destaca o caráter internacional da “crise democrática”, enumerando países e líderes políticos com tais características comuns:

The global surge toward democracy that began in the mid-1970s has gone into what my colleague Larry Diamond calls a global recession. In 1970, there were only about 35 electoral democracies, a number that steadily increased over the next three decades until it reached nearly 120 by the early 2000s. The greatest acceleration came from 1989 to 1991, when the collapse of Communism in Eastern Europe and the former Soviet Union led to a democratic wave throughout that region. Since the mid-2000s, however, the trend has reversed itself, and total numbers have declined. Authoritarian countries, led by China, have meanwhile grown more confident and self-assertive. It is not surprising that new would-be

democracies such as Tunisia, Ukraine and Myanmar should be struggling to build workable institutions, or that liberal democracy failed to take root in Afghanistan or Iraq after the U.S. interventions in those countries. It is disappointing, though not wholly surprising, that Russia has reverted to authoritarian traditions. What was far more unexpected was that threats to democracy should arise from within established democracies themselves. (Fukuyama, 2018, p. XIX-XX)

A historiadora e professora da Universidade de Harvard Jill Lepore também descreve as condicionantes históricas que teriam conduzido os Estados Unidos para uma “crise democrática”. A autora destaca a tensão existente entre as “promessas” ou “verdades” da democracia norte-americana, a saber, igualdade política, direitos naturais e soberania popular, e as inúmeras dificuldades e falhas históricas em efetivá-las. Segundo Lepore, a “crise da democracia” está fundada nas contradições históricas e na luta incessante pela realização das “verdades” indicadas pelos “pais fundadores” da nação norte-americana. Além disso, prescreve que a negação de fatos históricos e a polarização político-partidária tem minado o verdadeiro discurso democrático nos EUA.

O cientista político germano-estadunidense Yascha Mounk, professor da Universidade Johns Hopkins em Washington, D.C, também escreveu sobre a “crise democrática” em seu livro *“The People vs. Democracy: Why Our Freedom is in Danger and How to Save It”*, publicado em 2018 pela Harvard University Press. Inicialmente, Mounk descreve o fortalecimento do argumento de “consolidação das democracias liberais” em vários países no mundo, destacando a obra de Francis Fukuyama:

Um motivo para o triunfo da democracia liberal é que não havia alternativa consistente a ela. O comunismo fracassara. A teocracia islâmica contava com pouquíssimo apoio fora do Oriente Médio. O sistema singular chinês de capitalismo estatal sob a bandeira do comunismo dificilmente poderia ser copiado por países que não partilhassem de sua história incomum. O futuro, assim parecia, pertencia à democracia liberal. A ideia do triunfo infalível da democracia ficou associada à obra de Francis Fukuyama. [...] Muitos criticaram Fukuyama por sua suposta ingenuidade. [...] Apesar da crítica vociferante, o pressuposto fundamental de Fukuyama se revelou de enorme influência. [...] Impressionados com a estabilidade sem paralelo das democracias ricas, os cientistas políticos começaram a conceber a história do pós-guerra em diversos países como um processo de “consolidação democrática”. (Mounk, 2018, p. 17-18)

No entanto, com o passar dos anos e as dificuldades de implementação e manutenção dos regimes democráticos nos países pelo mundo, Mounk descreve que os dois componentes principais de uma democracia liberal (garantia de direitos individuais e prevalência da vontade popular) foram separados, o que conduziu ao surgimento do que ele denominou de “democracias iliberais”, nas quais a vontade dita popular, ou majoritária, subjuga os direitos

das minorias étnicas, ao mesmo tempo em que as instituições são mobilizadas para proteger direitos, mas são vistas como desconexas das realidades do povo.

De acordo com Mounk, a crise política observada nos Estados Unidos e em outros países no mundo era resultado de uma grande “tentativa” política de construção de democracias multiétnicas, no entanto, com graves dificuldades para implementação: *"we are running a great experiment: For the first time in history, we are trying to build multiethnic democracies that treat all their members as true equals. It is an experiment we cannot afford to lose."* (Mounk, 2018, p. 293). Nesse cenário, o autor prescreve que o populismo, como aquele encabeçado por Donald Trump, é um sintoma da desconexão entre os componentes essenciais da democracia, o que ameaça gravemente a estabilidade de um regime denominado democrático. Segundo o autor:

A eleição de Donald Trump para a Casa Branca foi a manifestação mais aparente da crise da democracia. [...] Pela primeira vez em sua história, a democracia mais antiga e poderosa do mundo elegeu um presidente que despreza abertamente normas constitucionais básicas — alguém que deixou seus apoiadores “em suspense”, ameaçando não aceitar o resultado da eleição; que defendeu a prisão de sua principal opositora política; e que sem exceção preferiu os adversários autoritários do país a seus aliados democráticos. Mesmo se no fim das contas Trump for cerceado pelos mecanismos institucionais de controle, a disposição do povo americano em eleger um aspirante a déspota para o cargo mais alto do país é um péssimo sinal. E a eleição de Trump dificilmente pode ser considerada um incidente isolado. Na Rússia e na Turquia, déspotas eleitos conseguiram transformar democracias incipientes em ditaduras eleitorais. Na Polônia e na Hungria, líderes populistas rezam essa mesma cartilha para destruir a liberdade de imprensa, solapar as instituições independentes e calar a oposição. (Mounk, 2018, p. 16)

No mesmo sentido, a escritora, jornalista e historiadora norte-americana Anne Applebaum também descreve a “crise da democracia” em alguns países ocidentais, assim como nos Estados Unidos, a partir de seu livro *“Twilight of Democracy: The Seductive Lure of Authoritarianism”*, publicado em 2020, pela Editora Doubleday. Ao analisar a “atração” do eleitorado por formas de governo autoritárias ou iliberais, Applebaum argumenta que o apelo do autoritarismo atinge não somente as massas, mas também intelectuais e políticos que, diante da complexidade da efetivação do regime democrático, acabam por ceder às alternativas políticas “mais simplórias” e hierarquizantes. Diante disso, a autora prescreve que a polarização político-partidária somada à propagação de desinformação e ao declínio da confiança popular nas instituições democráticas criam o cenário ideal para o fomento de líderes autoritários. Em suas palavras, *"given the right conditions, any society can turn against democracy. Indeed, if history is anything to go by, all of our societies eventually will."* (Applebaum, 2020, p. 12).

Observa-se que os autores norte-americanos que atuaram no processo de objetivação e historicização da “crise da democracia contemporânea” realizam um trabalho comparativo que coloca a referida tese em aplicação no contexto dos Estados Unidos e também em diversos países no mundo. Dessa forma, a proeminência da formulação teórica encontra replicabilidade e força no domínio intelectual exatamente por considerar não apenas a realidade social e política dos Estados Unidos, mas também a semelhança com outros cenários nacionais no mundo.

2.2 Contexto Brasileiro: A Ciência Política e o conjunto de acontecimentos em domínios recentes produtores da ideia de “crise democrática”

O Brasil passou por diferentes regimes e sistemáticas de escolha do presidente, desde a República Velha (1889-1930), no qual o voto era aberto e restrito a homens alfabetizados, num período em que havia uma forte influência das oligarquias estaduais de São Paulo e Minas Gerais (política do “café com leite”). Durante a Era Vargas (1930-1945), houve um período de centralização política, com eleições suspensas durante o Estado Novo. Já na fase denominada de “Redemocratização”, que se deu entre os anos de 1945-1964, observou-se um retorno ao voto direto e com o voto feminino já garantido desde 1932. No período da Ditadura Militar (1964-1985), ocorreram eleições indiretas para presidente via Colégio Eleitoral. Já no período da Nova República (pós-1988), com a promulgação da Constituição Federal de 1988, eleições presidenciais passaram a ser diretas, com dois turnos quando não alcançada maioria absoluta dos votos (Abranches, 1988; Almeida, 2011).

As principais características das disputas eleitorais no Brasil (pós-1989) são o sistema eleitoral majoritário em dois turnos, isto é, se nenhum candidato obtiver mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos no primeiro turno, há segundo turno entre os dois mais votados (TSE, 2024). Além disso, o voto é obrigatório para cidadãos de 18 a 70 anos, e facultativo para analfabetos, jovens de entre 16-17 anos e para maiores de 70 anos. Destaca-se também a utilização da urna eletrônica, adotada a partir de 1996, considerada ágil e segura por diversos órgãos, embora alvo de debates políticos recentes (TSE, 2024).

Outra característica importante para análise do sistema eleitoral brasileiro é o alto número de partidos registrados: o sistema proporcional para o Poder Legislativo estimula a fragmentação política, afetando alianças presidenciais (Almeida, 2011). O pluripartidarismo, garantido pela Constituição Federal de 1988, reforça a existência de vários partidos no

cenário nacional, destacando-se o PT – Partido dos Trabalhadores; PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira; MDB – Movimento Democrático Brasileiro; PFL/DEM – Partido da Frente Liberal / Democratas; PDT – Partido Democrático Trabalhista; PSB – Partido Socialista Brasileiro; e outros relevantes como o PPS (atual Cidadania), PV, PSC, PRB/Republicanos.

Ademais, cabe ressaltar que a realização de campanhas multimídia, cada vez mais robustas e com ampla utilização da internet, apesar do tempo gratuito de propaganda no rádio e TV, reforça o crescimento da influência das redes sociais a partir dos anos 2010, fenômeno que alavanca candidatos e partidos de forma não tradicional (Nobre, 2013).

Cumprir destacar que o processo de retomada do sistema democrático em 1985 e a reconstitucionalização a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, as disputas eleitorais no Brasil tornaram-se mais institucionalizadas, em alinhamento a um processo internacional de fortalecimento das entidades organizacionais estatais, com a utilização da categoria “redemocratização” por diversos atores e intérpretes políticos oriundos dos mais diversos domínios brasileiros.

O realinhamento de forças políticas no Brasil conduziu, no ano de 2013, à eclosão de “manifestações massivas em desafio às instituições políticas” (Alonso, 2017, p. 49), com diferentes causas, atores e mobilização de diversos domínios sociais. Tais manifestações corroeram a estabilidade do governo federal à época, o que conduziu ao processo de *impeachment* da então Presidente da República, fato político insuflado por inúmeras manifestações populares contra questões relativas ao passe livre estudantil, custo de vida até segurança pública e corrupção. As pautas variadas e não unificadas levaram a 03 (três) grandes ciclos de protestos (junho de 2013, 2015 e 2016), de acordo com Alonso (2017), os quais demonstraram novas formas de mobilização nas ruas e nas redes sociais digitais, sobre as quais o governo federal não conseguiu responder de forma satisfatória.

Somado a isso, denúncias e processos judiciais concernentes à prática de corrupção, peculato, tráfico de influência e outros crimes supostamente cometidos por autoridades do governo federal auxiliaram a formatação de novos discursos de confronto ao grupo político dominante e o rearranjo de alianças partidárias. O início da operação Lava-Jato em 2014, conduzida pela Justiça Federal do Estado do Paraná, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, e inspirada pela operação *Mani pulite* do Poder Judiciário da Itália, demarcou o que foi denominada “a maior força-tarefa contra a corrupção no Brasil” (CNN,

2022), se desenrolou em 80 (oitenta) fases e investigou diversos políticos e empresários, entre dirigentes de estatais e empreiteiras.

De acordo com Marcos Otávio Bezerra (2017), a Operação Lava Jato recebeu este nome devido a investigações que se concentraram, inicialmente, no uso de postos de gasolina e lava jato para a movimentação de recursos ilícitos, e que, em seu desenvolvimento, contribuiu para revelar a história dos laços econômicos entre empreiteiras e o Estado, a importância dessas relações no cenário empresarial e a recorrência de envolvimento de particulares em denúncias de corrupção, o que enriqueceu as interpretações sobre relações entre práticas estatais, políticas e corruptas (Bezerra, 2017, p. 102). Ao analisar, a partir de diversos documentos, as dimensões de atuação de uma grande empresa de construção de obras públicas junto ao Estado e também envolvida na operação Lava Jato, Marcos Otávio Bezerra (2017, p. 127) conclui:

[...] espero ter contribuído para demonstrar como práticas frequentemente descritas como de corrupção se articulam com o funcionamento cotidiano da burocracia estatal e da política. É possível observar, nesse sentido, como estas práticas integram um conjunto complexo de relações no qual os interesses econômicos da empresa se encontram com os interesses de parlamentares, funcionários públicos e autoridades governamentais. Ao evidenciar esta dimensão coletiva das práticas tidas como de corrupção, isto é, o fato de se tornarem possíveis através da participação e cumplicidade de uma multiplicidade de pessoas situadas em diferentes posições institucionais, espero ter contribuído, por um lado, para demonstrar os limites das interpretações moralistas e essencialistas da corrupção e, por outro, para a compreensão sobre as condições que favorecem, em situações comparáveis a aqui focalizada – a reprodução social da corrupção.

Ao observar as denúncias de corrupção apuradas pela operação Lava Jato, Bezerra expõe os entrelaçamentos profundos existentes entre o sistema político e as ações de empresas/dirigentes, algo que tomou grande evidência no cenário nacional e revelou práticas corruptas e corruptoras de diversos agentes situados nos domínios político, social e econômico no Brasil, sobretudo agentes políticos. As condenações advindas da referida operação aprofundaram ainda mais o que a imprensa nacional cunhou como “crise político-social” no Brasil, evidenciando graves fragilidades e falhas no sistema político nacional. Nesse sentido, outros agentes assumem centralidade no debate político, entre eles, juízes, promotores de justiça, delegados, entre outros denominados “operadores do direito”. Sobre a inflexão política de agentes judiciais em atos direcionados à “luta contra a corrupção”, Fabiano Engelmann descreve que:

O ponto máximo nesse deslocamento é o início da Operação Lava Jato em 2014 tendo como alvo preferencial dirigentes e ocupantes de postos públicos nacionais. Para além dos efeitos de conjuntura que deram condições ao desencadeamento

desses escândalos, pode-se avançar a hipótese de um efeito estrutural que contrapõe o protagonismo da elite judicial em torno da “efetivação de direitos” da Constituição de 1988 em proveito de um ativismo punitivo. Nesse cenário, estruturalmente, o crédito acumulado pelos agentes judiciais pode ser contraposto ao (des)crédito dos representantes políticos marcados como “corruptos” na “forma do direito” (Engelmann, 2021, p. 54).

Nesse sentido, as disputas políticas ganham contornos ainda mais dissociadores, com esquemas performáticos diversos e com modelos de resolução da corrupção e de outras problemáticas brasileiras que partem de formulações de diferentes agentes, entre eles os intelectuais. No Brasil, a chamada “crise política” toma grandes proporções, uma vez que as inflexões e mudanças no jogo político acirraram-se ainda mais desde o ano de 2013, com muito mais instabilidade e caráter destruturante. Dessa forma, Ronaldo Almeida (2019, p. 187) descreve que:

Já não se trata tão somente de uma crise política, que em parte decorreu e é paralela à crise econômica, mas de algo também com implicações jurídicas (na medida em que está em jogo o pacto democrático consagrado na Constituição de 1988), societárias (uma vez que têm sido frequentes as fissuras nas relações interpessoais em parcelas da população) e culturais (posto que o jogo de forças tem levado a choques identitários, de valores e comportamentos).

O acirramento das disputas políticas culminou com uma grave ruptura institucional e de alianças existentes entre os Poderes Executivo e Legislativo Federais, o que conduziu ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016, sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal, diante da suposta abertura de créditos adicionais ao orçamento da União sem a respectiva autorização legislativa do Congresso Nacional. Apesar da troca de chefia do Poder Executivo Federal a partir de 2016 e mesmo com a prisão de Luís Inácio Lula da Silva em 2018, as insatisfações populares com o sistema político persistiram e se intensificaram com a mobilização de pautas sociais importantes que foram apropriadas e repaginadas num discurso conservador e neoliberal de viés radical.

Diante da nova configuração de forças entre os domínios sociais, as disputas políticas pós-2016 tomaram contornos populares ainda mais fortes e inscreveram novos “estilos de ativismo”, o que, segundo Angela Alonso (2017, p. 49), resulta da apropriação de “repertórios de confronto disponíveis”. Ao descrever esse contexto de apropriação, Alonso baseia-se na Teoria do Confronto Político de Charles Tilly e destaca a existência de três repertórios de confronto, os quais foram efetivamente apropriados e destacados nas performances políticas brasileiras da última década, a saber: o *repertório socialista*; o *repertório autonomista*; e o *repertório patriota*. Com efeito, o repertório socialista é marcado por símbolos esquerdistas e de organização vertical; o repertório autonomista é

oriundo de movimentos de justiça global, com a repaginação de signos e slogans anarquistas (anti-hierarquia de gênero, tática *black bloc*, anticapitalismo); e o repertório patriota, que recupera simbologias de tradição local e agendas das grandes mobilizações nacionais Diretas Já (1984) e Fora Collor (1992) (Alonso, 2017, p. 48-49).

Ademais, com a vitória de Jair Bolsonaro, candidato filiado à época ao Partido Social Liberal (PSL) em 2018, surge, dentro do domínio político brasileiro, uma parcela política considerada de direita, com ideologia adjetivada de conservadora, que se insere no processo político-eleitoral, disputa procedimentalmente e assume o poder governamental no Brasil, desencadeando um grande rearranjo do cenário dominante, com a forte retomada do discurso de contraposição entre esquerda-direita. No entanto, o que ganha ainda mais força é um discurso antipolítico e antissistema, no qual as instituições democráticas são questionadas e colocadas à prova, ao mesmo tempo em que a democracia representativa encontra desafios ainda mais complexos, com a dispersão de novas causas, novos porta-vozes e novos repertórios de ação (Grill, Reis, 2023).

Com a vitória do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores - PT, nas eleições de 2022, o discurso antissistema do “bolsonarismo”, fenômeno político direitista ligado à Jair Bolsonaro, foi inflamado pela perda de seu candidato no processo eleitoral e transformado em atos de manifestação política em diversas cidades do Brasil, culminando com o ataque direto às sedes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no dia 08 de janeiro de 2023, em Brasília, Distrito Federal.

Dessa forma, de acordo com a *doxa* da ciência política atual, encabeçada por intelectuais estadunidenses e europeus, o Brasil teria se alinhado a uma conjuntura internacional identificada na Turquia, na Hungria e nos Estados Unidos, por exemplo, e que representa a chamada “crise democrática contemporânea”, marcada pelo declínio do modelo democrático liberal, endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimento eleitoral democrático e fortalecimento de discursos direitistas radicais, descritas por diversos autores e cientistas políticos (Castells, 2018; Levitsky, Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Mounk, 2019).

Então, novamente a ascensão política de um “líder de direita” é o “gatilho” para a proliferação de diagnósticos sobre a “crise da democracia”, dessa vez no Brasil. E, desse modo, as condições de recepção dos autores norte-americanos citados na seção anterior se fortalecem ainda mais. E os paralelismos retroalimentam a sensação de que algo não está funcionando corretamente no regime político.

Esse discurso a respeito da “crise da democracia” foi fomentado de forma argumentativa pelo domínio intelectual, especificamente por cientistas políticos nacionais. Nesse sentido, observam-se os trabalhos de Bernardo Ricupero, professor doutor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), nos quais destaca as frequentes rupturas políticas e desafios institucionais enfrentados no Brasil desde a redemocratização e alerta para a ascensão da extrema-direita no país. Segundo Ricupero, a eleição presidencial de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro significaram uma “ruptura” com o pacto político pela redemocratização, processo que foi iniciado anos antes e reforçado pelo *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff em 2016.

Ricupero analisa o fenômeno da “antipolítica” como manifestação global com diferentes expressões ideológicas e identifica no discurso de Bolsonaro elementos antipolíticos, como os argumentos anti-*establishment* (Ricupero, 2022). No entanto, Ricupero destaca que as explicações mais comuns sobre a antipolítica nos países centrais do mundo não se aplicam integralmente ao Brasil, posto que a antipolítica é frequentemente associada à crise financeira de 2008, fato que não teve tanto impacto político no Brasil. Para o autor, a eleição de Bolsonaro em 2018, apesar de ter sido uma surpresa no cenário eleitoral nacional, não representa uma exceção ao modelo político-institucional no Brasil, país onde a linha dominante da história demonstra a persistência de estruturas autoritárias e desiguais. A normalidade democrática, de acordo com Ricupero, no Brasil seria uma exceção identificada brevemente no período da Nova República (Ricupero, 2022). Para o autor, a “crise democrática” no Brasil é muito mais profunda e não se resolve somente com alternância de poder pela via eleitoral, uma vez que a transição do autoritarismo para a democracia no Brasil é um processo incompleto e que as instituições democráticas brasileiras ainda são frágeis e limitadas (Ricupero, 2022).

Na mesma linha, Christian Lynch, cientista político, historiador e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) esclarece que a história política brasileira é demarcada por crises institucionais e enfatiza o papel dos militares para manutenção das raízes do autoritarismo brasileiro. Lynch descreve que o exército brasileiro foi a primeira burocracia organizada de forma legal no país e que os militares teriam construído uma narrativa de que são “tutores da República” e “guardiões da pátria”, considerando-se mais patriotas que os civis (Lynch, 2020; Lynch, 2022). O cientista político analisa as diversas intervenções militares na política brasileira ao longo da história e as enumera desde a Proclamação da República em 1889 até a pressão exercida pelo General Villas Bôas, então

comandante do Exército Brasileiro, sobre o Supremo Tribunal Federal em 2018, diante de conversas restritas com Ministro Dias Toffoli na ocasião do julgamento do *habeas corpus* de Luís Inácio Lula da Silva, fato que foi interpretado pela imprensa nacional como tentativa de interferência do Alto Comando do Exército sobre a Corte Constitucional (UOL, 2021).

Lynch ressalta a resiliência democrática brasileira, especialmente após a redemocratização e prescreve que os 30 (trinta) anos de experiência democrática entre 1988 e 2018 foram fundamentais para evitar um golpe militar durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro. O autor defende que a experiência democrática no Brasil criou mecanismos institucionais que dificultaram a concretização de rupturas graves e destaca o papel das instituições como o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e a imprensa livre como fortes resistências a tendências autoritárias. Em seu livro “O Populismo Reacionário: Ascensão e Legado do Bolsonarismo”, escrito com Paulo Henrique Cassimiro, Lynch argumenta que o bolsonarismo combina autoritarismo, conservadorismo moral e neoliberalismo econômico (Lynch, Cassimiro, 2022) e situa tal fenômeno num contexto global de ascensão de líderes autoritários ou iliberais que provocam e promovem a atual “crise da democracia liberal” (Lynch, Cassimiro, 2022). Para o autor, a forma como se deu a transição democrática no Brasil manteve privilégios e desigualdades sociais que contribuíram para a persistência de elementos autoritários na cultura política brasileira. Apesar disso, Lynch argumenta que a democracia brasileira, ainda que frágil, é mais resiliente do que se pensava e resiste a tentativas de ruptura institucional, mas alerta para os desafios à democracia, expressos na forte polarização política, na desigualdade social e na significativa influência dos militares na política.

Flávia Biroli, professora titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UNB) tem analisado a denominada “crise da democracia brasileira” a partir das dimensões de gênero e desigualdade social. Em seu livro “Gêneros e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil”, publicado em 2018 pela Editora Boitempo, a autora argumenta que a democracia brasileira tem sido limitada pela persistência de desigualdades estruturais, inclusive as de gênero, que restringem a participação cidadã e limita o acesso ao sistema democrático a amplos setores da população brasileira. Além disso, em artigo intitulado “A tragédia brasileira”, publicado em 2020, Biroli avalia o contexto político brasileiro pós-2016, identificando a convergência entre neoliberalismo, autoritarismo, baixa capacidade de liderança política, rechaço pela ciência e desprezo aberto pela vida como justificativa para a ineficiência ao combate da pandemia de coronavírus ocorrida em 2020. A autora destaca

ainda que o momento mais crítico da histórica democrática brasileira ocorreu em 2016, não somente com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, mas também com o comprometimento de gastos públicos mediante a Emenda Constitucional 95/2017, que desarticulou investimentos importantes para a população brasileira. Biroli ainda

Leonardo Avritzer, professor titular de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também se situa como um dos principais teóricos brasileiros sobre democracia participativa e teoria democrática. Em seu livro “Impasses da Democracia no Brasil”, publicado em 2016 pela Editora Civilização Brasileira, Avritzer analisa o contexto social e político no Brasil pós-2013 e identifica 05 (cinco) elementos centrais que compõem sua análise da denominada “crise democrática”: a) limites do presidencialismo de coalizão, o qual estaria deslegitimado a forma de fazer alianças no Brasil, com altos custos para o sistema político; b) limites da participação popular na política, isso porque embora a participação popular tenha crescido desde 1990, não conseguiu modificar substancialmente a relação com a representação política tradicional e nem permear áreas estratégicas do Estado brasileiro; c) os paradoxos do combate à corrupção, os quais revelaram elementos preocupantes da privatização do setor público, o que deslegitimou ainda mais o sistema político, especialmente em relação a alguns partidos políticos; d) as consequências da perda de status social das camadas médias da população, o que diminuiu o distanciamento entre as camadas populares e gerou tensões sociais que se manifestaram politicamente; e) o novo papel do Poder Judiciário na política, demarcado por judicialização política e ativismo judicial, o que tem alterado o equilíbrio entre os poderes da república e influenciado os rumos políticos no Brasil (Avritzer, 2016).

Em obra mais recente intitulada “O pêndulo da democracia”, publicado pela Editora Todavia em 2019, Avritzer desenvolve a tese de que a democracia brasileira é constituída a partir de movimentos pendulares, o que impede a estabilidade política e econômica do país. O autor contextualiza a chamada “crise democrática brasileira” dentro uma “crise global da democracia”, mas identifica especificidades do caso nacional. Segundo ele, desde a redemocratização, o Brasil experimentou governos federais de centro-esquerda que foram majoritariamente apoiados, mas que passaram a enfrentar reações políticas desde 2013. Como saída para a crise, Avritzer propõe uma agenda republicana de ampliação da participação popular e aponta para uma recuperação parcial da confiança nas instituições democráticas, indicando possibilidades efetivas para a superação da crise.

Luís Felipe Miguel, professor titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UNB), é outro importante autor brasileiro que analisa a chamada “crise democrática brasileira”. Em sua obra “O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016”, publicado em 2019 pela Fundação Rosa Luxemburgo, Miguel descreve que o processo de “deterioração democrática” que culminou no *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, evento que o autor caracteriza como um golpe parlamentar. O autor descreve que a democracia brasileira pós-1988 foi construída sobre bases frágeis, com limitações estruturais que nunca foram superadas, posto que foi resultado de um processo de importação de um modelo pronto de democracia liberal ocidental. Miguel prescreve que o problema fundamental da democracia brasileira está no fato de que o modelo democrático foi implantado, não como resultado da pressão dos grupos subalternos, mas como um regime de dominação testado e aprovado pelas elites (Miguel, 2019). Ao analisar o sistema democrático após a Constituição Federal de 1988, Miguel argumenta que apesar de delinear uma ordem liberal democrática avançada, não foi capaz de superar as contradições fundamentais da sociedade brasileira, o que levou o país a viver “de crise em crise”, com rupturas diversas e dois *impeachments* em um pouco mais de duas décadas. A denominada “crise democrática” vivenciada nos últimos anos no Brasil são, segundo o autor, resultado do rompimento do pacto democrático de 1988, realizado unilateralmente pelas classes dominantes, e da incapacidade das forças progressistas, lideradas pelo Partido dos Trabalhadores – PT, de restaurar o referido pacto, mesmo com a reconquista da presidência da república em 2022. O autor também situa a “crise da democracia brasileira” dentro de uma “crise global da democracia liberal”, mas argumenta que há aspectos que diferenciam o caso brasileiro, visto que esta crise, segundo ele, surgiu rapidamente e se consolidou diante de conflitos para implementar as normas mais progressistas da Constituição Federal de 1988. Como resolução, Miguel prescreve que somente a mobilização popular pode reverter o colapso da democracia no Brasil, indicando a necessidade da pressão dos grupos subalternos nacionais.

Marcos Nobre, professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), é um dos mais influentes filósofos políticos brasileiros, e também descreveu os desafios recentes enfrentados pelo sistema democrático no Brasil. Ainda em 2013, em seu livro “Choque de Democracia: Razões da Revolta”, publicado pela Editora Companhia das Letras, Nobre apresentou a tese de que os protestos públicos

ocorridos à época marcavam o fim do ciclo político da redemocratização brasileira e representavam um “choque de democracia”, em que a sociedade se revoltou contra a falta de canais de expressão popular e a blindagem do sistema político contra a influência popular. Para compreender a chamada “crise democrática brasileira”, Nobre trabalha com a categoria de “peemedebismo”, a qual ele define como a construção de “supermaiorias” parlamentares, que vão além dos 3/5 (três quintos) para aprovação de reformas constitucionais, o que funcionaria como uma blindagem do sistema político contra a sociedade que teria se estruturado após o *impeachment* de Fernando Collor em 1992, quando as elites políticas, segundo o autor, criaram mecanismos para se protegerem (Nobre, 2013). Esse peemedebismo obrigaria qualquer presidente eleito a se alinhar com as maiores bancadas parlamentares, o que teria, de acordo com o autor, consolidado um sistema político tradicional e limitado, com pouca capacidade de transformação das estruturas de poder. Nesse sentido, para superação da “crise democrática”, o autor prescreve a necessidade de uma “democratização da democracia”, com a implementação de novas formas de participação política. Apesar de ser muito crítico à capacidade de recuperação da democracia no Brasil, o autor aponta que novos canais de representação devem ser abertos e que a polarização política e o crescimento da extrema-direita no Brasil estão relacionados ao modelo político adotado desde a redemocratização, o qual deverá ser reconstruído sobre novas bases.

Maria Hermínia Tavares de Almeida é professora titular aposentada do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e também abordou análises sobre a democracia brasileira e seus desafios estruturais. Segundo a autora, a democracia no Brasil apresenta “paradoxos de reformismo”, uma vez que a população anseia por reformas que consolidem e ampliem a democracia, no entanto, tais anseios não se refletem em políticas efetivas diante de proclamações partidárias e inclinações individuais que impedem a geração de reformas e a construção de coalizões capazes de executá-las. Ao analisar os processos de democratização e as crises econômicas da América Latina dos anos 1980 e 1990, Almeida prescreve que em cenários de crises, especialmente inflacionárias, há dificuldades severas para a consolidação de instituições democráticas. Em análises mais recentes (Almeida, 2017 e 2023), Maria Hermínia discute o que denominou de “busca pelo centro perdido” na política nacional. Segundo a autora, a polarização política tem dificultado a formação de coalizações reformistas e que a derrocada da centro-direita tradicional criou um “vácuo político” que foi

ocupado por forças mais extremas, razão pela qual a autora prescreve a necessidade de reconstrução de um centro político comprometido com a democracia e com reformas sociais (Almeida, 2023). Além disso, a autora destaca que, apesar dos avanços significativos em termos de inclusão social e participação política, persiste, em grande parte da população, uma insatisfação generalizada com o funcionamento da democracia. Essa insatisfação, segundo ela, origina-se de expectativas não atendidas quanto à capacidade do regime democrático de resolver problemas estruturais. Maria Hermínia também ressalta que os diversos esquemas de corrupção no Brasil determinaram a erosão da confiança do povo brasileiro nas instituições democráticas. A autora defende a importância de fortalecer uma direita comprometida com a democracia e que a consolidação desta depende da construção de um consenso mínimo em torno de valores democráticos e comprometimento com a redução das desigualdades sociais.

Sergio Abranches é sociólogo e cientista político que discute a democracia brasileira a partir de sua análise sobre o “presidencialismo de coalisão”, sistema que o autor define como uma combinação singular de características institucionais que moldam o funcionamento da política brasileira. Abranches descreve que o Brasil possui um presidencialismo multipartidário, federativo e com representação proporcional, bicameral e que resulta num partidarismo fragmentado e diferenciados, quando comparados os planos federal e estadual (Abranches, 2018). Tal sistema presidencialista teria nascido da organização social e política do país ao longo de sua história republicana, com fragmentos presentes desde a Primeira República (1889-1930), consolidando-se com a Constituição Federal de 1988. Abranches descreve que a “crise da democracia representativa” é um fenômeno global e que os sistemas de representação estão descolados dos maiores contingentes sociais. Segundo o autor, a mudança social é mais rápida que a mudança política e que a denominada “crise democrática” não significa o “fim da democracia”, mas sua transformação. Abranches prescreve que grandes transições políticas se expressam, inicialmente, como crises, até que novos modos amadureçam e ofereçam soluções novas. Sobre o cenário político brasileiro, o autor descreve que a “crise política nacional” se iniciou em 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff e que as eleições de 2018 foram disruptivas e geradoras de desalinhamentos do sistema partidário. Abranches prescreve que a “crise política” só se resolverá com o realinhamento partidário e que os riscos que a democracia brasileira enfrenta estão diretamente relacionados aos desequilíbrios dos poderes republicanos, especialmente entre o Executivo e o Judiciário.

Por fim, destaca-se o intelectual brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019) que foi um dos mais importantes cientistas políticos brasileiros, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Uma das principais contribuições do autor para a temática da “crise democrática brasileira” foi sua análise sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que Santos caracterizou como “golpe parlamentar”. Em seu livro “A Democracia Impedida: o Brasil no Século XXI” publicado em 2017, o autor examinou as etapas do processo que desencadeou o impedimento da então presidente da República. Santos se consolidou como intelectual que analisou as crises políticas brasileiras, tendo publicado em 1962 a obra “Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise”, na qual examinou os fatores internos e externos que levaram ao golpe militar de 1964 no Brasil, estabelecendo uma metodologia específicas de análise de crises políticas. Essa metodologia voltou a ser aplicada quando da análise do cenário político brasileiro de 2015-2016. Santos também defendeu a imprevisibilidade do sistema democrático, uma vez que, pela própria natureza, é um modelo com grau significativo de incerteza, o que pode gerar ansiedade social e reações autoritárias em momentos de crise.

O autor prescreveu que a consolidação da democracia brasileira requer a aceitação dessa imprevisibilidade como parte do jogo democrático, e que o “elitismo democrático” no Brasil continuou restringindo a participação política efetiva da população. Além disso, Santos, inspirado pelo conceito de poliarquia de Robert Dahl, descreveu o desenvolvimento da democracia brasileira como um processo de construção de poliarquia, caracterizada por múltiplos centros de poder e uma competição política aberta. Santos prescreveu que os riscos de retrocesso democrático devem ser combatidos com a consolidação da poliarquia brasileira e que, apesar dos desafios significativos que a democracia brasileira passou, com polarização política, desigualdades sociais e fragilidades das instituições democráticas, tal cenário pode ser revertido com a resistência democrática e a mobilização cidadã para enfrentamento de ameaças autoritárias e para construção de uma democracia mais inclusiva (Santos, 2017).

O modelo de percepção política, mobilizado por autores brasileiros, que descreve um cenário de “crise democrática” passou então a ser replicado no domínio político, especialmente por representantes, dirigentes, parlamentares de partidos de esquerda, que os replicaram em suas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, sites oficiais, entre outros meios de comunicação). De forma concomitante, com a tradução e publicação do livro “Como as Democracias Morrem”, em 2018 pela Editora Zahar, os enunciados sobre a “crise

democrática” foram ainda mais pulverizados e legitimados a partir da chancela da ciência política norte-americana. O referido livro foi amplamente veiculado pela imprensa brasileira, em seus diversos canais de mídia e veículos de divulgação¹, com artigos, entrevistas, resenhas e editoriais a respeito dos argumentos da obra e trajetória acadêmica de seus autores. A obra chegou a ser também foi objeto de análise por fundações privadas e *think tanks* nacionais², com destaque para seu caráter descritivo do cenário político internacional. Por fim, chegou até o domínio judiciário, com o uso dos argumentos do livro em decisões judiciais de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Relator Min. Nunes Marques) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Relator Min. Edson Fachin), julgadas pelo Supremo Tribunal Federal³, com menção expressa ao livro e aos autores estrangeiros como doutrina consultada. O que se verificou é que, além dos argumentos domésticos sobre a “crise da democracia contemporânea”, a força dos enunciados estrangeiros, especialmente norte-americanos, foi verificada pela ampla aceitação e divulgação desse paradigma de ciência política.

Com efeito, os enunciados e autores selecionados podem ser reunidos em uma teoria política que caracteriza a democracia como regime de governo sob ataque ou em plena derrocada, por agentes opostos, autoritários e radicais, reconhecidos como antidemocráticos. Nesse sentido, as concorrências teóricas se desenvolvem a respeito de quem (ou o quê) seriam os efetivos opositores à democracia, visto que podem ser identificados, segundo os autores acima identificados, como personalidades políticas autoritárias, partidos políticos cooptados, elites dominantes repaginadas ou até mesmo o povo, enquanto massa manipulada.

No contexto político brasileiro, a referida perspectiva encontrou aceitação entre agentes dos domínios intelectuais, diante da realidade política controversa e de ascensão de grupos políticos de extrema-direita, representados especialmente pelo que se denominou

¹ Publicações sobre o livro e os autores em jornais de grande circulação nacional: “Folha de São Paulo”, em 2018; “O Globo” em 2019, “Carta Capital”, em 2019; “Veja”, em 2019; “Correio Braziliense”, em 2022; “Metrópoles”, em 2023;

² Publicações de artigos no site da Fundação FHC pelo co-autor da obra, Steven Levitsky, em 2018.

³ **ADI 6281/DF** - Distrito Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator(a): Min. Luiz Fux. Redator(a) do acórdão: Min. Nunes Marques. Julgamento: 17/02/2022. Publicação: 26/05/2022. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Publicação Processo Eletrônico DJe-101, Divulg 25-05-2022, Public 26-05-2022.

ADPF 572/DF - Distrito Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Relator(a): Min. Edson Fachin. Julgamento: 18/06/2020. Publicação: 07/05/2021. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Publicação Processo Eletrônico Dje-271, Divulg 12-11-2020, Public 13-11-2020 Republicação: Dje-087, Divulg 06-05-2021, Public 07-05-2021.

“bolsonarismo”. Os diversos livros, artigos e textos de ciência política publicados nos últimos anos no Brasil demonstram a ampla aceitação e promoção de um modelo de percepção que coloca o sistema democrático brasileiro como um “sistema em crise”, com a propagação de diversas prescrições delineadas a fim de reverter a suposta crise.

De todo modo, a referida perspectiva, de traços normativos e institucionalistas, da democracia lança mão de diferentes influências teóricas e propõe que o sistema de governo democrático está em flagrante risco, o que evidenciaria a necessidade de um reforço sistemático popular, engendrado por todos aqueles que são ou se consideram ser “agentes democráticos”. Diante disso, emerge a referida “pré-visão paradoxal”, no termo bourdieusiano, segundo a qual a *doxa* vigente (democracias liberais asseguradas no contexto constitucional ocidental) é reforçada diante de diferentes enunciados de origem intelectual e acadêmica. Tais enunciados, divulgados por investimentos editoriais significativos, executam a defesa da *doxa* vigente, garantida em sua validade por vozes autorizadas, por se tratarem de estudiosos da ciência política de prestigiosas instituições acadêmicas.

No presente caso, há uma reação intelectual à “ruptura herética da ordem estabelecida” (Bourdieu, 1981, p. 118) que ocorre por tomadas de posições autoritárias de partidos/grupos/políticos, que expressam discursos críticos contundentes ao sistema de governo democrático e às instituições por esse asseguradas. Como reação legitimada academicamente, é difundido um discurso de “defesa democrática”, produzido por diferentes autores da Ciência Política, que seriam os baluartes contra uma crise objetiva, derivada da representação política insatisfatória, ainda que em regimes reconhecidamente democráticos (como os dos EUA).

3. INTELLECTUAIS NORTE-AMERICANOS E A RECEPÇÃO DE ENUNCIADOS SOBRE “CRISE DA DEMOCRACIA” NO BRASIL

Para o presente estudo, a fim de operacionalizar o esquema analítico bourdieusiano, e de forma a delimitar a presente análise no contexto do programa de mestrado, dos diversos intelectuais que escrevem nos Estados Unidos sobre “crise democrática”, foram verificados os principais livros que evidenciam a perspectiva normativa de democracia.

Nesse sentido, são destacados os seguintes autores: Larry Diamond, professor de Ciência Política da Universidade de Stanford e diretor do Programa de Democracia do Instituto Hoover; os autores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ambos professores na Faculdade de Governo e Ciências Políticas da Universidade de Harvard; e o professor alemão radicado nos Estados Unidos e naturalizado norte-americano, Yascha Mounk, docente da Universidade Johns Hopkins em Washington, D.C.

Os princípios de escolha dos referidos autores referem-se: i) produção de enunciados específicos sobre “crise democrática”, tendo em vista a quantidade de expressões e trechos minuciosos a respeito do tema democrático atual, particularmente relativos à elaboração e à concordância quanto à existência de “graves crises” no sistema democrático ocidental. A utilização de palavras-chave como “crise”, “recessão”, “declínio”, “regressão”, “derrocada”, “erosão”, “corrosão”, “morte”, ligadas à democracia são o principal indicativo do primeiro critério de escolha dos autores.

O segundo critério diz respeito ao nível de expansão dessas ideias, especialmente para outros países no mundo, com enfoque para o Brasil, local onde as obras principais desses autores foram traduzidas e amplamente divulgadas. O referido nível está expresso na existência de versão traduzida em língua portuguesa, editada e publicada por uma empresa brasileira; na quantidade de cópias dos livros vendidas no país e no número de edições e tiragens feitas por editoras nacionais. Nesse sentido, dos autores em de ciência política norte-americana que escreveram sobre “crise democrática”, identificou-se quais tiveram seus livros publicados no Brasil com maior destaque editorial, comercial e na imprensa nacional. Dessa forma, a partir de análise qualitativa de editoriais em jornais e revistas de circulação nacional⁴, foi possível avaliar que os 04 (quatro) autores, e seus respectivos livros sobre a

⁴ 'Como as democracias morrem' se torna o livro mais vendido pela Amazon no Brasil. **Jornal O Globo**, 24 out 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/como-as-democracias-morrem-se-torna-livro-mais-vendido-pela-amazon-no-brasil-23180692>. Acesso em 04 mar 2025.

temática da “crise democrática”, alcançaram maior número de vendas e distribuição no mercado editorial brasileiro.

O livro “O Espírito da Democracia”, de Larry Diamond, foi lançado e publicado em 2015 pela Editora Atuação, distribuído também pelo Instituto Sivis e fez parte da 1ª Coletânea da Democracia, obra financiada com base na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que contou com 2.000 (duas mil) cópias, distribuídas para acadêmicos, para jornalistas, para parceiros, investidores e ativistas, em 16 (dezesesseis) estados e o Distrito Federal - DF. O livro “Para entender a Democracia”, também escrito por Diamond, foi lançado e publicado em 2017 e fez parte da 2ª Coletânea da Democracia, que distribuiu 5.000 (cinco mil) cópias em 26 (vinte e seis) estados e o Distrito Federal – DF. Os dados sobre as publicações e os locais de distribuição das 2 (duas) coletâneas estão no site do Instituto Sivis, a partir do link <https://sivis.org.br/coletaneas/#open-overlay>.

O livro “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, foi lançado em 2018 pela Editora Zahar e foi considerado um “sucesso editorial” (O GLOBO, 2018), tendo alcançado, ainda em 2018, a marca de 15.000 (quinze mil) cópias vendidas, segundo informações da Editora (O Globo, 2018). Além disso, de acordo com o site *Publish News*⁵, as vendas do livro se destacam entre os meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, com média de venda mensal de 3.600 (três mil e seiscentas) unidades.

Por fim, o livro “O Povo contra a Democracia”, de Yascha Mounk, foi lançado em 2019 pela Editora Companhia das Letras e foi indicado por Gustavo Krause, em artigo publicado na Revista Veja em julho de 2020, como um dos mais relevantes para o cenário brasileiro, e colocado em mesmo patamar que “Como a Democracia chega ao fim”, de David Runciman (Todavia) e “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (Zahar). O livro também foi destacado por outros meios de comunicação nacionais como “obra relevante” com “diagnóstico preciso da crise atual” (Vaiano, 2021).

KRAUSE, Gustavo. Democracia (I) Liberal. **Revista Veja**, 30 jul 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/democracia-i-liberal/>. Acesso em 04 mar 2025.

VAIANO, Bruno. Livro da semana: “O povo contra a democracia”, de Yascha Mounk. **Revista Super Interessante**, 18 ago 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/livro-da-semana-o-povo-contra-a-democracia-de-yascha-mounk/>. Acesso em 04 mar 2025.

⁵ Lista de Mais Vendidos de Não ficção de Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/mensal/13/2018/10/0/0>. Acesso em 05 jul 2025.

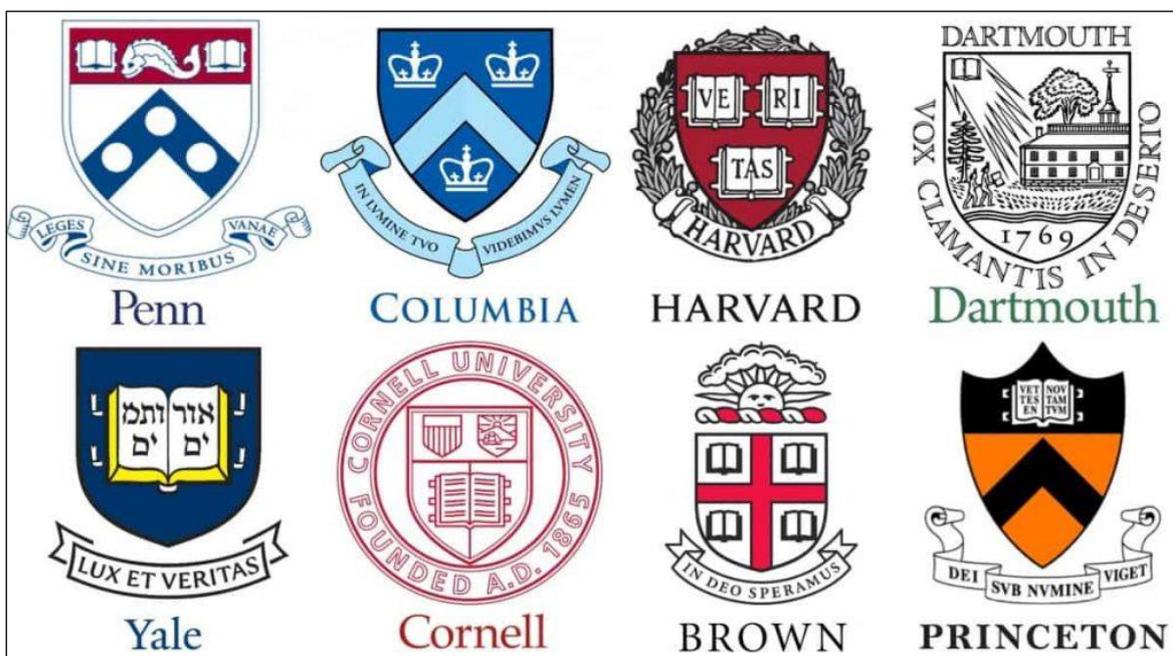


Imagem 2. Universidades norte-americanas que compõem a Ivy League. Reprodução de imagem da internet. Disponível em: <https://misterprepa.net/ivy-league-colleges-affirmatives-actions/>.

O último critério preponderante refere-se à inscrição acadêmica de tais professores no âmbito estadunidense, visto que todos eles são docentes de renomadas universidades norte-americanas, incluída uma instituição da *Ivy League*, aclamada lista das 8 (oito) instituições de ensino superior que reúne as mais célebres universidades privadas situadas no nordeste dos EUA, sendo elas: *Harvard University*; *Princeton University*; *Yale University*; *Columbia University*; *University of Pennsylvania*; *Cornell University*; *Brown University* e *Dartmouth University*. Todas elas aparecem nas melhores posições em rankings de universidades internacionais, como os da *Times Higher Education* e da *QS World University Rankings*.

A partir da seleção de tais autores, inicia-se à análise de seus principais enunciados a respeito do status democrático ocidental. Inicialmente, observa-se os estudos publicados pelo sociólogo norte-americano Larry Diamond, especialmente o artigo internacionalmente conhecido “*Facing Up to the Democratic Recession*”, publicado em janeiro de 2015 no *Journal of Democracy* da *Johns Hopkins University Press*. No artigo, o autor defendeu que “o mundo viveu uma recessão democrática moderada, mas prolongada, desde cerca de 2006” (Diamond, 2015). Diamond destacou que o aprofundamento do autoritarismo na política ocidental colocou em risco o sistema democrático e que democracias historicamente

estabelecidas como os EUA precisariam recuperar “a vontade e a autoconfiança” para promover e tutelar a democracia no exterior.

Diamond é bacharel em Organização Política, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade de Stanford, Califórnia, onde atua como professor do Departamento de Ciência Política. De acordo com o site oficial da universidade (<https://politicalscience.stanford.edu/people/larry-diamond>), Diamond concentra seus estudos nas “tendências e condições democráticas em todo o mundo e em políticas e reformas para defender e promover a democracia” (Stanford, 2023).

Cabe destacar que, em 1990, Larry Diamond e Marc F. Plattner trabalharam como editores-fundadores do *Journal of Democracy*, a revista científica na qual Diamond publicou seu principal artigo sobre a “crise da democracia”. A *Journal of Democracy* é publicada trimestralmente pela *John Hopkins University Press*, uma editora vinculada à universidade estadunidense. A publicação reúne artigos, ensaios, resenhas e trabalhos de autores e pesquisadores de diversas nacionalidades a respeito da democracia norte-americana e ao redor do mundo. A revista é apresentada, em seu site oficial (<https://www.journalofdemocracy.org/about/>) como “a principal publicação mundial sobre a teoria e a prática da democracia”. Além disso, menciona os principais tópicos abordados, bem como evidencia o alto padrão acadêmico da revista e a edição voltada para o público em geral:

The Journal includes not only clusters of essays on topical themes or countries but also articles dealing with every region of the world. In addition, each issue features reviews of important books on democracy; reports on recent and upcoming elections; and excerpts from speeches and appeals by civil society groups, political leaders, and democratic dissidents. The Journal explores in depth every aspect of the establishment, consolidation, and maintenance of democracy, including political institutions, parties and elections, federalism, constitutionalism, public opinion, the role of the media, civil society, ethnic conflict, and the threat posed by authoritarianism. It covers not only practical political matters but also questions of democratic theory and culture. While it maintains the highest scholarly standards, it is written and edited for the general reader. (JOURNAL OF DEMOCRACY, ABOUT, 2025)

Sobre a influência da revista científica, o site oficial informa que a publicação atrai autores e leitores de todo o mundo, bem como cita as diferentes formações acadêmicas de seus colaboradores. Também destaca a “ampla citação” dos editores e autores da revista em diferentes canais e veículos de informação de diversos países no mundo:

The Journal’s authors include eminent social scientists and historians, statesmen and leaders of democratic movements, and renowned intellectuals. Readers include government policy analysts, political scientists, scholars, educators, and

all those interested in human rights, international affairs, foreign policy, and comparative politics. Journal essays, authors, and editors have been widely cited in such leading publications as the Washington Post, Wall Street Journal, New York Times, Boston Globe, New York Review of Books, Chicago Sun-Times, Foreign Affairs, National Interest, Foreign Policy, Wilson Quarterly, Democratization, Daily Times (Pakistan), Commentaire (France), Nova Cidadania (Portugal), and Korea Times (Korea). (JOURNAL OF DEMOCRACY, ABOUT, 2025)

O *Journal of Democracy*, atualmente, faz parte do Fórum Internacional de Estudos Democráticos, sediado e apoiado pelo *National Endowment for Democracy* (NED), fundação privada norte-americana criada em 1983, sem fins lucrativos, que concede subsídios a outras instituições a partir de verba anual do orçamento público dos EUA para “declarar e promover a democracia em todo o mundo”. A partir do NED, institutos democrata e republicano captam recursos para suas atividades, o que caracteriza a entidade como bipartidária (Wong, Schwartz, 2025).

A criação do *National Endowment for Democracy* (NED) se deu como resultado da demarcação institucional que uniu agentes estatais e não-estatais ligados a uma política de estado que saiu “diretamente dos confrontos e das lógicas da guerra fria, mais do que de uma ruptura em relação a ela” (Guilhot, 2003). Com investimento direto à credibilidade científica, para “contrabalancear origens altamente ideológicas” (Guilhot, 2003), o NED se tornou um forte instrumento político, como descreve Nicholas Guilhot (2003, p. 213):

Criado em 1983, pela administração Reagan, para gerar programas internacionais de apoio aos processos de democratização, esse organismo desempenhou um papel pioneiro na definição das práticas transnacionais situadas na articulação da atividade militante com a perícia. Sendo no início apenas uma iniciativa política emanada de círculos restritos, o NED operou a implementação de um verdadeiro campo profissional da hegemonia. Perseguindo especialmente uma estratégia de abertura para as clientelas científicas cuja caução permite colocar na categoria de “perícia” os serviços de militância. Equipando-se com uma publicação parauniversitárias, um *think tank* que desempenha o papel de um centro de pesquisas – o *International Forum for Democratic Studies* – e um conselho científico que reúne “*scholars and others specialists of democracy*”, o NED, desse modo, deu títulos de nobreza às transações que antes escapavam à ordem científica.

Ao atuar como suporte para “forças democráticas no exterior (dissidentes, órgãos de imprensa independentes, líderes democráticos, ativistas dos direitos humanos, sindicatos, etc)” (Guilhot, 2003, p. 213), o NED deu continuidade a ações políticas antes realizadas pela Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*) dos Estados Unidos, que anteriormente detinha um caráter anticomunista mais agressivo. Ao utilizar orçamento anualmente aprovado pelo Congresso, o NED facilitou o financiamento com dinheiro

público de iniciativas privadas, especialmente as norte-americanas, como explica Nicolas Guilhot (2003, p. 214):

Com efeito, a presença de uma fundação que age em caráter privado, e que é facilmente descrita como uma ONG, permite ao governo se desengajar mantendo um certo tipo de intervencionismo político. O ato do Congresso, em virtude do qual o NED foi criado, estipula, aliás, que o “Fundo não será considerado como uma agência ou uma emanção do governo dos Estados Unidos” (US House, 1983, p. 87). Essa estratégia de privatização da política exterior certamente corresponde a objetivos internacionais no momento em que a administração Reagan relança o confronto com a União Soviética. Mas corresponde, também, aos riscos que o poder pode correr no seio da classe dirigente norte-americana.

Em 2025, no início do segundo mandato presidencial de Donald Trump, o financiamento do NED foi bloqueado a partir de decisão do Departamento de Eficiência Governamental, chefiado à época por Elon Musk (Wong, Schwartz, 2025). Diante disso, o Fórum Internacional de Estudos Democráticos do NED teve suas atividades suspensas e o desembolso do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos é objeto de discussão judicial, a partir de ação movida pelo NED contra o governo federal norte-americano (Wong, Schwartz, 2025).

Destaque-se que o Conselho Editorial do *Journal of Democracy* atualmente é formado por Steven Levitsky e Lucan Way, identificados como co-presidentes da revista. Levitsky também é um dos principais autores da publicação, com 16 (dezesesseis) artigos científicos, escritos individualmente ou em colaboração, com diferentes temáticas, mas especificamente sobre a situação das democracias na América Latina, e 03 (três) resenhas de livros.

No site oficial da revista, Levitsky é apresentado como professor do Centro David Rockefeller de Estudos Latino-Americanos, professor de governo e diretor do Centro David Rockefeller de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard (Journal Of Democracy, 2025).

Outro autor e colaborador da revista é Yascha Mounk, com 06 (seis) artigos publicados na *Journal of Democracy*, nos quais discorre principalmente sobre a “desconsolidação democrática”, “dilema antidemocrático” e “recessão democrática”. Mounk é apresentado como professor associado de prática de relações internacionais na Universidade Johns Hopkins, cuja editora realiza as publicações trimestrais da revista. Diante disso, percebe-se que o principal liame objetivo entre os autores identificados é a produção e colaboração com o *Journal of Democracy* e sua instituição mantenedora, que corresponde a uma fundação que carrega recursos do orçamento norte-americano para

promoção de pesquisas e iniciativas que promovem as teorias e conceitos de ciência política norte-americana.

Atualmente, Diamond é membro-sênior do Instituto Hoover, *think tank* de políticas públicas vinculado a Universidade de Stanford, fundado em 1919 por Herbert Hoover, político republicano e ex-presidente dos Estados Unidos, e que atualmente possui como Diretora Condoleezza Rice, cientista política, filiada ao Partido Republicano e ex-Secretária de Estado dos Estados Unidos, durante o mandato do ex-presidente George W. Bush. De acordo com o site oficial (<https://www.hoover.org/about>), o Instituto busca “melhorar a condição humana por meio do avanço de ideias que promovem oportunidades econômicas e prosperidade, garantindo e salvaguardando a paz para a América e toda a humanidade”. Em sua atuação no Instituto Hoover, Larry Diamond coordena pesquisas sobre o poder global da China e a dominação do país sobre Taiwan e sobre a região do Indo-Pacífico (<https://www.hoover.org/profiles/larry-diamond>).

No Brasil, o livro de Diamond “O Espírito da Democracia” foi traduzido e publicado em 2015 e o livro “Para Entender a Democracia” em 2018. Nas duas obras, o autor utiliza a expressão “recessão democrática”, como indicativo de que a democracia ocidental liberal teria atingido seu apogeu na história norte-americana e estaria passando por uma derrocada específica. O autor destaca ainda a relação das “ondas democráticas” ao redor do mundo e a necessidade de que as democracias sejam “bem governadas” para evitar baixos desempenhos e o surgimento de forças antidemocráticas. Nesse contexto, Diamond enuncia que “o desenvolvimento democrático exige a boa governança” (Diamond, 2018).

No contexto norte-americano, os enunciados de Larry Diamond foram utilizados como justificativa teórica para a exigência da escolha consciente de líderes políticos, em contraponto à definição de lideranças demagogas. Na conjuntura política estadunidense pós-vitória de Donald Trump, os enunciados de Diamond enfatizaram o enfraquecimento democrático diante do exercício de uma liderança política sem boa governança e que não prezava pelo fortalecimento das instituições.

No contexto brasileiro, Larry Diamond passou a ser traduzido e lido nacionalmente como defensor do sistema democrático contra líderes demagogos e, reconhecidamente, “antidemocráticos”. Em sua perspectiva teórica, os líderes políticos atuam diretamente para o enfraquecimento das democracias liberais, com discursos autoritários e medidas governamentais que diminuem ou restringem a participação popular nos processos eleitorais e de decisão governamental.

Os professores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt buscam identificar, mais especificamente, as razões históricas que conduziram à eleição de Donald Trump nos EUA. Nesse esforço, os autores desenvolvem a concepção animista⁶ de que a democracia pode “morrer” diante de um processo lento e gradual de enfraquecimento, o qual não ocorre necessariamente com uma ruptura política e institucional grave ou violenta.

Sobre os autores, Steven Levitsky é Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade de Stanford, com Mestrado e Doutorado em Ciências Políticas pela Universidade da Califórnia. É professor de Ciência Política na Universidade de Harvard, em Massachusetts, desde 2008 e atualmente é Diretor do Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos, também da Universidade de Harvard, tendo sido escolhido em 2020. É colunista do Jornal Folha de São Paulo, desde 2018, e atua como professor visitante de Ciência Política na *Universidad Católica del Peru*, desde 2010. De acordo com o site oficial da Universidade de Harvard, as pesquisas do autor estão concentradas nos processos de democratização e autoritarismo, análise de atuação partidos e fragilidades de instituições informais, com foco na América Latina (Harvard, 2023). Atualmente, o autor trabalha em conjunto com Daniel Ziblatt na elaboração de um livro a respeito da democracia multirracial nos Estados Unidos.

Sobre o Centro de Estudos Latino-Americanos David Rockefeller, é importante destacar que tal organização foi fundada em 1994, pelo Presidente da Universidade de Harvard, Neil Rudenstine, com o apoio do banqueiro estadunidense David Rockefeller, tendo sido criada para “estar intelectualmente preparada para responder às mudanças do mundo real nas Américas resultantes das transições democráticas e da reestruturação econômica” (Drclas, 2023).

De acordo com o site oficial da entidade (<https://drclas.harvard.edu/>), essa possui escritórios no Brasil, no México e no Chile, e se apresenta como produtora de pesquisas com trabalho para “aumentar o conhecimento das culturas, economias, histórias, meio ambiente e assuntos contemporâneos da América Latina” (DRCLAS, 2023). Além disso, o Centro

⁶ Sobre a concepção animista no desenvolvimento das ciências, Gaston Bachelard (1996) a define como “obstáculo epistemológico”, um empecilho à objetividade científica, visto que posiciona de forma indevida o fenômeno biológico acima de outros e eleva a “nível de generalidade mal definida” que segue “temas característicos da filosofia puramente biológica” (Bachelard, 1996, p. 187). O obstáculo animista, como descreve Bachelard, impede a especificidade científica posto que sustenta a supremacia do princípio vital entre demais princípios e apresenta “a vida concebida como propriedade generalizada [que] leva a uma atraente tese filosófica, contanto que permaneça vaga e sustentada por uma simpatia indistinta que una todos os seres do Universo” (Bachelard, 1996, p. 192). Além disso, Bachelard alerta que a intuição da vida, numa concepção animista, tem um caráter afetivo, menos intelectualista e mais duradouro (Bachelard, 1996, p. 193).

possui um Comitê Consultivo formado por diversos nomes do empresariado latino-americano, sendo presidido por Alejandro Ramires Magaña (CEO da Cinépolis Cinemas) e que também conta com a participação do empresário brasileiro Jorge Paulo Lemann, ex-aluno da Universidade de Harvard e fundador da Ambev e da 3G Capital. Sobre o referido comitê consultivo, o site oficial do centro de estudos o descreve como um grupo formado por “importantes membros”, que constituem “uma fonte singularmente importante de aconselhamento crítico e suporte” (Drclas, 2023).

Sobre Daniel Ziblatt, colaborador de Levitsky, é importante destacar que ele também é professor de Ciência Política na Universidade de Harvard e atualmente ocupa o cargo de Diretor da Unidade de Pesquisa “*Transformationen der Demokratie*”, do Centro de Ciências Sociais de Berlim WZB (*Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung*), desde outubro de 2020. É bacharel em Artes, com dupla graduação em Estudos Alemães e Política, tendo concluído *Magna Cum Laude*, em 1995, pela Pomona College, na Califórnia. Possui doutorado em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Berkeley, em 2002. Foi Diretor do Centro de Estudos Europeus da Universidade de Harvard em 2014 e 2019, mesmo ano em que Ziblatt recebeu o *Berlin Prize* da Academia Americana em Berlim (Harvard, 2023). De acordo com o site oficial da Universidade de Harvard, Ziblatt concentra seus estudos em história da democratização, política, relações internacionais, estudos europeus e formação do estado.

Sobre o Centro de Ciências Sociais de Berlim (WZB), do qual Ziblatt participa como diretor de pesquisa, trata-se de uma organização não universitária, mas que coopera com diversas universidades alemãs e europeias. De acordo com o site oficial da entidade (<https://wzb.eu/en>), o WZB foi fundado em 1969 por membros do parlamento alemão filiados ao CDU/CSU, dois partidos democratas cristãos alemães: a União Democrata-Cristã (CDU) e a União Social-Cristã (CSU), e do SPD, Partido Social-Democrata da Alemanha. É uma organização financiada pelo governo federal alemão e pelo Estado de Berlim e que possui como Presidente o Dr. Jochen Zachgo, Ministro da Educação e Pesquisa do governo alemão, e como Vice-Presidente a Dra. Jutta Koch-Unterseher, política alemã filiada ao SPD (<https://wzb.eu/en/the-wzb/organization>). O WZB também possui um Conselho Consultivo, cuja Presidente é a Profa. Dra. Christine Landfried, cientista política e ex-aluna da Universidade de Harvard.

O livro mais popular dos autores Levitsky e Ziblatt no Brasil, “Como as Democracias Morrem”, foi traduzido e publicado em 31 de agosto de 2018, pela Editora Zahar, mesmo

ano em que foi identificado como o livro mais vendido pelo site *amazon.com* no Brasil, com popularidade semelhante na Alemanha, país no qual, segundo o coautor, “as pessoas não consideram a democracia garantida”⁷.

O cientista político Yascha Mounk também é um dos autores selecionados. Nascido na Alemanha e radicado nos Estados Unidos, tendo conquistado cidadania norte-americana, Mounk é Bacharel em História, com Mestrado em Pensamento Político e História Intelectual pela Trinity College, em Cambridge, EUA, e Doutorado em Ciência Política pela Universidade de Harvard, Massachusetts, EUA. O autor também é professor de Relações Internacionais na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade John Hopkins, professor conferencista de Ciência Política na Universidade de Harvard, além de membro e bolsista de pós-doutorado da *Transatlantic Academy* da *German Marshall Fund*.

Sobre a *German Marshall Fund*, seu site oficial (<https://www.gmfus.org/about>) a descreve como “uma organização transatlântica apartidária e sem fins lucrativos com sede em Washington, DC, com escritórios em Ancara, Belgrado, Berlim, Bruxelas, Bucareste, Paris e Varsóvia”. O GMF descreve como missão a defesa dos valores democráticos, da aliança transatlântica (EUA-Europa) e o fortalecimento da sociedade civil, com o desenvolvimento de uma nova geração de líderes para enfrentar os desafios globais e o destaque para a liberdade destacada nos moldes do Plano Marshall.

A fundação também destaca em seu site oficial a realização de trabalhos de pesquisa sobre o futuro da democracia, segurança e geopolítica, com destaque para a ascensão da China. Fundado em 1972 por Guido Goldman, em celebração ao 25º Aniversário do Plano Marshall, o GMF também é identificado como um *think tank* de políticas públicas, focado na cooperação e fortalecimento das relações entre EUA e Europa.

Um dos principais programas em operação no GMF é *Alliance for Securing Democracy* (ASD), o qual se refere a uma iniciativa “não-partidária” que desenvolve “estratégias compreensivas para deter ameaças e defender as instituições democráticas americanas e europeias” contra ameaças específicas de desinformação, malefícios financeiros, coerção econômica, ciber ataques de outros “atores estatais” oriundos da Rússia, da China e do Oriente Médio (Gmfus, 2023). A ASD também possui um conselho consultivo

⁷ <https://oglobo.globo.com/cultura/como-as-democracias-morrem-se-torna-livro-mais-vendido-pela-amazon-no-brasil-23180692>.

formado por políticos republicanos (ex-funcionários públicos na Gestão George W. Bush) e democratas (ex-funcionários públicos na Gestão Barack Obama)⁸.

Com base em suas pesquisas em Ciência Política, Mounk tratou de sustentar que o povo é manipulado e utilizado por lideranças populistas autoritárias para enfraquecer as instituições democráticas, em todo o mundo. Seu livro mais famoso, “O povo contra a Democracia”, foi traduzido e publicado no Brasil em 2019 e evidencia o papel que os próprios cidadãos exercem sobre o sistema democrático, situando na esfera individual a defesa pela democracia.

Sobre os autores selecionados, é importante observar a relação que cada um deles possui com partidos políticos, fundações e organizações privadas e públicas ligadas direta ou indiretamente a determinados agentes políticos, o que sinaliza que as pesquisas realizadas nos EUA a respeito da temática “crise democrática” possuem relação a uma agenda política internacional que visa resguardar o arcabouço simbólico do sistema democrático liberal.

Para além dos autores citados, há outros cientistas políticos que também escrevem sobre a temática da “crise democrática” e que também tiveram suas obras publicadas em diversos idiomas, inclusive em língua portuguesa. No entanto, são autores europeus que possuem relações com universidades americanas, mas que possuem como âmbito de atuação acadêmica e profissional países da Europa. Como exemplo, cita-se o Professor David Runciman, que escreveu o livro “*How Democracy Ends*”, que foi traduzido e publicado no Brasil com o título “Como a Democracia chega ao fim” pela Editora Todavia, em 2018.

Runciman é um intelectual britânico, professor honorário de Política da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, onde atuou como chefe do Departamento de Política e Estudos Internacionais. Desenvolve pesquisas sobre história do pensamento político moderno, com enfoque particular na história da democracia; teorias do estado e da representação política; o papel da tecnologia em regimes democráticos; divisões geracionais e educacionais na política contemporânea. (Cambridge, 2025). Também atua como editor e escritor no *London Review of Books*, desde 1996, tendo publicado centenas de artigos, resenhas e ensaios publicados (London Review of Books, 2025). Atualmente, apresenta o podcast “*Past Present Future*”, espaço virtual onde explora, junto a historiadores, escritores, cientistas, entre outros, a história das ideias sobre política, filosofia, cultura e tecnologia (RUNCIMAN, 2024).

⁸ Para mais detalhes sobre a ASD, acessar <https://securingdemocracy.gmfus.org/>.

Apesar de ser um intelectual que tem obras relevantes a respeito da “crise democrática”, Runciman não está selecionado para o âmbito da atual pesquisa por não preencher os critérios elencados no tópico anterior.

Com efeito, apesar de serem mobilizados como intelectuais neutros, imparciais da perspectiva político-partidária, nos termos de Bernard Lacroix (1994), há que se ressaltar as interações e participações deles em grupos e centros de pesquisas financiados por agentes públicos e privados engajados politicamente em disputas partidárias.

Tabela 1 - Perfis acadêmicos dos autores selecionados

<i>Autor</i>	Idade	Maior titulação acadêmica	Universidade norte-americana em que atua	Áreas de pesquisa	de Think(s) tank(s) que participa	Pesquisas que coordena em think tanks	Obra de maior destaque nos EUA
<i>Larry Jay Diamond</i>	73 anos	<i>PhD</i> em Sociologia, em 1980, Universidade de Stanford.	Universidade de Stanford	Ciência Política; Democracia; Política Externa dos EUA; Relações Internacionais.	<i>Hoover Institution</i>	Projeto sobre Taiwan na Região Pacífica participa do Programa sobre os EUA, a China e o Mundo. (HOOVER, 2025)	" <i>Squandered Victory: The American Occupation and the Bungled Effort to Bring Democracy to Iraq</i> ", publicado em 2005.

Steven Robert Levitsky	57 anos	<i>PhD</i> em Ciências Políticas, em 1999, pela Universidade da Califórnia, em Berkeley.	Universidade de Harvard	Ciência Política, Democratização e autoritarismo; Partidos políticos e instituições.	<i>Kettering Foundation; Council on Foreign Relations; David Rockefeller Center for Latin American Studies; Centro Weatherhead para Assuntos Internacionais.</i>	Pesquisas sobre os sistemas democráticos e políticos da América Latina.	“ <i>How Democracies Die: What History Reveals About Our Future</i> ”, publicado em 2018.
Daniel Ziblatt	52 anos	<i>PhD</i> em Ciências Políticas, em 2002, pela Universidade da Califórnia, em Berkeley.	Universidade de Harvard	Ciência Política; Política Comparada; Democracia.	<i>Wissenschaftszentrum Berlin (WZB)</i>	Política europeia e o estudo comparativo da democracia.	“ <i>How Democracies Die: What History Reveals About Our Future</i> ”, publicado em 2018.
Yascha Benjamin Mounk	42 anos	<i>PhD</i> em Ciência Política, em 2015, pela Universidade de Harvard.	Universidade Johns Hopkins em Washington, D.C.	Ciência Política, Relações Internacionais, Estudos Internacionais Avançados.	<i>New America; German Marshall Fund; Protect Democracy.</i>	Reforma política, Democracia Liberal.	“ <i>The Identity Trap: A Story of Ideas and Power in Our Time</i> ”, publicado em 2023.

Fonte: Sites oficiais na internet dos autores e das instituições citadas. Dados organizados pela autora.

O que se pode observar da breve análise das posições sociais ocupadas pelos autores, especialmente nos domínios acadêmico e político dos Estados Unidos, é que grande parte deles está relacionada, direta ou indiretamente, a algum grupo de pesquisa ou *think tank*, o que revela a importância dessas instituições para a pesquisa na ciência política norte-americana.

Cabe pontuar que *think tanks* compõem, de acordo com Tom Medvetz (2008), “*a distinctive class of organizations that are formally autonomous from states, markets, and universities*”. Em relação ao espaço social, essas organizações atuam sobre diferentes

campos, especialmente o campo de produção do conhecimento, o campo midiático, o campo econômico e o campo político, como descreve Medvetz (2008).

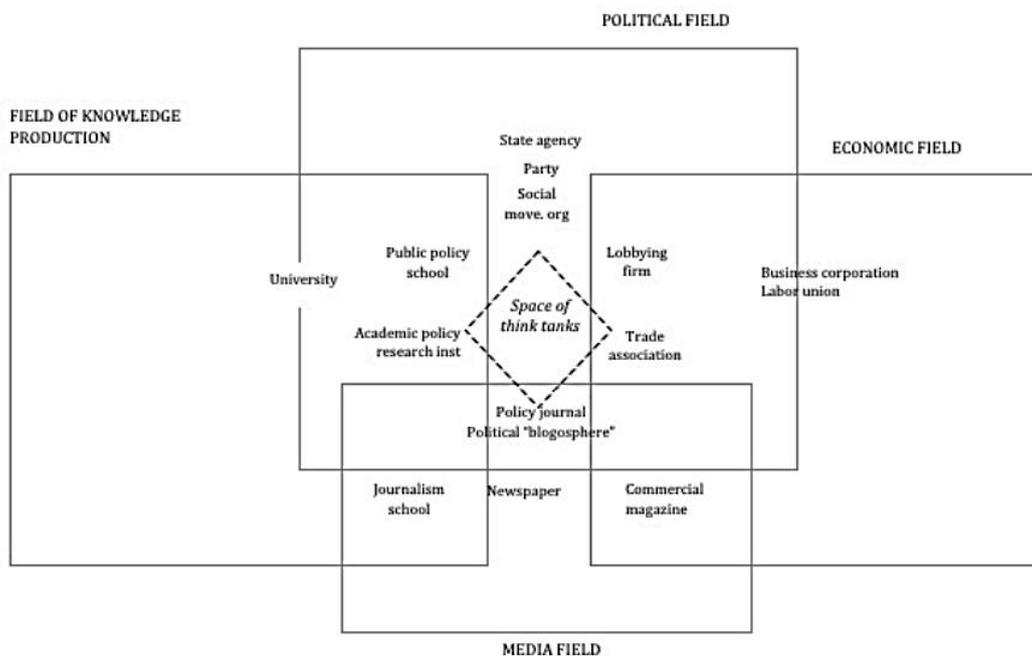


Imagem 3. *Think tanks* no espaço social.

Fonte: MEDVETZ, Tom. Think Tanks as an Emergent Field. **Social Science Research Council**, Oct. 2008. Disponível em: <https://www.ssrc.org/publications/think-tanks-as-an-emergent-field/>. Acesso em 04 mar 2025.

De fato, somente uma sociologia das relações acadêmicas e políticas, como sugerido por Lacroix (1994), poderia dar conta das razões de ser, das configurações e das disposições que produzem tais especialistas em visão e previsão política, e que se tornam destinatários de investimentos editoriais em todo o mundo.

Ademais, em análise dos enunciados performativos produzidos pelos referidos intelectuais, é possível perceber que todos eles partem do pressuposto de que a democracia, enquanto sistema de governo, possui diversos agentes influenciadores, não puramente candidatos, eleitores e instituições, mas também possuem agentes e condicionantes extraterritoriais importantes, a exemplo de Estados estrangeiros. Além disso, todos os autores sustentam o argumento de que a democracia está em crise, estando gravemente ameaçada em alguns países ocidentais, como a Hungria, utilizada como exemplo pelos intelectuais selecionados.



Imagem 4. Capas dos livros publicados no Brasil dos autores verificados. Imagens reproduzidas da internet. Fonte: *Google Images*.

De fato, esta é também a perspectiva dos autores selecionados (Diamond, Levitsky, Ziblat e Mounk), os quais mobilizam valores entendidos como essenciais e universais a um sistema político pluralista, como participação popular, igualdade material e formal dos cidadãos, segurança jurídica das instituições e legitimidade das decisões políticas, os quais devem ser, conforme os autores, efetivamente “defendidos” por cada indivíduo realmente comprometido com a democracia. No entanto, ao descreverem as “ameaças da democracia” também expressam aspectos da aplicação regular dos princípios reconhecidamente democráticos, como o sufrágio universal e o pluralismo partidário, que reforçam a tese dominante da democracia pluralista na Ciência Política norte-americana.

Nesse sentido, cabe destacar que a referida construção teórica, refletida nos enunciados performativos dos autores de Ciência Política norte-americana selecionados,

expressa uma perspectiva ideológica específica, assim como a noção de “democracia pluralista”, que refletem uma concepção tipicamente estadunidense, num contexto histórico muito específico, e quem devem ser tomados com muita vigilância quando transpostos para o Brasil. De fato, ao aplicar tais categorias e modelos de representação política, é relevante considerar que são produzidos de forma propositalmente axiomática, como alertam Bourdieu e Wacquant (2002):

A neutralização do conceito histórico que resulta da circulação internacional dos textos e do esquecimento correlato das condições históricas de origem produz uma universalização aparente que vem duplicar o trabalho de "teorização". Espécie de axiomatização fictícia bem feita para produzir a ilusão de uma gênese pura, o jogo das definições prévias e das deduções que visam substituir a contingência das necessidades sociológicas negadas pela aparência da necessidade lógica tende a ocultar as raízes históricas de um conjunto de questões e de noções que, segundo o campo de acolhimento, serão consideradas filosóficas, sociológicas, históricas ou políticas. Assim, planetarizados, mundializados, no sentido estritamente geográfico, pelo desenraizamento, ao mesmo tempo em que desparticularizados pelo efeito de falso corte que produz a conceitualização, esses lugares-comuns da grande vulgata planetária transformados, aos poucos, pela insistência midiática em senso comum universal chegam a fazer esquecer que têm sua origem nas realidades complexas e controversas de uma sociedade histórica particular, constituída tacitamente como modelo e medida de todas as coisas.

No entanto, apesar do alerta dos autores franceses a respeito do imperialismo cultural, é imperioso observar o quanto tais enunciados sobre “crise da democracia” são utilizados no Brasil e a importação que é feita das teorias dos autores selecionados no campo intelectual brasileiro.

No Brasil, os enunciados da “crise da democracia contemporânea” são ainda mais reforçados com os argumentos traduzidos, editados e publicados dos textos originais em inglês. Os autores referidos no capítulo anterior (Diamond, Levitsky, Ziblat e Mounk), tiveram seus livros mais famosos traduzidos para o português e publicados por diferentes editoras. Com efeito, tiveram seus enunciados lidos e replicados por inúmeros pesquisadores brasileiros em estudos de Direito, Jornalismo, Relações Internacionais e, especialmente, em Ciências Sociais.

Dessa forma, cabe destacar a importância da análise da utilização dos livros estrangeiros identificados em seus usos como citações e referências bibliográficas, a fim de apreender as preferências intelectuais e o *habitus académiques* (Pinto, 2020) daqueles que os citam e referenciam no domínio intelectual brasileiro. Tal análise permite objetivar posições nos espaços científicos e os princípios que regem a seleção e a prioridade que se dá aos textos e autores citados, como pontua Louis Pinto (2020, p. 120-121):

On peut prendre pour hypothèse que, de façon générale, l'acte de citer reflète (objectivement aussi bien que subjectivement) la position occupée dans l'espace scientifique (capital scientifique, titres académiques, notoriété, statut institutionnel...), position qui commande la sélection et la hiérarchisation des textes et auteurs cités. Pareille hypothèse pourrait permettre d'échapper à l'alternative entre deux conceptions: l'une, intellectualiste, qui met en avant les nécessités immanentes de la connaissance (les références comme ressources informationnelles dans l'espace des pairs) et l'autre, purement dramaturgique, qui privilégie la dimension rhétorique de la référence (on montre son savoir). Entre les citations, l'opposition la plus immédiatement visible, et la moins contestable, est celle que l'on peut établir entre la bibliothèque usuelle et la bibliothèque officielle, la première étant constituée de références efficaces d'une façon ou d'une autre (données, arguments, comparaisons, débats...), la seconde semblant avoir surtout une fonction d'ostentation de conformité, ce qui est le cas pour toutes ces références superflues, sans suite et sans effet dont le lecteur ne sait trop que faire pour la compréhension du propos.

A averiguação da inserção Steven Levitsky, Daniel Ziblatt, Yascha Mounk e Larry Diamond em pesquisas nacionais é realizada a partir das citações realizadas em pesquisas aprovadas e publicadas nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, a partir da busca no site oficial (<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers>).

Para tanto, foram analisados os anais dos Encontros Anuais da ANPOCS entre os anos de 2013 a 2022, nos quais foram possíveis verificar as pesquisas que realizam a citação (modalidades direta e indireta) dos textos dos autores selecionados. Após a referida busca, foram identificadas citações das obras de todos os autores em diferentes edições do evento anual, o que demonstra o uso frequente dos enunciados de Ciência Política norte-americana sobre a “crise da democracia” em estudos de diferentes universidades de Ciências Sociais no Brasil.

Além disso, a incidência das citações ocorre em grupos de trabalho e seminários temáticos relacionados ao estudo do sistema democrático brasileiro e da América Latina, mas também em outras temáticas de Ciência Política, como teoria social, agendas de pesquisas, comportamento político, partidos políticos, Forças Armadas, comunicação digital e engajamento político, dentre outros assuntos, o que indica a replicabilidade dos enunciados para temáticas diversas, para além do estudo sobre sistemas democráticos. Para visualização da análise documental, que demonstra a incidência das citações dos autores selecionados ao longo dos anos, conforme **Tabela 2**.

Tabela 2 - Citações dos Autores Destacados nos Anais dos Encontros Anuais da ANPOCS (Anos de 2013 a 2022)

<i>Autores</i>	Levitsky e Ziblat	Mounk	Diamond
<i>Citado no 46º Encontro Anual da ANPOCS (2022)</i>	<p>Seminário Temático 19 - Internet, Política e Cultura; Simpósio de Pesquisas Pós-Graduada 02 - A crise da democracia no Brasil e América do Sul: agendas de pesquisa, hipóteses e interpretações; Seminário Temático 10 – Comportamento político, opinião pública e cultura política; Simpósio de Pesquisas Pós-Graduada 14 - Estado, Burocracia E Democracia; Seminário Temático 51: Memória e Sociedade: As Lutas por Memória e os Desafios das Novas Tecnologias Digitais; Simpósio de Pesquisas Pós-Graduada 05 - Autoritarismo, Direitos Humanos e Democracia no Brasil; Seminário Temático 41 - Controles Democráticos: instituições, atores e processos.</p>	<p>Seminário Temático 34 - Teoria Social, Crise e Crítica; Simpósio de Pesquisas Pós-Graduada 02 - A crise da democracia no Brasil e América do Sul: agendas de pesquisa, hipóteses e interpretações; Seminário Temático 10 – Comportamento político, opinião pública e cultura política; Seminário Temático 41 - Controles Democráticos: instituições, atores e processos.</p>	Não
<i>Citado no 45º Encontro Anual da ANPOCS (2021)</i>	<p>Grupo de Trabalho 11 - Democracias em Declínio: desafios políticos, teóricos & analíticos; Simpósio de Pesquisas Pós-Graduada 02 - A crise da democracia no Brasil e América do Sul: agendas de pesquisa, hipóteses e interpretações; Simpósio de Pesquisas Pós-Graduada 21 - Instituições de privação de liberdade: punição e controle social</p>	<p>Simpósio de Pesquisas Pós-Graduada 02 - A crise da democracia no Brasil e América do Sul: agendas de pesquisa, hipóteses e interpretações</p>	Não

<i>Citado no 44º Encontro Anual da ANPOCS (2020)</i>	Grupo de Trabalho 11 - Democracias em Declínio: desafios políticos, teóricos & analíticos	Grupo de Trabalho 11 - Democracias em Declínio: desafios políticos, teóricos & analíticos	Não
<i>Citado no 43º Encontro Anual da ANPOCS (2019)</i>	Seminário Temático 09 – Democracia e Desigualdades	Seminário Temático 06 – Comportamento Político e Opinião Pública; Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas 08 - Direitas no Brasil contemporâneo; Seminário Temático 10 – Democracias em crise: instituições, controles e participação; Seminário Temático 09 - Democracia e Desigualdades.	Seminário Temático 14 - Forças Armadas, Estado e Sociedade
<i>Citado no 42º Encontro Anual da ANPOCS (2018)</i>	Grupo de Trabalho 08 - Democracia e Desigualdades.	Não	Grupo de Trabalho 24 - Pluralismo, identidade e controvérsias sociopolíticas; Grupo de Trabalho 07 - Controles democráticos? Instituições e participação na democracia contemporânea; Grupo de Trabalho 08 - Democracia e Desigualdades.
<i>Citado no 41º Encontro Anual da ANPOCS (2017)</i>	Não	Não	Grupo de Trabalho 18 - Instituições Políticas - Controle Democrático
<i>Citados no 40º Encontro Anual da ANPOCS (2016)</i>	Seminário Temático 10 - Democracia na América Latina: tensões e práticas; Seminário Temático 21 - Partidos e sistemas partidários.	Não	Seminário Temático 08 - Controle Participação e Efetividade Democrática; Seminário Temático 06 - Comportamento, opinião pública e cultura política; Seminário Temático 21 - Partidos e sistemas partidários
<i>Citados no 39º Encontro Anual da ANPOCS (2015)</i>	Não	Não	Grupo de Trabalho 08 – Controles democráticos e participação política; Grupo de Trabalho 14 - Entre as ruas e os

<i>Citados no 38º Encontro Anual da ANPOCS (2014)</i>	Não	Não	gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos Grupo de Trabalho 10 - Democracia e desigualdade
<i>Citados no 37º Encontro Anual da ANPOCS (2013)</i>	Não	Não	Seminário Temático 24 - Controle e participação na democracia brasileira: instituições, dinâmicas e resultados

Fonte: Dados obtidos no site oficial da ANPOCS (<https://anpocs.org.br/anais-dos-encontros/>).

A partir da análise da regularidade de citações feitas, é possível observar que a obra é citada, regularmente, como referencial teórico e pragmático de análise, uma vez que o texto de Levitsky e Ziblatt é tido como descrição objetiva e clara da situação das democracias liberais ao redor do mundo. Dessa forma, nos diversos grupos de trabalho, o texto é colocado em comparação e aplicação ao cenário brasileiro, com destaque para seus acertos e seus limites quanto à descrição da situação democrática no Brasil.

Além disso, pode-se observar que o livro “*How Democracies Die*” e sua versão traduzida para a língua portuguesa “*Como as Democracias Morrem*”, dos autores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt é o que possui maior quantidade de citações em trabalhos apresentados nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), razão pela qual justifica-se sua escolha como enfoque para análise da performatividade desses autores no contexto brasileiro a partir das operações sociais da circulação internacional de ideias.

4. OPERAÇÕES SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE IDEIAS A PARTIR DO LIVRO “COMO AS DEMOCRACIAS MORREM”, DE STEVEN LEVITSKY E DANIEL ZIBLATT

Com o fito de seguir o protocolo de análise proposto por Bourdieu (2002) para análise das operações sociais da circulação internacional de ideias, é necessário objetivar as condições sociais e os agentes envolvidos na recepção e legitimação do livro “Como as Democracias Morrem” no Brasil. Para tanto, é importante compreender as operações sociais de seleção, marcação e leitura/interpretação do texto no cenário brasileiro. Com efeito, nesse capítulo busca-se avaliar a escolha da obra pela Editora Zahar, sua tradução e publicação no Brasil; a adição de um prefácio escrito pelo cientista político brasileiro Prof. Dr. Jairo Nicolau e o design das capas das edições americana e brasileira, que atuam como elementos simbólicos de legitimação e apelo comercial. Por fim, é necessário considerar a recepção crítica do livro pelas universidades e revistas acadêmicas brasileiras, através da identificação de resenhas, citações em artigos científicos e a incorporação do livro em ementas e projetos pedagógicos de cursos universitários.

O livro “*How Democracies Die*” foi escrito pelos autores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt e teve lançada sua primeira edição em 16 de janeiro de 2018 em Nova Iorque, nos Estados Unidos, pela Editora Crown. Em pouco tempo após a publicação, recebeu resenhas dos principais jornais e revistas norte-americanos, como a *New York Times Book Review*, *The Philadelphia Inquirer* e o *The Washington Post*, bem como figurou na lista de livros *best-sellers* do jornal New York Times.

No Brasil, foi traduzido e publicado pela Editora Zahar, tendo sua primeira edição lançada em 31 de agosto de 2018. Recebeu resenhas publicadas pelos jornais brasileiros *Estado de São Paulo* e o *Folha de São Paulo*. A versão publicada no Brasil possui um prefácio, assinado pelo Prof. Dr. Jairo Nicolau, uma introdução, 9 (nove) capítulos, notas, agradecimentos e índice remissivo. Os capítulos possuem os seguintes títulos: 1. Alianças fatídicas; 2. Guardiões da América; 3. A grande abdicação republicana; 4. Subvertendo a democracia; 5. As grades de proteção da democracia; 6. As regras não escritas da política norte-americana; 7. A desintegração; 8. Trump contra as grades de proteção; 9. Salvando a democracia. No total, o livro apresenta 272 (duzentas e setenta e duas) páginas.

Os coautores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt estiveram pessoalmente envolvidos na divulgação do livro em diversos países no mundo e também participaram de eventos

acadêmicos e de divulgação científica no Brasil após a publicação do trabalho. No entanto, é importante destacar a possibilidade de uma divisão interna de trabalho entre os coautores, determinada pelos eixos de pesquisa de cada um deles. Tendo em vista suas linhas de estudo, conforme destacado pela **Tabela 1 – Perfis acadêmicos dos autores selecionados**, constante no capítulo anterior, é possível identificar que Ziblatt concentra sua participação presencialmente em eventos nos Estados Unidos e no continente europeu, onde possui diversas redes de contatos oriundos dos centros em que atua, conforme se depreende da análise de seu site e perfil pessoal disponíveis na internet. Enquanto isso, Levitsky concentra-se em eventos, seminários e agendas nos Estados Unidos e na América Latina, especialmente por coordenar um centro de pesquisa que trata da análise política latino-americana.

Tal observação decorre das inúmeras entrevistas que Levitsky concedeu a meios de imprensa brasileiros (UOL, Jota, Programa Roda Viva da TV Cultura, Globo News, Fundação FHC, CNN Brasil, Nexo Jornal, entre outros) e dos eventos de cunho tanto acadêmico como político que Levitsky participou no Brasil, como o evento “Desafios para Democracia no Brasil e nas Américas”, realizado pelo David Rockefeller Center Brazil Office, da Harvard University, que ocorreu no Museu de Arte de São Paulo, em agosto de 2023; o evento “Democracia, ontem, hoje e sempre”, organizado pela Fundação FHC, em agosto de 2024; entre outros eventos organizados por entidades nacionais em que o autor participou de forma online ou híbrida, entre os anos de 2018 a 2022.

Após análises de alguns diálogos travados com diversos meios de comunicação brasileiros entre os anos de 2018 a 2024, podemos citar algumas entrevistas nas quais Steven Levitsky fez vários alertas à população brasileira, descreveu cenários de riscos e destacou o papel das instituições brasileiras na proteção ao regime democrático. Destaque-se que o autor participou de diversas entrevistas e artigos de opinião em jornais, sites, portais jornalísticos e programas de televisão nacionais, desde o ano de 2018. As principais participações de Levitsky nesses diferentes meios de comunicação brasileiros podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 3 – Registros de participações do coautor Steven Levitsky em meios de comunicação brasileiros entre os anos de 2018 a 2024

<i>Meio de comunicação</i>	Ano	Principal argumentação defendida pelo autor
----------------------------	------------	--

<i>BBC News Brasil</i> ⁹	2018	A jovem democracia brasileira estava efetivamente ameaçada com a ascensão de Jair Bolsonaro (PSL) como possível chefe do poder executivo, e que o Brasil passava por uma crise de, pelo menos, duas dimensões: a pior recessão na história do país e o maior escândalo de corrupção entre países democráticos
<i>Nexo Jornal</i> ¹⁰	2019	Desde a eleição de Bolsonaro, o Brasil possuía o líder mais explicitamente autoritário do mundo, expressou que a democracia brasileira estava ameaçada e destacou o papel do presidente brasileiro na onda da extrema direita populista.
<i>Site UOL</i> ¹¹	2019	Bolsonaro enfraquecia o consenso democrático já fraco no Brasil.
<i>Site Jota</i> ¹²	2022	É sempre uma ameaça eleger alguém sem compromisso com a democracia e que os brasileiros teriam cometido um grande erro em 2018 quando elegeram Bolsonaro como presidente da República.
<i>Programa Roda Viva da TV Cultura</i> ¹³	2022	A retirada de Bolsonaro do poder pelas forças democráticas brasileiras seria uma reconciliação com a democracia e que o impacto seria positivo em toda a América Latina.

⁹ FERRAZ, Ricardo. Steven Levitsky: Por que este professor de Harvard acredita que a democracia brasileira está em risco. *BBC News Brasil*. 19 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829323>. Acesso em 15 jul 2025.

¹⁰ CHARLEAUX, João Paulo. O estado da democracia no governo Bolsonaro, segundo este autor. 28 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/08/28/o-estado-da-democracia-no-governo-bolsonaro-segundo-este-autor>. Acesso em 15 jul 2025.

¹¹ CHADE, Jamil. Bolsonaro enfraquece consenso democrático já fraco no Brasil, diz Levitsky. 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2019/11/20/bolsonaro-enfraquece-o-consenso-democratico-diz-autor-de-best-seller.htm>. Acesso em 15 jul 2025.

¹² OYAMA, Érico. Levitsky: 'é sempre uma ameaça eleger alguém sem compromisso com democracia'. 17 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/casa-jota/levitsky-e-sempre-uma-ameaca-eleger-alguem-sem-compromisso-com-democracia>. Acesso em 15 jul 2025.

¹³ RODA VIVA. 19 de setembro de 2022. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/videos/11856_rodaviva-steven-levitsky-19-09-2022.html. Acesso em 15 jul 2025.

<i>Jornal Folha de São Paulo</i> ¹⁴	2023	As instituições democráticas brasileiras haviam lidado melhor com as ameaças democráticas de um líder político autoritário do que as instituições norte-americanas.
<i>Site Econômico</i> ¹⁵	2024	Reafirma o papel central das instituições brasileiras na proteção da democracia e sustenta que o Brasil reagiu melhor à tentativa de golpe do que os Estados Unidos.

A partir das dimensões sociológicas orientadas por Pierre Bourdieu (1989), é possível realizar análise específica a respeito das condições sociais da circulação internacional das ideias relativas à “crise democrática”. Partindo da descrição das operações sociais que são realizadas para a transferência de um campo nacional para outro (Bourdieu, 2002), é possível determinar como se deu a circulação das ideias contidas no livro “*How Democracies Die*” do campo norte-americano para o campo brasileiro.

a) Seleção

O livro “*How Democracies Die*” foi traduzido para a língua portuguesa, editado e publicado no ano de 2018 pela Editora Zahar. Nesse ponto, cabe destacar a importância da análise da editora que realiza a seleção, tradução, edição e publicação da obra selecionada, posto que, conforme sinalizado por Heloísa Pontes (2020, p. 116), as empresas editoriais constituem “espaços privilegiados para a veiculação do pensamento social da época”, e seus produtos editoriais (coleções, por exemplo) funcionam como “chave para compreensão do universo cultural e intelectual”. Pontes (2020) também destaca, a partir de pesquisas a respeito do “peso” dos cientistas sociais no conjunto dos trabalhos sociológicos e antropológicos sobre o Brasil, a relevância da análise do mercado editorial para a observação de condições de produção e reprodução de saberes transnacionais:

[...] dei início à segunda pesquisa no âmbito do projeto sobre a história das ciências sociais. Esta consistiu na análise da produção de cientistas sociais e historiadores

¹⁴ ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Direita nos EUA depende mais de Trump do que a brasileira, diz Steven Levitsky. 10 e novembro de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/direita-nos-eua-depende-mais-de-trump-do-que-a-brasileira-de-bolsonaro-diz-steven-levitsky.shtml>. Acesso em 15 jul 2025.

¹⁵ SARTORI, Caio. Brasil reagiu melhor à tentativa de golpe do que os EUA, diz Levitsky. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/01/08/brasil-reagiu-melhor-a-tentativa-de-golpe-do-que-os-eua-diz-levitsky.ghtml>. Acesso em 15 jul 2025.

estrangeiros sobre o Brasil, editada aqui, a partir dos anos de 1930, sob a forma de livros. Usei o mercado editorial como uma porta de entrada para entender as relações intelectuais e acadêmicas, configuradas no jogo triangular entre o Brasil, a Europa e os Estados Unidos. A perspectiva analítica que balizou a leitura desse material me permitiu fazer uma espécie de “genealogia” dos estrangeiros, em termos de sua inserção e percepção do país, numa cadeia onde os viajantes, os africanistas, os americanistas e, por fim, os brasilianistas, aparecem uns como antepassados dos outros. Permitiu-me também enxergar descontinuidades entre eles, deflagradas por mudanças internas nas ciências sociais brasileiras e por alterações nas condições de produção de saber dos estrangeiros (e, portanto, dos “mapas” do Brasil que eles criaram) em seus países de origem. Como consequência, alteraram-se as relações acadêmicas e institucionais entre a comunidade nacional de cientistas sociais e historiadores e suas congêneres europeias e norte-americanas. (PONTES, 2020, p. 116-117)

A respeito do processo de escolha da obra a ser editada e publicada, Flávia Anderson (2015, p. 37) descreve as etapas iniciais de seleção, passando por tradução e revisões, até a publicação da versão final:

[...] o processo de edição de uma obra estrangeira traduzida tem início quando os **editores escolhem os livros a serem publicados através do contato com agências e feiras literárias**; em certas ocasiões, muito raras, aceitam a sugestão de leitores, autores sem agentes ou tradutores, desde que ela siga a linha adotada pela editora. **Uma vez adquiridos os direitos autorais da obra, o editor ou o coordenador responsável por ela escolherá o tradutor** com base em uma série de fatores: sua familiaridade com o assunto, qualificação, experiência, disponibilidade, remuneração etc. **Nessa fase inicial de produção o editor pode exigir que o tradutor adapte a obra a um determinado propósito de sua publicação na cultura-alvo.** Na etapa seguinte, **o copidesque, profissional que costuma ter bastante autonomia para alterar e adequar o que julgar necessário, faz um cotejo do texto traduzido com o texto na língua-fonte.** Após esse trabalho, são feitas em geral mais duas revisões, as quais se concentram em erros de ortografia, sinais de pontuação e conferência de diagramação — nesses casos, sem o cotejo com o texto-fonte. Os revisores costumam ter menos autonomia do que os copidesques para intervir no texto (ver Linz, 2004: 156). **Dependendo da obra, pode ser realizada também uma revisão técnica.** O processo editorial envolve, portanto, toda uma sequência de trabalhos no texto em que cada um vai retrabalhando o texto anterior. (grifos nossos)

O livro “Como as Democracias Morrem” foi traduzido e publicado pela Editora Zahar, que é uma das mais importantes editoras brasileiras, tendo sido fundada em 1957 no estado do Rio de Janeiro pelos irmãos Jorge, Ernesto e Lucien Zahar, que também haviam criado, no período de 1930 e em conjunto, a Livraria Editoras Reunidas (LER). De distribuidores de livros, a livreiros até editores, os irmãos passaram por diferentes períodos históricos no Brasil e se destacaram pelos esforços e investimentos realizados no mercado literário nacional.

Ao avaliar o contexto histórico de surgimento da Editora Zahar, é possível observar que essa iniciou seus trabalhos quando o mercado editorial brasileiro carecia de oferta sistemática de textos, não-literários e acadêmicos, de ciências sociais e humanas,

especificamente de filosofia e psicanálise. Jorge Zahar, descrito por biógrafos, como um homem visionário e apaixonado por livros, resolveu preencher essa lacuna no mercado e criou uma editora voltada à seleção, tradução e publicação de obras intelectuais de alto nível. O catálogo inicial da editora já demonstrava a preocupação com a qualidade, a precisão e a relevância acadêmica das obras publicadas, incluindo as traduções de reconhecidos autores clássicos e contemporâneos.

Inicialmente, o empreendimento dos irmãos Zahar, a Livraria Editoras Reunidas (LER), destacou-se com a importação de livros estrangeiros, especialmente obras do México, Espanha e França, sendo que as tratativas não eram feitas com intermediários, e sim com os próprios editores dos livros (Azevedo, 2018, p. 209). Tais tratativas, bem-sucedidas, eram realizadas a partir de contatos hispânicos e de demais países europeus, mediante a aproximação com nomes importantes do mercado editorial dos anos 30, como Antônio Herrera, como evidencia Fabiano Azevedo (2018, p. 117-120):

Pode-se considerar que a década de 1930 marca o início de uma dinastia de livreiros e editores, pois começa, então, a atuação de Lucien, Ernesto e Jorge Zahar no mercado dos livros pelas mãos do espanhol Antônio Herrera, sogro de Ernesto, e dono de uma distribuidora-importadora na Rua Rodrigo Silva (Centro do Rio de Janeiro) que se ocupada de importação de livros técnicos, além de outros negócios voltados para os impressos. Apesar de ser a figura de maior destaque, ainda hoje, Jorge não é uma figura isolada nesta história em total absoluto. Sobretudo nos primeiros anos da Livraria Editoras Reunidas [...], o nome dele, a propósito, é o que menos aparece na mídia. [...] Tanto a origem dos negócios quanto a figura do espanhol Antônio Herrera estão cobertas de imprecisões. Os pontos de convergência são sempre o tipo de negócio, ou seja, o livro e o endereço na Rua Rodrigo Silva, 11, 1º andar e sala 8. [...] A empresa é citada em alguns jornais como “A. Herrera”; “A. Herrera & Companhia”; “A. Herrera & Com.”; “A. Herrera & Cia” e “A. Herrera & Cia LTDA”, a depender da época. Outro negócio de Herrera era a de publicidade [...]. O *Imparcial*, do Maranhão, anunciou o lançamento de livros de técnicas de radiofonia de W. Greenwood a partir de uma tradução argentina e que seria vendido na “Agência Herrera”. A importação de livros de radiofonia é normalmente atribuída a Herrera, todavia [...], este foi apenas um dos assuntos vendidos por ele. [...] Não localizamos informações sobre o início da sociedade de Antonio Herrera com os Zahar. No depoimento à Jerusa Pires, Jorge Zahar comentou que começou a trabalhar com Herrera em maio de 1940. Segundo Zahar, na época “não havia um serviço regular de importação de livros estrangeiros para livrarias [...]”. Assim, tornaram-se intermediários entre editores argentinos e ingleses.

Nesse cenário, observa-se que, desde a criação da LER, há grande relevância nas interações interindividuais em torno das redes de relações, canais de acesso e contatos que os agentes estabelecem entre si e os vínculos afetivos e as mediações que se consolidam para o sucesso das transações negociais, da mesma forma que indicado pelo trabalho de Gustavo Sorá (2010) sobre a trajetória de José Olympio e a editora homônima. Sorá (2010) destaca que o encadeamento dessas relações entre agentes constitui o espaço social favorável para

as diferentes formas de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos entre mercados editoriais, sobretudo até os anos de 1930, quando os ofícios de livreiros e impressores foram sendo delineados e os processos de especialização das tarefas editoriais foram, gradualmente, consolidando o campo editorial no Brasil.

Com efeito, após as décadas de 30 e 40, a LER se transformou em Zahar Editores, no ano de 1956, e consolidou-se no mercado como referência, pelo fato de o selo ter publicado textos fundamentais para diversas gerações de estudantes, professores e pesquisadores. Diante de diversos entraves de origem fiscal e normas econômicas que dificultavam o câmbio, especialmente entre os anos 40 a 60, a Editora Zahar, representada por Jorge Zahar, participou de diversos congressos e conferências nacionais de livreiros e editoras nacionais, e assumiu destaque na defesa de taxas e condições econômicas adequadas para a importação, circulação e distribuição de obras estrangeiras para o Brasil, com o argumento de garantir o intercâmbio cultural do país com as demais nações do mundo. Tal defesa foi devidamente apoiada, na época, pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek (mandato de 1956-1961), o qual em seu Programa de Metas, incluiu a intensificação de formação de pessoal técnico e instalação de institutos de formação especializada, de modo que as Editoras especializadas também se viram, em via reflexa, contempladas, uma vez que o Programa “favoreceu o mercado de traduções de livros de referência, manuais e catálogos que tornassem legíveis um conteúdo para formação de profissionais até então inexistentes no país” (Azevedo, 2018, p. 211-214).

Nesse contexto, a Zahar Editores assume dois universos de atuação, a saber, a importação de livros técnicos e a tradução de obras para o público das universidades. Sobre a realização de tais atividades, Fabiano Azevedo (2018, p. 215-216) esclarece as principais estratégias utilizadas pela Editora, utilizando o referencial bourdieusiano para sua análise:

No que concerne à tradução, característica fundamental da Zahar Editores, podemos compreender o *modus operandi* a partir do conceito de trânsito internacional de ideias de Pierre Bourdieu [...]. Como Jorge explicou na entrevista, haviam um tradutor e um revisor técnico. [...] o revisor normalmente era um especialista na área. Além deste aparato, a editora também se cercou de prefaciadores ou autores de notas de rodapé e orelhas que tinham notoriedade no Brasil, e que buscavam legitimar autores pouco ou nada conhecidos no país. [...] Para evitar equívocos na transferência de uma obra de um campo nacional para outro, Bourdieu acredita que são necessárias uma série de operações sociais que colaboram para a atuação do campo de recepção. Um dos mecanismos apontados por ele é a escolha que os editores que transitam em traduções devem optar. Para ele, para a introdução de uma ideia e/ou de um autor em outro país, o editor pode lançar mão da estratégia de selecionar um revisor ou prefaciador reconhecido no país onde se pretende publicar o livro. Assim, estes atores operariam para facilitar o processo de transferência de origem para o destino promovendo a recepção do

texto da melhor forma possível. Para Bourdieu, não há nada de mal nessa estratégia, pois ele acredita ser esta uma condição para recepção de um texto produzido no contexto de outro país. Gilberto Barbosa Salgado percebeu essa estratégia de Jorge Zahar ao comentar que, para aproximar o conteúdo destas obras ao exame da ordem social brasileira, a Zahar confiou a introdução e a organização das coletâneas trazidas a professores especialistas nacionais.

Após o falecimento de Jorge Zahar, em 11 de junho de 1998, a editora passou a ser conduzida por sua filha, Ana Cristina Zahar, a qual manteve o compromisso intelectual do pai e o compromisso com a excelência editorial, ao mesmo tempo em que modernizou a linha editorial diante das demandas mais atuais do mercado brasileiro. Em 2019, após série de negociações, o grupo Companhia das Letras assumiu 100% do controle acionário da Editora Zahar, a qual é dirigida por Ana Cristina Zahar, filha de Jorge, bem como por Mariana Zahar, neta e vice-presidente do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), e por Ana Paula Rocha, diretora de operações da Editora (Portal G1, 2019). Cabe destacar que o grupo Companhia das Letras é controlado pela *Penguin Random House*, que detém 70% de participação acionária, e esta constitui um conglomerado multinacional, com sede nos Estados Unidos (Portal G1, 2019). Diante da junção com a Editora Zahar, a Companhia das Letras passou a controlar catálogo editorial de mais de 6.000 (seis mil) títulos no Brasil e 17 (dezesete) selos editoriais (Portal G1, 2019).

A importância da Editora Zahar para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil é destacada por diversos autores e pesquisadores brasileiros, que descrevem que essa foi responsável pela introdução, em língua portuguesa, de autores importantes para a formação acadêmica, intelectual e crítica de milhares de brasileiros. As obras de autores como Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss e Zygmunt Bauman chegaram ao público brasileiro, muitas vezes pela primeira vez, por meio das edições Zahar.

Sobre o livro “How Democracies Die”, é importante destacar que este foi editado e publicado inicialmente em 2018 pela Editora *Crown Publishing Group*, subsidiária norte-americana pertencente ao grupo *Penguin Random House*. Os direitos autorais do livro, atualmente, são registrados nos Estados Unidos e pertencem à *Penguin Random House*.

Para além do processo de seleção da obra estrangeira por uma editora nacional, cabe destacar o processo de tradução do livro, o qual envolve a participação de diversos profissionais específicos, para além do autor e do tradutor, entre eles o copidesque, o revisor, o revisor técnico e o preparador. De acordo com Flávia Anderson (2005, p. 39), os

profissionais citados realizam as seguintes tarefas no processo de edição, tradução e revisão da obra estrangeira:

a. Copidesque – Aquele que se encarrega de fazer o cotejo da tradução com o original a fim de verificar eventuais erros de interpretação, redação, saltos etc. Ele busca também manter a consistência e o estilo, além de adequar o texto a glossários e linhas editoriais. (Cabe acrescentar que o termo copidesque também pode designar o processo de revisão realizado por esse profissional, mas nesse caso optamos por utilizar a forma menos comum copidescagem).

b. Revisor – Aquele que faz a avaliação somente da tradução, sem cotejo, sobretudo para verificar se o tradutor conseguiu adequá-la satisfatoriamente à língua-meta e para corrigir eventuais deslizes gramaticais.

c. Revisor técnico – Aquele que, na condição de especialista em áreas específicas do saber, avalia a pertinência e adequação dos termos e conceitos técnicos.

d. Preparador – Aquele que lida apenas com os elementos gráficos do texto. Em algumas editoras, no entanto, esse termo é utilizado como sinônimo de copidesque.

A tradução em língua portuguesa do livro “*How Democracies Die*” foi realizada pelo tradutor Renato Aguiar. Em sua página oficial no site da Companhia das Letras, Aguiar é citado como colaborador cujos gêneros abordados são Ciências Políticas, Ciências Sociais, Negócios e Economia. Pela Editora Zahar, traduziu as obras “O Elogio da Literatura”, de Zygmunt Bauman e Ricardo Mazzeo; “Outra Economia é possível”, organizado por Manuel Castells; “A coragem da desesperança”, de Slavoj Žižek; “O Mundo pós-ocidental”, de Oliver Stuenkel.

Por se tratar de um tradutor experiente no mercado editorial brasileiro, com mais de 10 anos na profissão (Anderson, 2015, p. 55), Renato Aguiar possui em seu portfólio diversas obras em língua inglesa e avalia de forma direta a copidescagem e a realização de revisões em seu trabalho de tradução, conforme trecho de entrevista concedida (Anderson, 2015, p. 55):

São raras, raríssimas, as editoras que sequer propõem apresentar aos tradutores as revisões feitas. Ocorre, mas é raro, e já vi dar briga. Contudo, quando proponho ou me propõem obras que considero importantes, eu exijo a palavra final. Se quiserem revisar trinta vezes, que o façam, mas o editor terá de devolver para eu aprovar no final. O visto bom é meu, que assino. (RENATO AGUIAR)

A negativa ao trabalho de copidescagem informa a autoridade que o tradutor detém sobre o trabalho de tradução e a legitimidade, credibilidade e confiança conquistados e direcionados à pessoa que traduz. No caso de Renato Aguiar, é possível observar a participação extensa no catálogo da Editora Zahar e também da Editora Companhia das Letras, o que demonstra a relação contratual de vários anos, com volume de tradução significativo. Mesmo tendo iniciado o trabalho de tradução em obras de cunho acadêmico, Aguiar adentra especificamente as áreas de ciências sociais, ciência política, sociologia e

filosofia, com domínio do jargão científico e escolhas de tradução que refletem a linha editorial das duas companhias citadas.

b) Marcação

O livro *“How Democracies Die”* tem como versão em língua portuguesa a edição *“Como as Democracias Morrem”*. A primeira edição possui prefácio do Professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Dr. Jairo Cesar Marconi Nicolau.

De acordo com seu currículo divulgado a partir da Plataforma Lattes, Prof. Dr. Jairo Nicolau é “professor titular e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Foi professor e pesquisador do IUPERJ (1995-2011) e da UFRJ (2011-2018). Principais temas de interesse: partidos; eleições e comportamento eleitoral; representação política e sistemas eleitorais”, além de figurar como ‘bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 1B’ (LATTES, 2025). Da análise de seu currículo, sua produção editorial e carreiras acadêmica e profissional, é possível avaliar que se trata de um perfil de trajetória percorrida entre a atividade acadêmica, a atividade editorial e a de assessoria técnica.

Prof. Nicolau possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1982-1985); possui Mestrado em Ciência Política, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), tendo apresentado dissertação com o título *“Sistemas Eleitorais Comparados: Exame da Proporcionalidade da representação Política e seus Determinantes”*, sob orientação do Prof. Dr. Olavo Brasil de Lima Júnior. Também possui Doutorado em Ciência Política, pelo IUPERJ, tendo apresentado tese com o título *“Sistema Partidário Brasileiro: Um Estudo sobre as Razões da Fragmentação”*, sob orientação do Prof. Dr. Olavo Brasil de Lima Júnior. Realizou pós-doutorados em 2020 no King’s College (KC), na Inglaterra; em 2018 no King’s Brazil Institute (KBI), na Grã-Bretanha; e em 2006 na Universidade de Oxford (OX), na Inglaterra (LATTES, 2025).

O que se depreende a partir da observação do currículo do prefaciador é que, apesar de sua formação acadêmica de base e de nível superior ter sido realizada em instituições de ensino e universidades brasileiras, os cursos de pós-doutoramento, realizados com enfoque em ciência política a partir de 2006 até o ano de 2018, são de universidade inglesas, o que pode indicar a propensão à leitura dos autores selecionados.

Ademais, a influência da ciência política norte-americana sobre a formação do prefaciador também é demonstrada a partir de sua inserção no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com a realização dos cursos de mestrado e doutorado na referida instituição. Como destacado anteriormente, tal instituto foi demarcado por fomento direto da Fundação Ford, que influenciou não apenas na concessão de bolsas de estudo e no investimento estrutural, mas também na agenda de pesquisas e na promoção dos modelos dogmáticos e metodológicos de ciência política norte-americana no Brasil.

A aderência a tais modelos é claramente observada nos trabalhos de Nicolau, os quais reforçam a análise quantitativa de dados, os instrumentos formais de estruturação do sistema político, a relevância da análise do comportamento do eleitorado em processos eleitorais e a perspectiva metodológica que referencia o sistema político a partir da atividade das instituições representativas. Um exemplo da expressão de tal aderência é possível observar no artigo “A Ciência Política no Brasil: uma análise a partir dos artigos acadêmicos (1966–2015)”, escrito por Jairo Nicolau e Lilian Oliveira e publicado em 2017. No referido trabalho, os autores analisam a produção acadêmica da ciência política brasileira ao longo de 05 (cinco) décadas, baseados em um conjunto de 1.196 (mil cento e noventa e seis) artigos científicos publicados entre 1966 e 2015, em 06 (seis) periódicos nacionais: Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Novos Estudos – CEBRAP, Lua Nova, Opinião Pública e *Brazilian Political Science Review*.

O estudo de Nicolau e Oliveira (2017) revela o crescimento significativo da produção científica em ciência política a partir da segunda metade dos anos 1990, especialmente entre os últimos cinco anos do recorte (2011 a 2015), período em que foram publicados mais artigos (325) do que nas 03 (três) primeiras décadas somadas (1966-1995). Os autores destacam que a produção nacional aborda diversas temáticas da ciência política, mas com predominância de temas em 03 (três) áreas: teoria política, comportamento político e instituições representativas. Sobre o uso de métodos quantitativos nos trabalhos analisados, Nicolau e Oliveira (2017) destacam que 44% (quarenta e quatro por cento) dos artigos utilizaram estatísticas básicas, enquanto 18% (dezoito por cento) utilizam estatísticas avançadas. Além disso, ressaltam o uso limitado de técnicas multivariadas de quantificação, com expressão em apenas 4% (quatro por cento) dos artigos. Em relação ao uso de métodos qualitativos, Nicolau e Oliveira (2017) frisam que 5% (cinco por cento) dos artigos usaram entrevistas ou observação participantes e pontuam que o uso de história oral e escuta de grupos focais é praticamente inexistente.

A respeito dos fatores institucionais de crescimento das publicações de artigos em ciência política no Brasil, Nicolau e Oliveira (2017) frisam que a valorização dos periódicos nacionais nas avaliações do CAPES e da CNPQ foi um ponto preponderante. Além disso, a criação da *Brazilian Political Science Review* – BPSR em 2007 também foi elencado como fator para crescimento da produção científica, diante do que os autores denominaram de “maior profissionalização das revistas”, fator que tornou a publicação em periódicos como requisito obrigatório para avanço na carreira acadêmica. No entanto, em relação às metodologias aplicadas nos artigos publicados, os autores indicam “defasagem metodológica” da ciência política brasileira, diante do forte uso de estatísticas descritivas simples e a baixa institucionalização dos métodos qualitativos identificados, algo que os autores descreveram como “a principal deficiência atual da ciência política brasileira é a fragilidade da pesquisa qualitativa”. Nicolau e Oliveira (2017) também ressaltam que o crescimento do uso de regressões nos artigos nacionais está associado ao paradigma internacional da ciência política, sobretudo do modelo norte-americano.

Diante de tais considerações, é possível observar a influência que os modelos da ciência política norte-americana detêm sobre o trabalho de Jairo Nicolau, que se refletem também sobre sua produção editorial e seu trabalho em prefácios de obras de autores norte-americanos.

Sobre o prefácio, enquanto gênero textual, é possível observar sua natureza crítica de discussão e recomendação da leitura da obra prefaciada, como destacam Tomé e Campos (2023, p. 14):

Para além da ideia de introdução e apresentação, consideramos o prefácio como um espaço privilegiado para exaltação de um autor e sua obra. Seguindo o ponto de vista de quem o escrevia, sabemos que o texto prefacial acabava transferindo o reconhecimento, o nome e a validação de uma dada autoridade sobre determinado trabalho, tornando-o autorizado aos olhos do público a que se destinava.

Para além de seu caráter linguístico, é importante ressaltar a utilização do prefácio como recurso discursivo e de estratégia sociológica, nos termos bourdieusianos, aplicáveis como enunciados performativos junto ao texto principal, visto que expressam redes de sociabilidades e posicionam prefaciador e prefaciado nos domínios em que se encontram, conforme Bourdieu (2002, p. 06):

Não lhes dão apenas Simmel; dão-lhes Simmel com prefácio de Fulano. Seria preciso fazer uma sociologia comparada dos prefácios: eles são atos típicos de transferência de capital simbólico, pelo menos no caso mais freqüente, por exemplo quando Mauriac escreve o prefácio de um livro de Sollers; o mais velho

famoso escreve um prefácio e transmite capital simbólico, manifestando ao mesmo tempo sua capacidade de descobridor e sua generosidade de protetor da juventude que reconhece e que se reconhece nele. Há toda uma série de trocas, nas quais a má fé desempenha um papel enorme e que a sociologia um pouco objetivante torna mais difícil. Mas o sentido no qual o capital simbólico circula nem sempre é o mesmo. É assim que, apoiando-se na regra do gênero que deseja que o prefácio se identifique com o autor, Lévi-Strauss escreve um prefácio para a obra de Mauss pela qual se apropria do capital simbólico do autor do Ensaio sobre a dádiva.

Ainda sobre o caráter performativo do prefácio, também o evidenciam Tomé e Campos (2023, p. 14):

Acrescentaríamos que o prefácio assume um sentido mais performativo do que narrativo ou descritivo. Nesta mesma linha de compreensão, Bourdieu (1987) esclarece que a marca de um prefácio para uma obra, deixada por seu prefaciador, é o valor das relações objetivas entre a respectiva posição ocupada pelo autor (prefaciador) e o escritor [...]. Bourdieu (1987) afirma ainda, que cada uma das posições na hierarquia dos graus de consagração, sobretudo, no início de uma carreira intelectual, está relacionada a uma relação ambiciosa ou resignada com o campo a que se pretende se associar.

Nesse sentido, não se trata de uma mera apresentação do texto ou do autor, como forma de referência ou exposição genérica, mas também de uma demanda discursiva do que será lido em sequência. Diante disso, a definição dada por Charaudeau (1988, p. 05):

[...] o prefácio responde também a uma expectativa, que está inscrita no contrato comunicacional que o define: ele representa uma caução de verdade [...], e para isso exige que alguém (de renome, na medida do possível) o assine; deve colocar o conteúdo da obra dentro de uma problemática mais ampla; permite ao seu autor estabelecer uma relação entre as ideias expostas na obra e suas próprias ideias; deve, enfim, colocar em evidência os pontos fortes do seu conteúdo.

Partindo dessa perspectiva linguística, é importante considerar que o prefaciador seja um autor também inscrito no domínio intelectual no qual estão situados o autor e a obra prefaciada, a fim de garantir a realce adequado às principais ideias trazidas no texto. No entanto, é importante que também detenha conhecimentos que ultrapassem aquilo que está posto no texto prefaciado, com o intuito de dar evidência aos argumentos dispostos com o olhar crítico necessário. Nesse sentido, Ida Machado (2014, p. 1133) destaca:

[...] observamos que o prefácio é algo que demanda bastante responsabilidade por parte do prefaciador. Não é só isso: demanda dele também conhecimentos amplos e, por vezes, conhecimentos que ultrapassem os do autor prefaciado. Em todo caso, segundo a definição acima, o prefácio não é uma exposição da obra. É um olhar crítico que um teórico, especialista no assunto. O axiológico *crítico* deve ser aqui visto em seu sentido positivo, de *crítica construtiva*. Em caso contrário como haveria a caução por parte do prefaciador? Por outro lado, notamos também que o prefácio permite um encontro de vozes e, de certa forma, um exercício de esgrima entre elas: o olhar que o autor do prefácio lança sobre a obra é um olhar que vai construí-la, dar a ela mais corpo. Em suma, o gênero aparece como lugar

privilegiado para um diálogo entre o autor do livro e a voz por ele convidada para caucioná-lo. Assim agindo, tal voz passa também a fazer parte do livro.

No livro “Como as Democracias Morrem”, o prefácio possui 06 (seis) páginas, divididas em 16 (dezesesseis) parágrafos, e é iniciado com uma pergunta retórica e desafiadora: “Democracias tradicionais entram em colapso?” (Levistky, Ziblatt, 2018, p. 07). A partir desse questionamento, Nicolau apresenta Levistky e Ziblatt como “professores de Harvard e estudiosos importantes da área” (Levistky, Ziblatt, 2018, p. 07), destacando a inscrição acadêmica dos autores numa das principais universidades norte-americanas.

Em sequência, Nicolau destaca a repercussão internacional do livro, as inúmeras resenhas elogiosas publicadas em grandes jornais, o grande número de entrevistas concedidas pelos autores disponíveis no site *YouTube*, bem como o fato de a obra ter sido publicada nos Estados Unidos e na Inglaterra no início de 2018, algo que descreve como “sintomático que um estudo sobre a crise das democracias tenha despertado tanto interesse nas duas mais tradicionais democracias do mundo” (Levistky, Ziblatt, 2018, p. 07).

Para o contexto brasileiro, Nicolau pontua que a relevância da temática democrática foi retomada a partir do ano de 2013, período em que manifestações políticas e o sentimento de descrédito em relação ao sistema político alcançou seu ápice, razão pela qual, segundo o prefaciador, a pertinência do livro no âmbito nacional é a de aprendizagem com os riscos enfrentados por democracias tradicionais, como a norte-americana. Ao evidenciar a necessidade pragmática de observar o que se passa num contexto de “crise democrática” a partir de um exemplo externo, o autor ancora os principais intuitos do livro na descrição e prescrição de cenários políticos para além do contexto norte-americano.

Em seguida, Nicolau destaca o crescimento de países democráticos ao redor do mundo a partir de dados estatísticos apresentados pelo *Polity Project* e esclarece que tal aumento ocorreu devido “à transição dos países comunistas do Leste Europeu, ao fim das ditaduras latino-americanas e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes” (Levistky, Ziblatt, 2018, p. 08). Frisa que a “maré democrática” gerou novos temas de pesquisa em ciência política, que passou a estudar qualidade e performance de governos em sistemas democráticos. No entanto, segundo o autor, o último movimento entusiasmado com a transição democrática ocorreu com a Primavera Árabe (2010-2011), período no qual:

[...] seria difícil imaginar que, poucos anos depois, um dos temas centrais da reflexão política seria a “recessão democrática” – expressão cunhada pelo cientista político norte-americano Larry Diamond para descrever o fim do processo

contínuo de ampliação de democracias no mundo. O fracasso da democratização nos países que promoveram a Primavera Árabe (apenas a Tunísia conseguiu fazer uma passagem bem-sucedida) e a reversão de experiências similares incipientes na África, no Leste Europeu e na Ásia ensejaram um novo ciclo de análises, em geral pessimistas, sobre os Estados democráticos. (2018, p. 08)

Nicolau destaca em seu texto que, em meados dos anos 2000, a utilização da expressão “recessão democrática” estava associada aos entraves para institucionalização de novos governos de caráter democrático. No entanto, dos anos 2010 em diante, o que se observou foi o uso da expressão para identificar “crises das democracias consolidadas”, como esclarece: “há uma diferença fundamental entre saber por que ela [a democracia] não se consolidou no Egito e em que medida poderia entrar em colapso na Itália. Mas, de uma forma ou de outra, o termo ‘recessão democrática’ passou a designar os dois processos” (Levistky, Ziblatt, 2018, p. 09).

Nesse ponto, Prof. Jairo evidencia o fato de que Levitsky e Ziblatt referenciam no livro diversos exemplos e contextos de “declínio democrático no mundo”, com enfoque central na “crise do sistema político norte-americano”, como destaca no prefácio: “sobretudo a partir das ameaças trazidas pela ascensão de Donald Trump. Dessa forma, a campanha eleitoral de Trump, em 2016, e seus primeiros meses de governo, em 2017, recebem atenção especial dos autores, ocupando espaço privilegiado em sua análise” (Nicolau, 2018, p. 09). Dessa forma, Nicolau situa que o referencial de análise é norte-americano e historicamente relativo ao período de 2016/2017. Tendo o livro sido traduzido, editado e publicado no Brasil em 2018, observa-se que o investimento nas operações sociais de seleção e marcação do livro foi feito de forma rápida no contexto brasileiro.

Sobre a pesquisa feita pelos autores, Nicolau destaca 02 (dois) achados: o primeiro relativo às mudanças normativas no sistema eleitoral norte-americano e a possível facilitação de acesso e ascensão de Trump como candidato e, posteriormente, como presidente. Para tanto, descreve que:

Durante décadas, os candidatos que concorriam pelos dois partidos eram escolhidos por um pequeno grupo de dirigentes partidários; escolha que, nas palavras dos autores, acontecia “em conversas de bastidores em salas enfumaçadas”. A partir de 1972 a vasta maioria dos delegados das convenções dos partidos Republicano e Democrata passou a ser escolhida em primárias. Ou seja, a decisão de quem será o candidato do partido deixou de ser feita por um pequeno grupo de dezenas de dirigentes para ser feita por milhões de eleitores. Se as primárias garantem que cidadãos comuns influenciem na escolha do candidato que concorrerá pelo partido, por outro lado, elas podem ocorrer de modo tal que os líderes tradicionais percam o controle do processo de escolha do candidato. Foi o que aconteceu com Trump. Embora sem suporte dos “caciques” do partido, ele garantiu sua indicação por conta do grande apoio que recebeu dos eleitores. Com a meteórica ascensão de Trump, dizem Levitsky e Ziblatt, os dirigentes

republicanos acabaram por perder sua função de “guardiões da democracia”. (Levitsky, Ziblatt, 2018, p. 09).

O segundo achado do livro que Nicolau destaca é o enfoque nas regras informais do jogo democrático e menor preponderância dada pelos autores às “normas legais e arranjos institucionais” como elemento definidor ou explicativo do comportamento político. Apesar de ser uma obra oriunda de pesquisa científica de cunho institucionalista, que o prefaciador define como “uma das principais correntes da ciência política contemporânea”, Nicolau evidencia o argumento não-institucional dos autores sobre a “crise da democracia” nos Estados Unidos. Em seu texto, descreve:

Em uma passagem em que analisam o papel das regras informais, os autores embrem as normas que regem o basquete de meia quadra nos Estados Unidos. Impossível não fazer analogia com as regras informais que regem a famosa pelada jogada no Brasil. Na minha infância o esquema era dez minutos ou dois gols, o que acontecesse primeiro determinava o fim da partida; o time que ganha fica, o de fora entra; se nenhum jogador quiser ir para o gol, o rodízio é compulsório. Para Levitsky e Ziblatt, em um regime democrático é esperado que os dirigentes políticos acatem as normas informais do jogo: “A democracia, claro, não é basquete de rua”, dizem eles, “porém, regras escritas e árbitros funcionam melhor, e sobrevivem mais tempo, em países em que as constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas do jogo.” As duas regras informais decisivas para o funcionamento de uma democracia seriam a tolerância mútua e a reserva institucional. [...] Portanto, para além do texto da Constituição, uma democracia necessitaria de líderes que conheçam e respeitem as regras informais. (Levitsky, Ziblatt, 2018, p. 10-11).

Outro tema presente no livro e apontado como elemento central na obra prefaciada é a questão da reforma política. Sobre o assunto, Prof. Jairo Nicolau descreve que os desafios norte-americanos e brasileiros são muito diferentes, uma vez que as regras eleitorais estadunidenses determinam o sistema de voto distrital e registro facultativo de eleitores. De modo diverso, no Brasil, a escolha de representantes parlamentares ocorre pelo sistema proporcional e o voto obrigatório é um requisito para exercício da cidadania. No ponto, Nicolau ressalta a importância da discussão sobre reforma política, mas esclarece que as diferenças entre os dois países ressaltam o caráter diverso da democracia.

Ao final do prefácio, Nicolau frisa que a obra traduzida para a língua portuguesa e publicada no Brasil tem o intento de auxiliar na compreensão e nos estudos sobre democracia e justifica a importância da leitura da obra para a análise do contexto histórico brasileiro:

Como disse no início, estamos atravessando desde 2013 um momento turbulento que nos faz ter a sensação de que algo está fora da ordem em nossa democracia. E isso torna o livro de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt ainda mais importante para nós. Entender o modo com que regimes democráticos tradicionais e consolidados são enfraquecidos de modo “legal”, por dentro, é fundamental. E *Como as*

democracias morrem realmente nos ajuda nessa tarefa. (Levistky, Ziblatt, 2018, p. 11-12).

Diante disso, o trabalho de Nicolau desenvolvido como discente e, em seguida, como pesquisador do IUPERJ também se inseriu na agenda de uma importante instituição que historicamente realiza transações de bens simbólicos estadunidenses para o Brasil.

Cumprir também que Nicolau atua como pesquisador no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Nota-se que uma das universidades dos Estados Unidos com a qual há colaboração direta firmada entre CPDOC é a Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), que faz parte do mesmo sistema da Universidade da Califórnia, Berkeley (UC Berkeley), instituição na qual Levitsky concluiu seu doutorado em ciência política e na qual Ziblatt também concluiu seu doutoramento. Tal liame objetivo identifica a relação de proximidade entre as instituições de formação acadêmica e de pesquisa científica dos autores do livro com o prefaciador da obra em língua portuguesa.

Para além da marcação feita pelo prefaciador, Bourdieu (2002) também destaca a capa como elemento objetivo da operação social da marcação, uma vez que “o simples efeito da capa já é uma imposição simbólica” (Bourdieu, 2002, p. 06). Nesse sentido, cabe destacar os elementos presentes nas capas das versões em inglês e português do livro “Como as Democracias Morrem”.

Tal análise, segundo a perspectiva analítica bourdieusiana, busca desvendar como essas capas constroem sentido, interpelam os diferentes públicos e refletem as tensões relativas ao tema da “crise da democracia”, numa reflexão crítica e sociologicamente embasada sobre o papel do design editorial na circulação de ideias e na conformação da cultura visual contemporânea. A investigação se justifica diante da operação social que marca uma obra estrangeira e sua recepção no mercado nacional, visto que os elementos da cultura material e visual também são mobilizados na disputa por legitimidade e formas de “distinção” (Bourdieu, 1979).

Dessa forma, o esquema analítico de Bourdieu destaca e traz ferramentas para a avaliação desencantada das escolhas e expressões artísticas, as quais podem ser objetivadas e analisadas em uma dimensão sociológica, “é por isso que a análise científica, quando é capaz de trazer a luz o que toma a obra de arte necessária, ou seja, a fórmula formadora, o princípio gerador, a razão de ser, fornece a experiência artística, e ao prazer que a acompanha, sua melhor justificação, seu mais rico alimento” (Bourdieu, 1996, p. 15)

Nesse sentido, a circulação internacional de ideias também exige, no arcabouço analítico bourdieusiano, a análise “desencantada” (Bourdieu, 1996) e a compreensão das estratégias comunicativas que envolvem capas de obras de grande impacto no debate político e social.

Sobre a capa da versão em inglês, observa-se uma composição visual que transmite, de forma imediata, a gravidade e a urgência da temática abordada. Nesse sentido, tendo por base o estudo da relação entre cores e emoções formulado pela socióloga e psicóloga Eva Heller (2000), pode-se afirmar que a capa é dominada por uma paleta de cores primárias, com alto contraste, na qual o título se destaca em letras maiúsculas, com ausência de sombreamentos ou outros elementos gráficos. O título “*How Democracies Die*” é disposto como um bloco sólido, bidimensional, com maior enfoque gráfico à palavra “DIE”, que é o maior e mais proeminente elemento dentro do título, grafado totalmente em branco, o que indica a seriedade da mensagem textual e denota um conjunto visual simples, direto e contundente de alerta e perigo.

A utilização da cor preta é associada ao luto, ao fim, à escuridão, assim como à autoridade, seriedade e formalidade (Heller, 2000). A cor branca, por sua vez, quando utilizada em alto contraste à cor preta, pode indicar vazio, ausência, perda de vitalidade ou rendição (Heller, 2000). Esse alto contraste (preto/branco; luz/escuridão) destaca as palavras do título, num forte apelo visual e semântico.

Os nomes dos autores na capa da versão norte-americana são posicionados somente na lombada do livro, não sendo apresentados em conjunto com o título. A hierarquia visual é estabelecida de forma clara, posto que a palavra “die” é o elemento central e dominante, que captura o olhar de forma imediata. A ausência dos nomes dos autores na imagem da capa, embora integrados fisicamente na parte da lombada, indica que o tema e a mensagem principal têm preponderância sobre quem a escreveu. Ademais, a inserção dos nomes dos autores na lombada posiciona o livro como um objeto de maior valor e durabilidade, destinado a um público que, notadamente, investe em bibliotecas ou acervos pessoais/profissionais, como uma forma de acumulação e exibição de capital cultural (Bourdieu, 1979). Tal escolha gráfica reforça o público-alvo de tal obra nos Estados Unidos, o qual valoriza e reconhece a análise objetiva e com profundidade teórica sobre a urgência e a centralidade na abordagem do tema “morte” da democracia.

Na versão em língua portuguesa, publicada em 2018 pela Editora Zahar, observa-se a implementação de outros recursos visuais que compõem a capa do livro. Da mesma forma

que a edição norte-americana, as cores utilizadas são primárias, com a fonte em cor branca e o fundo em cor preta. No entanto, logo no início da capa aparece a inscrição “Best-Seller do New York Times”, seguida dos nomes dos autores, do título do livro (destacado e em maior tamanho), bem como, no canto direito da imagem, a inserção de um comentário em 03 (três) linhas do repórter Fareed Zakaria, da CNN, e no canto esquerdo da imagem, a logomarca da Editora Zahar.

Observa-se que a capa da versão publicada no Brasil apresenta mais elementos de demarcação e afirmação da relevância da obra, como a referência direta ao fato de o livro ter sido considerado um dos mais vendidos no mercado norte-americano pelo Jornal *New York Times*. Além disso, os nomes dos autores assumem preponderância ao aparecerem na capa, logo acima do título do livro, com a informação imediata de que a obra consiste na produção de dois autores estrangeiros.

A inserção de um pequeno comentário na capa do livro também consiste em mecanismo metalinguístico de afirmação da relevância do texto apresentado. Da mesma forma, a indicação da logomarca da editora que selecionou, traduziu e publicou o livro também denota o “peso” que o livro detém no cenário editorial e demarca a qualidade do trabalho de edição da obra no Brasil, uma vez que apresenta a marca de uma editora reconhecida nacionalmente.

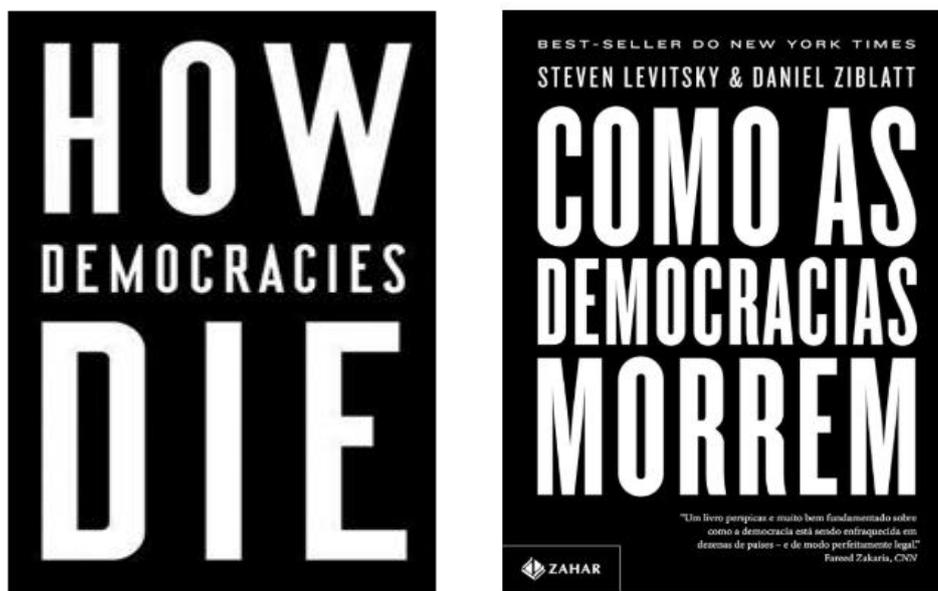


Imagem 5. Capas das versões norte-americana e brasileira do livro publicadas em 2018. Imagens reproduzidas da internet. Fonte: Site oficial da plataforma de vendas Amazon Books (<https://www.amazon.com.br/>).

A simplicidade do projeto gráfico das capas do livro, a escolha da tipografia moderna, sem muitos recursos visuais, bem como a ausência de elementos figurativos complexos ou ilustrações, sombreamentos ou efeitos visuais, revelam um apelo claro ao leitor que valoriza uma análise objetiva da realidade, com caráter científico, embasamento teórico e clareza argumentativa. O tema central do livro aparece de forma destacada nas duas capas, indicando que a obra se insere num contexto acadêmico de disputa pela perspectiva teórica mais relevante para a sociedade no mundo atual. Dessa forma, ao representarem visualmente o alerta diante da instabilidade e do possível colapso democrático, as capas atuam como elementos simbólicos poderosos que reforçam a mensagem de fragilidades e ameaças que existem sobre as instituições democráticas. As capas assumem o papel não apenas de recurso visual para anunciar a gravidade do tema, mas também atuam para a construção simbólica do sistema de percepção e representação da ciência política norte-americana sobre a natureza frágil da democracia no mundo.

Sobre a capa da versão em língua portuguesa, é importante destacar a coexistência de outros elementos visuais que constituem apelos mais populares e estéticos ao público-alvo brasileiro, na tentativa de gerar impacto emocional e simbólico a partir das escolhas cromáticas, mas também da composição dos elementos, da tipografia e dos recursos visuais utilizados, conforme referencial analítico de Eva Heller (2000). Na versão brasileira, a capa não apenas informa, mas também evoca uma resposta emocional ao estímulo comercial do texto. Ao identificar o livro como um “best-seller”, aposta-se num apelo mercadológico para o destaque da relevância do texto, que detém essa posição como uma chancela dada por um grande jornal norte-americano. Da mesma forma, ao identificar os autores acima do título da obra, ressalta-se a produção estrangeira do livro.

A inserção de um pequeno comentário de um jornalista de uma grande rede norte-americana de comunicação (CNN) funciona como uma citação elogiosa que também reforça o apelo ao que é “estrangeiro”, “internacional”, isto é, aquilo que não está diretamente imbricado por questões tipicamente nacionais, algo que garantiria maior zelo, clareza e neutralidade na descrição do cenário político. Vê-se que o selo de “best-seller” e a resenha positiva de um comentarista especializado funcionam como argumentos de autoridade que acabam por reforçar a credibilidade e a relevância da obra no debate contemporâneo sobre a “crise da democracia”, operando como elementos de distinção da obra no cenário social.

Nesse sentido, pode-se verificar que a capa do livro publicado no Brasil busca atrair, de forma eficaz, com a imposição de significados e naturalização de elementos simbólicos

(BOURDIEU, 1979), um leitor com disposições acadêmicas, interessado na análise acadêmica aprofundada e coerente sobre uma temática séria, mas também um público mais amplo, interessado em análises políticas teoricamente formuladas, com impacto social e com validação pelo mercado editorial e pela crítica especializada.

c) **Leitura/Interpretação**

A partir da busca bibliográfica em meio virtual/digital, especialmente em sites de repositórios de trabalhos acadêmicos de instituições nacionais, revistas científicas e sites especializados, é possível localizar resenhas acadêmicas publicadas por pesquisadores brasileiros em diferentes universidades a respeito do livro “Como as Democracias Morrem”.

Na busca por artigos científicos em grandes revistas brasileira de ciência política, como a revista Dados, Opinião Pública, Revista da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), foram identificados artigos específicos em que o livro é citado de forma indireta e a ocorrência das citações se dá em trabalhos que tratam do tema democracia, tendo sido essa palavra-chave para identificação e localização dos referidos trabalhos. Tais dados de autoria e ano de publicação, além da citação específica do livro “Como as democracias morrem” dos autores (Levitsky e Ziblatt) nos artigos encontrados, foram organizados na **Tabela 4**.

Tabela 4 – Citações do livro e de seus autores (Levitsky e Ziblatt) em periódicos brasileiros de Ciência Política entre os anos de 2018 a 2025.

<i>Periódico: Opinião Pública</i>			
<i>Título/Autor</i>	Ano	Versão	Passagem
<i>Fraude nas urnas e contestação eleitoral no Brasil</i>	2024	Inglês	Se, por um lado, a polarização partidária e ideológica se conforma sob arranjos democráticos (Abramowitz, 2010), por outro, se acompanhada de estratégias que visem ao enfraquecimento das instituições públicas e normas democráticas, gera consequências corrosivas ao sistema político (Levitsky; Ziblatt, 2018; Graham; Svobik, 2020; Abramowitz; McCoy, 2019).

<p><i>Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. Autoria: Gabriela Ribeiro Cardoso (UFSC)</i></p>	<p>2021 Português</p>	<p>Fenômenos políticos recentes como a vitória eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos e a ascensão eleitoral da nova direita na Europa fizeram com que o debate sobre a “crise da democracia” tenha chegado ao contexto dos países centrais. É como se a conjugação entre democracia liberal e capitalismo, que foi louvada como o “fim da história”, estivesse assentada em bases muito frágeis. O debate em torno dessa temática tem extrapolado em muito os muros da academia, tendo produzido best-sellers internacionais: “Como as democracias morrem” (Levitsky e Ziblatt, 2018), “O povo contra a democracia” (Mounk, 2019) e “Como a democracia chega ao fim” (Runciman, 2018) são apenas três exemplos de uma onda “pop” da ciência política. O que há em comum nessa literatura é o diagnóstico de que: (1) a democracia está em crise; (2) o risco de reversão autoritária é real (nas jovens e velhas democracias); e, o mais surpreendente, (3) tal reversão autoritária é amparada pela vontade do povo!</p>
---	-----------------------	--

Periódico: Dados

<i>Título/Autor</i>	<i>Ano</i>	<i>Versão</i>	<i>Passagem</i>
<p><i>Três por Quatro: Impactos Políticos das Crises Econômicas Internacionais no Brasil, Estados Unidos e Alemanha. Autoria: Marcus Ianoni (UFF).</i></p>	<p>2025</p>	<p>Português</p>	<p>Desancorado do exclusivismo institucionalista, hegemônico na ciência política (e. g. Levitsky, Ziblatt, 2018; Lührmann, Lindberg, 2019), examino regimes políticos e a atual onda autoritária domesticamente produzida. Apoio-me em visões (neo)marxistas do Estado (Przeworski, 1995) e da economia política, nesse caso, a régulation theory (Boyer, Saillard [ed.], 2002), útil para iluminar as distintas fases do capitalismo vigentes nas quatro crises examinadas.</p>
<p><i>Seria a Tolerância a Marca Distintiva do Cidadão Democrático? Tolerância Política no Brasil Pós-Eleições 2022. Autoria: Ednaldo Ribeiro (UEM)</i></p>	<p>2025</p>	<p>Português</p>	<p>Embora seja o exemplo mais proeminente na literatura, o discurso de ódio não é a única fonte de ameaça à democracia. O avanço da extrema direita, com partidos e candidatos autoritários competindo e, eventualmente, vencendo as eleições (Norris e Inglehart, 2019), expôs a vulnerabilidade da democracia, tanto pelo risco de golpe como pelas ações visando minar, por dentro, as instituições democráticas (Levitsky e Ziblatt, 2018; Svobik, 2019). O ataque sistemático às instituições nucleares da democracia tem contribuído para gerar um cenário global de tensão e incerteza em relação à sua sustentabilidade.</p>

Democracia, Populismo e Discurso do Voto Impresso: Análise de Conteúdo no Facebook por Mineração de Texto e Redes Semânticas.
 Autoria: Augusto Neftali Corte de Oliveira (PUCRS)

2024 Português

Outra referência na literatura atual socialmente difundida é Levitsky e Ziblatt (2018). Embora o tema central de desdemocratização pelo abuso das instituições democráticas esteja presente neste trabalho, os autores não concentram a noção de populismo na explicação.

Periódico: Revista Brasileira de Ciência Política

Título/Autor

Ano

Versão

Passagem

A fragmentação dos Estados Unidos: uma proposta de regeneração da democracia diante das ameaças autoritárias contemporâneas.
 Autoria: Ricardo Juozepavicius Gonçalves (CEBRAP).

2024 Português

No livro *Como as democracias morrem*, Levitsky e Ziblatt (2018) apontam exemplos da persistência e aprofundamento desses indícios na história política dos Estados Unidos, comparando-os com outras nações que passaram por derrocadas da democracia, golpes de estado e experiências autoritárias. Como obstruções injustificadas de votações propostas por adversários no legislativo; ou comportamentos que não violam regras em seus conteúdos, mas em seus “espíritos” ou finalidades; ou discursos ofensivos a adversários, que violam o decoro, de modo a criar um ambiente de hostilidade também entre partidários e eleitores (Zurn, 2023, p. 31-32). Para Ziblatt e Levitsky, a quebra de padrões, costumes e comportamentos históricos, ou a não observância às “regras não escritas da política norte-americana”, representam um dos fatores que levam à destruição das “grades de proteção da democracia”, na medida em que essas regras ocupam espaços não regulados formalmente e representam compromissos entre os agentes políticos que são fundamentais para o funcionamento da democracia (2018, p. 117-140). Marcos Nobre se refere a essas violações como uma mudança na observância e respeito às “regras de convivência política” que altera os padrões da “cultura política democrática” de fundo do cenário político brasileiro desde a redemocratização (2020, p. 68 e 74-77).

Muito além do excepcionalismo da teoria da modernização: a crise da democracia nos Estados Unidos e o autoritarismo como gramática da modernidade política.
 Autoria: Marcos Abraão Ribeiro (IFF)

2024 Português

O livro resenhado oferece uma interpretação consistente da crise da democracia norte-americana - pois teórica e historicamente informada. Nesse sentido, aprofunda a discussão estabelecida no livro anterior sobre a crise do sistema político norte-americano com a ascensão de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos (Levitsky e Ziblatt, 2018), pois estabelece a democracia multirracial como dimensão decisiva para compreensão da crise da democracia norte-americana, bem como defende sua importância decisiva para o estabelecimento de uma efetiva democracia no século XXI.

<p><i>Protestos contemporâneos e a crise da democracia.</i> Autoria: Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG) e Leticia Birchal Domingues (UFMG)</p>	2022	Português	<p>Nota-se, em suma, que as rupturas criam oportunidades para muitos futuros possíveis, inclusive para a emergência de forças autoritárias (militares ou civis) há muito trancadas nos armários da democracia. A abertura que impulsiona a energia com potencial de radicalização democrática é a mesma que permite enfraquecer as instituições democráticas e trazer à tona o potencial de fechamento de regimes. E isso não apenas em países com histórico de regimes autoritários (como Tailândia, Turquia, Egito e Brasil), mas também nos EUA, em que o sistema político deteriora a olhos vistos, apesar de supostamente mais resistente (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).</p>
---	------	-----------	---

O que se observa é que a maior parte dos pesquisadores nos artigos identificados citam os autores Levitsky e Ziblatt como referências de uma teoria específica sobre a “crise da democracia”, a qual pode ser afirmada ou negada. No entanto, o destaque que se dá a essa teoria específica em boa parte dos textos é o fato de que essa efetivamente extrapolou os “muros das academias”, tendo sido veiculada por diversos outros agentes, sobretudo pela imprensa. Não há apresentação de críticas contundentes ao texto dos autores, apesar do reconhecimento de que se trata de um texto tipicamente formatado pela ciência política estadunidense e por ter se tornado “pop” no contexto político atual, diante de uma linguagem mais acessível.

Ademais, foram identificadas 12 (doze) resenhas do livro, escritas em língua portuguesa por professores e pesquisadores brasileiros, publicadas em revistas científicas nacionais (apenas uma revista portuguesa) e sites especializados entre os anos de 2018 a 2024, conforme **Tabela 4**.

Tabela 4 - Resenhas do livro "Como as Democracias Morrem" publicadas em revistas e sites especializados entre os anos de 2018 a 2025.

<i>Título da Resenha</i>	Autor/es	Vínculo institucional	Veículo e Ano da publicação
<i>A derrocada das democracias liberais</i>	Luiz Carlos Bombassaro	Doutor em Filosofia e professor na Faced/UFRGS	Jornal da Universidade, 2018
<i>How Democracies Die, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt,</i>	George Bronzeado de Andrade	Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Revista Análise Social, 2018

<i>Resenha Crítica do Livro “Como As Democracias Morrem” de Daniel Ziblatt e Steven Levitsky</i>	Caio de Mesquita Dyer; Eduardo Rodrigues Soter	Discentes da Universidade Federal Fluminense (UFF).	Revista Culturas Jurídicas, 2018
<i>RESENHA - Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. How democracies die. Broadway Books, 2018.</i>	Natália Cordeiro Guimarães	Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Revista Brasileira de Ciência Política, 2019
<i>Democracia Em Fase Terminal Nas Américas? Comentários sobre “Como As Democracias Morrem”.</i>	Nayara F. Macedo de Medeiros Albrecht	Mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), membra do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN) e Pesquisadora na Newcastle University.	Revista Teoria & Pesquisa, 2019
<i>O Ocaso da Democracia</i>	Sávio da Silva Abreu; Taís de Cássia Badaró Alves	Docentes do Curso de História do Centro Universitário São José, no Rio de Janeiro	Revista Transformar, 2020
<i>LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.</i>	Clayton Mendonça Cunha Filho	Professor-Adjunto do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI).	Revista Conexão Política, 2020.
<i>Democracia em colapso? A posição de Levitsky e Ziblatt</i>	Denise Cardozo Matheus A. Botelho	Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo.	Revista Áskesis, 2020

<i>Resenha Crítica do livro “Como as democracias morrem”.</i>	Miriam dos Santos Ricco; Tomaz Espósito Neto; Janieli Vasconcelos da Paz.	Docentes do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Revista Mural Internacional, 2021
<i>Manuais Para Matar Uma Democracia: Uma Resenha De Como As Democracias Morrem, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt e Como A Democracia Chega ao Fim, de David Runciman</i>	Sergio Schargel	Mestrado em Literatura (PUC-Rio); Mestrado em Ciência Política (Unirio).	Almanaque de Ciência Política, 2021.
<i>No limiar da democracia: Resenha crítica do livro “Como as democracias morrem”</i>	Rosa Maria Freitas	Doutora em Direito pelo PPGD/UFPE e professora universitária.	Portal Migalhas, 2024.
<i>Erosão da democracia brasileira e o perfil autocrata: Uma resenha de “Como as democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt</i>	Helder Souza da Silva	Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).	Primeiros Estudos — Revista de Ciências Sociais, 2024.

Fonte: Dados obtidos em consultas em consultas à internet e aos sites oficiais das universidades nacionais citadas. Dados organizados pela autora.

Luiz Carlos Bombassaro, em sua resenha “A derrocada das democracias liberais”, apresenta os autores Levitsky e Ziblatt como “professores de ciência política da Universidade de Harvard”, com destaque à autoridade acadêmica da análise política

constante no livro. Bombassaro descreve o trabalho dos autores como uma “análise perspicaz e preocupante”, com ênfase à profundidade teórica e seriedade da pesquisa feita pelos autores. O resenhista destaca o “olhar atento ao movimento da história das ideias políticas” feito pelos autores e indica o bom domínio do contexto histórico e teórico norte-americano e global. A clareza com que a obra apresenta indicadores de comportamento autoritário em líderes políticos é indiretamente elogiada pelo resenhista e descrita como uma ferramenta útil para o diagnóstico dos sistemas democráticos contemporâneos. Bombassaro apresenta uma avaliação geral positiva do livro, no entanto questiona a “pouca importância” dada pelos autores ao poder da educação como barreira de proteção à democracia. O resenhista sugere que os autores poderiam ter analisado o elemento da educação como aspecto complementar, o qual poderia ter enriquecido ainda mais a análise. Por fim, Bombassaro conclui a resenha com a indicação da relevância da obra para o contexto brasileiro, pois, segundo o resenhista, “esse livro constitui uma leitura oportuna e esclarecedora para quem deseja compreender o que se passa, igualmente, no Brasil de hoje”.

O pesquisador brasileiro George Bronzeado de Andrade, em sua resenha sobre o livro publicada em revista portuguesa, apresenta Levitsky e Ziblatt como “cientistas políticos norte-americanos [...] que desenvolvem estudos sobre a democracia há mais de 20 anos”. Em seu texto, Andrade sustenta que as inferências teóricas dos autores foram produzidas por um “modelo robusto que alia o estudo da perspectiva história à pesquisa de cunho empírico”, numa análise elogiosa da metodologia aplicada no livro. Além disso, Andrade ressalta os “importantes parâmetros” que os autores descreveram para filtragem de candidatos inadequados ao regime democrático. O resenhista reforça a relevância da obra norte-americana ao recomendar que essa seja lida não só por acadêmicos e politólogos especializados, mas por todos que se interessam por política, democracia e instituições.

Caio de Mesquita Dyer e Eduardo Rodrigues Soter, em sua resenha crítica, apresentam os autores como “professores de ciência política da Universidade de Harvard” e destacam as respectivas áreas de especialização (Ziblatt com o estudo da Europa do século XIX e Levitsky com pesquisas sobre América Latina e países em desenvolvimento), e reconhecem a complementaridade das expertises dos autores e a importância da colaboração entre eles para a produção de uma análise política e histórica sobre as democracias contemporâneas. Os resenhistas indicam uma valorização da abordagem metodológica dos autores e a capacidade de desenvolver uma ferramenta para identificação de possíveis líderes autocratas através de uma tabela com quatro indicadores de comportamentos autoritários é

apresentada como uma importante contribuição prática e didática do livro. Ao aplicarem diretamente a ferramenta do livro no cenário brasileiro, os resenhistas afirmam que em tais indicadores se enquadram diversas figuras da política nacional, entre eles, o 38º presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, do PSL. A aplicação direta e detalhada da ferramenta analítica de Levitsky e Ziblatt indica que os resenhistas compreendem a obra não apenas como uma análise teórica, mas como uma ferramenta analítica prática com implicações diretas para a compreensão da política nacional e dos riscos à democracia brasileira.

A pesquisadora Natália Cordeiro Guimarães, em resenha sobre o livro publicada na Revista Brasileira de Ciência Política, apresenta como argumento central dos autores o de que, em períodos anteriores ao contemporâneo, o declínio das democracias ocorria de forma nítida por meio de golpes militares que faziam uso explícito da força e da coerção, nos dias atuais, o rompimento das democracias se dá de modo muito mais sutil, mediante a subversão de instituições estabelecidas. Ao descrever cada capítulo do livro, Guimarães ressalta o olhar crítico dos autores estadunidenses para as experiências de outros países, como Venezuela, Hungria, Peru, Nicarágua, Rússia e Filipinas, bem como da atuação e do papel das instituições democráticas. A resenhista destaca a estrutura textual do livro e conclui que “além de trazer uma leitura fluída e agradável, o livro reúne elementos interessantes para pensar a democracia e suas crises para além dos EUA, a partir dos contextos e realidades de cada localidade” (Guimarães, 2019, p. 322).

A resenhista Nayara F. Macedo de Medeiros Albrecht, no texto ““Democracia em Fase Terminal nas Américas? Comentários Sobre ‘Como As Democracias Morrem’”, situa o livro como uma extensão de argumentos anteriores dos autores, os quais já trabalhavam com as categorias de populismo e autoritarismo. Na análise da “crise da democracia”, a resenhista descreve que os autores enfatizam o papel das elites políticas e partidos como “filtros” ou “guardiões” da democracia contra manipulação das massas por “líderes carismáticos – no sentido weberiano – e a subversão gradual das instituições democráticas mediante vias legais”. A resenhista traça paralelos diretos entre os cenários norte-americano e brasileiro, ao utilizar a abordagem de Levitsky e Ziblatt, por considerar metodologicamente consistente e útil para a análise política de fatos históricos recentes. Embora os autores mencionem o Brasil como uma democracia estável, a resenhista sustenta que tal alegação se dá devido ao período de escrita do livro, isto é, por ser anterior às eleições presidenciais de 2018. A autora utiliza o arcabouço teórico do livro para descrever um quadro preocupante da situação democrática brasileira, ao citar que os quatro indicadores de políticos

autocráticos podem ser encontrados no Brasil em discursos autoritários que contam com apoio de camadas populares brasileiras. Por fim, a resenhista defende a alta relevância da obra para a análise do contexto democrático brasileiro.

Os resenhistas Sávio da Silva Abreu e Taís de Cássia Badaró Alves apresentam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt como “cientistas políticos que investigam sistemas políticos autoritários à direita ou à esquerda do espectro”, caracterizando a *expertise* dos autores a partir de sua provável neutralidade política. Apontam diversos elementos centrais da obra, como por exemplo definição de que um sistema democrático é aquele que garante eleições regulares, livres e justas, sufrágio universal e liberdades civis fundamentais. Os resenhistas enfatizam que a proposta do livro é investigar a eleição de Donald Trump como uma ameaça à democracia norte-americana, mas também à democracia global, destacando a capacidade de Levitsky e Ziblatt de contextualizarem padrões históricos e comparativos. Também destacam a análise apurada que os autores fazem da ascensão contemporânea de governos autoritários de direita e mencionam o conceito de “alianças fatídicas” aplicado pelos autores a diferentes governos no mundo (Hitler, Fujimori e Chávez). Os resenhistas destacam também que a metáfora do jogo de basquete é uma forma didática utilizada pelos autores para explicar a consolidação do poder por autocratas. Frisam ainda a análise histórica dos autores sobre a “grande abdicação republicana” em 2016, partido que deveria ter atuado como “guardiões da democracia”, mas que, segundo os autores, teria permitido a ascensão de Trump. Para eles, o livro constitui um “diagnóstico acerca da saúde da democracia” e permite uma análise de paralelos históricos relevantes para a compreensão do cenário político brasileiro.

Clayton Mendonça Cunha Filho também publicou resenha sobre o livro e o descreve como um “best-seller imediato”. O autor apresenta os autores como “pesquisadores de destaque” e destaca que a principal tese do livro é a de que a democracia pode e é frequentemente subvertida por dentro, pelas mãos de indivíduos autoritários. O resenhista destaca a estrutura do livro e menciona que os autores alternam entre apresentar teses ilustradas com casos de diferentes países e com fatos históricos dos EUA, indicando a clareza da exposição dos autores e a acessibilidade da linguagem utilizada, o que, em sua opinião, torna o livro útil tanto para intelectuais/pesquisadores quanto para o público em geral. A principal crítica do resenhista diz respeito à fragilidade das soluções propostas por Levitsky e Ziblatt para “salvar a democracia”, as quais, segundo o autor, são baseadas em um “normativismo voluntarista” que pressupõe a preservação democrática a partir de coalizões

interpartidárias nas quais as agentes voluntariamente se autolimitam. Em relação à América Latina, o autor destaca que a desigualdade socioeconômica sempre foi tida como obstáculo para a consolidação democrática e que considera inimaginável pensar que a salvação democrática esteja fundada apenas na autorrestrrição dos atores políticos quando há grandes questões econômicas envolvidas.

Cunha Filho também critica a proposta dos autores para os Estados Unidos, indicando que a sugestão de abandono das políticas de identidade para enfoque em políticas sociais universalistas para construção de coalizões político-partidárias é pouco factível, ainda mais com a defesa do Partido Republicano aos interesses de elites históricas e grandes corporações, o que, segundo o autor, torna a solução apresentada pelos autores como “utópica”. Outra crítica contundente do resenhista é a de que a inclusão do Brasil na lista de democracias intactas, mesmo com a data da publicação do livro anterior à eleição de Bolsonaro, é equivocada, posto que “é imperdoável para pesquisadores do quilate dos dois autores considerar que o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, [...] não tenha sequer arranhado nossa democracia”. Por fim, Cunha Filho considera o livro relevante para a análise política brasileira, mas com ressalvas importantes e desde que a obra constitua “ponto de partida” para a discussão.

Os resenhistas Denise Cardozo e Matheus Botelho apresentam os autores Levitsky e Ziblatt como “professores de ciência política da Universidade Harvard” e mencionam o tradutor Renato Aguiar e o prefaciador Prof. Jairo Nicolau logo no início da resenha. Além disso, resumem todos os capítulos do livro e ressaltam a metodologia comparativa dos autores, ao situarem seus argumentos em diferentes contextos nacionais, apesar do enfoque ao cenário norte-americano. Cardozo e Botelho também enfatizam que o livro constitui “leitura fundamental” para pesquisadores, professores e estudantes, bem como para todo cidadão que pretende refletir e posicionar-se sobre os riscos da “degradação democrática” no Brasil e em diversos países no mundo.

Miriam dos Santos Ricco, Tomaz Espósito Neto e Janieli Vasconcelos da Paz, no resumo de sua resenha crítica, indicam que o livro é uma obra “extremamente importante para entender os processos pelos quais a sociedade contemporânea está passando”. Os resenhistas apresentam Levitsky e Ziblatt como professores, sugerindo o reconhecimento de sua *expertise* intelectual, bem como apresentam o livro como um “manual de vigilância da democracia”, posto que a obra é tida como “fundamental” para compreender as dinâmicas contemporâneas que afetam as democracias no mundo.

Sergio Schargel também publicou resenha sobre a obra e a descreve como um “bom livro” que dialoga tanto com o público leigo, quanto como o público especializado. O resenhista destaca que a principal tese dos autores é a de que indivíduos “antidemocráticos” utilizam instituições democráticas para corroer a própria democracia e que o desrespeito entre grupos políticos adversários é “veneno” para sistemas democráticos, citando Robert Dahl para tratar do perigo da polarização extrema. Na resenha, Schargel tece várias críticas ao livro, uma delas é a de que a obra não é inovadora, pois apresenta ideias que já foram abordadas por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, por exemplo.

Rosa Maria Freitas também escreveu resenha crítica sobre o livro “Como as Democracias Morrem” e indica que o livro se tornou famoso por descrever a “fórmula de matar a democracia”, sendo aplicável tanto à direita como à esquerda. Freitas apresenta os autores como escritores “famosos” e considera “absolutamente louvável” o esforço deles no levantamento histórico para análise dos ciclos de autoritarismo no mundo. Entretanto, a resenhista apresenta críticas contundentes à obra e aponta omissões significativas na análise política de Levitsky e Ziblatt. A principal crítica feita diz respeito à ausência da “causa econômica consistente no empobrecimento da classe média estadunidense e de outros países desenvolvidos”, tendo a temática sido completamente ignorada pelos autores, assim como o termo “capitalismo”, segundo a resenhista, não é debatido ou incluído como critério para observação do desempenho das democracias no mundo.

Outra crítica importante feita é a de que falta autocrítica aos autores em relação às políticas externas norte-americanas e suas implicações na sustentação de regimes totalitários pelo mundo, especialmente diante dos contínuos investimentos orçamentários na indústria bélica. A resenhista questiona: “quantos regimes totalitários e desumanos são financiados pela ‘democracia americana’?”. Além disso, a autora aponta a hipocrisia na percepção dos autores a respeito da categorização dos chamados “americanos nativos” e dos “imigrantes”, ao destacar que a democracia americana, em toda sua história, foi e é sustentada pelo trabalho exploratório de operários, negros, imigrantes e demais minorias sociais. Ao final, a resenhista destaca que o livro, embora importante para a análise política, não oferece respostas satisfatórias para questões mais profundas sobre o caráter do poder político e da democracia nos Estados Unidos. Também recomenda a leitura da obra, desde que complementada por outros estudos sobre as ditaduras latino-americanas, para entendimento mais claro a respeito da realidade brasileira.

O resenhista Helder Souza da Silva apresenta os autores Levitsky e Ziblatt como “docentes de Ciências Políticas na Harvard University e fascinados por pesquisas cuja temática seja sobre política no mundo contemporâneo”. Silva ressalta que, apesar de escreverem a partir de um contexto político norte-americano, os autores apresentam conclusões que “servem perfeitamente” à realidade democrática brasileira. Após resumir todos os capítulos do livro resenhado, Silva descreve que “a aflição dos autores na morte das democracias também é um clamor das sociedades”, com o alerta sobre a urgência do referido debate para o contexto nacional. Apesar de pontuar que o livro chegou ao Brasil meses depois do lançamento nos Estados Unidos, Silva ressalta a pertinência da obra e sua correspondência à realidade política brasileira.

Em uma análise qualitativa das resenhas destacadas, é possível observar que grande parte dos resenhistas indicam que o livro “Como as Democracias Morrem” é uma obra significativa, atual e relevante para o contexto político vigente, especialmente diante de um modelo de percepção e descrição política que evidencia “crises” nas instituições formais de sistemas democráticos ao redor do mundo. A tese central do livro – a de que democracias podem colapsar diante de golpes militares clássicos e também de forma gradual, mediante processos de subversão interna, conduzidos por procedimentos eleitorais padronizados e a ascensão de líderes autoritários democraticamente eleitos – é amplamente reconhecida e considerada como a principal contribuição teórica dos autores.

Os resenhistas destacam e valorizam a análise de Levitsky e Ziblatt sobre o papel crucial de “regras não escritas” (tolerância mútua e reserva institucional) para o exercício regular da democracia. A falta de compromisso com tais normas é apontada como um dos principais indícios para o diagnóstico de um sistema democrático em falência. Além disso, a clareza, objetividade, a linguagem acessível e a precisão metodológica dos autores são destacadas como pontos fortes e frequentemente elogiadas pelos resenhistas, que consideram o livro relevante para o público acadêmico e para leigos interessados em análises políticas consistentes.

Também cabe considerar a utilização do livro “Como as Democracias Morrem” em 17 (dezessete) ementas, estruturas curriculares e projetos pedagógicos como referência bibliográfica obrigatória, básica ou complementar em diferentes cursos de graduação e pós-graduação em universidades públicas e privadas brasileiras, conforme sistematizado na **Tabela 5**.

Tabela 5 - Uso do livro "Como as Democracias Morrem" em ementas, estruturas curriculares e projetos pedagógicos de universidades públicas e privadas brasileiras entre os anos de 2018 a 2025.

<i>Documento oficial</i>	<i>Disciplina/Curso</i>	<i>Instituição acadêmica</i>	<i>Ano de publicação</i>	<i>Utilização do livro</i>
<i>Plano de Ensino da Disciplina</i>	Teoria e metodologia nas Ciências Sociais. Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação	Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Araraquara	2019	Referência bibliográfica
<i>Ementário</i>	Teoria Política: A difícil sociabilidade entre o poder e a liberdade: avanços e crises da política. Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2024	Referência bibliográfica
<i>Ementa</i>	Políticas e Sistemas de Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde.	Universidade de Brasília (UNB)	2021	Referência bibliográfica
<i>Ementa</i>	Novas Tendências em Direito Constitucional. Módulo Básico – Perspectiva Geral da Advocacia Pública.	Escola da Advocacia Geral da União (EAGU)	2021	Bibliografia Básica

<i>Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios</i>	Elementos de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	de 2023	Bibliografia obrigatória
<i>Estrutura Curricular</i>	Democracia e Dinâmicas Institucionais Contemporâneas. Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PPGAP)	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	2021	Bibliografia
<i>Ementa</i>	Tópicos em História Política e Constitucional do Brasil: Democracia, crise e Estado Constitucional. Graduação em Ciências do Estado.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2022	Bibliografia complementar
<i>Projeto Pedagógico do Curso De Bacharelado Em Ciências Sociais</i>	Pensamento Social Brasileiro II.	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	2019	Bibliografia Complementar

<i>Ementas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UNIRIO</i>	Instituições Políticas e Democracia. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	2020	Bibliografia Básica
<i>Ementa</i>	Direito Constitucional Contemporâneo. Disciplina de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	2019	Bibliografia
<i>Ementa</i>	Teoria Democrática. Departamento de Ciência Política	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2021	Bibliografia Básica
<i>Ementário da Coordenação do Curso de Bacharelado Em Ciência Política</i>	Iniciação à Ciência Política. Curso de Bacharelado Em Ciência Política.	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	2022	Referência bibliográfica
<i>Ementa</i>	Introdução à Ciência Política. Curso de Graduação em Ciências Sociais	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	2019	Leitura obrigatória
<i>Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em</i>	Introdução à Filosofia. Curso de Graduação em Ciências Econômicas.	Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)	2023	Bibliografia Complementar

<i>Ciências Econômicas / Presencial</i>					
<i>Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais</i>	Cultura Política e Poder Local. Curso de Bacharelado em Ciências Sociais.	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	2019		Bibliografia complementar
<i>Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da Escola de Ciências Sociais Da Fundação Getúlio Vargas - FGC Cpdoc</i>	Ética e Instituições Públicas. Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Escola de Ciências Sociais - FGV CPDOC.	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	2022		Bibliografia básica
<i>Resumo Executivo do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar</i>	Metodologia da Legística. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar.	Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, Coordenação De Educação Superior	2023		Referências bibliográficas

Fonte: Dados obtidos em consultas em consultas à internet e aos sites oficiais das universidades nacionais citadas. Dados organizados pela autora.

Os dados sistematizados acima foram resultados de pesquisa bibliográfica em meio digital, especialmente em sites de universidades públicas e privadas do Brasil. No ponto,

cabe destacar que as ementas constituem instrumentos metodológicos e programáticos que guiam e orientam o estudo no âmbito de uma disciplina. São produzidas pelo professor que ministra a disciplina ou pelo conjunto de professores envolvidos na ministração das aulas da respectiva disciplina. O projeto pedagógico, por sua vez, é um instrumento mais amplo, que orienta todo o trabalho pedagógico das disciplinas de um curso, sendo resultado de um trabalho coletivo de afirmação de escolhas e preferências, conforme esclarecem Pinto, Santos & Santos (2024, p. 112):

O projeto pedagógico de curso é um documento programático que sintetiza as principais diretrizes, fundamentos e orientações curriculares e organizacionais de um curso. É constituído de modo coletivo e representa a realidade contextual e cultural de uma dada instituição. Além disso, ele pode ser visto também como uma aposta em novos valores e conteúdos que emergem a partir das necessidades e urgências presentes na sociedade. Os programas das disciplinas e a preparação das aulas são certificadas pelo PPC, uma vez que esse projeto define a legitimidade ou não dos conteúdos abordados em aula. Por isso, esse é um assunto sério demais, mas que muitas vezes possui status não prioritário em algumas áreas do conhecimento científico.

Dessa forma, observa-se a utilização do livro em diferentes documentos pedagógicos produzidos individual ou coletivamente por professores de todo o país em diferentes instituições de ensino superior, situadas em 04 (quatro) regiões brasileiras, a saber, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Observa-se também que a utilização do livro no ambiente acadêmico como referência bibliográfica se dá a partir do ano de 2019, quando a obra já detinha pelo menos 01 (um) ano de circulação pelo mercado editorial brasileiro, o que evidencia a celeridade com que o livro foi recebido e reconhecido pelos domínios intelectuais e acadêmicos nacionais.

Destaque-se também que o livro “Como as Democracias Morrem” é utilizado como bibliografia básica e como referência bibliográfica, respectivamente, em cursos de pós-graduação fornecidos por 02 (duas) entidades estatais federais, quais sejam: a Escola da Advocacia Geral da União (EAGU), órgão do Poder Executivo Federal que promove formação profissional a procuradores federais, e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Poder Legislativo Federal, vinculado ao Senado Federal.

Observa-se que, os investimentos nos mercados editoriais norte-americano e brasileiro, as condicionantes históricas do local de produção e do de reprodução de enunciados, além dos perfis e trajetórias acadêmicas e profissionais dos autores estadunidenses selecionados, foram os fatores que permitiram, de forma significativa, as operações da circulação internacional das ideias relativas à “crise da democracia liberal”,

com forte apelo entre os meios de comunicação nacionais e a mídia dita “especializada”, sobretudo entre comentaristas e analistas políticos.

Destarte, essas condicionantes foram levadas em consideração na presente análise, ainda que brevemente transcorrida na duração deste curso de mestrado, a qual se expõe para ampliação e motivação de novos e futuros trabalhos que evidenciem, ainda mais, as operações sociais que se desenvolvem para a circulação internacional de ideias, conforme proposto por Bourdieu (2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, sob a perspectiva bourdieusiana, as lógicas de produção e apropriação de enunciados sobre “crise democrática” no contexto político recente dos Estados Unidos e do Brasil, compreendendo a avaliação das condicionantes sociais e históricas que sustentam as operações sociais da circulação internacional de ideias, conforme proposto por Pierre Bourdieu (2002). A diretriz inicial partiu da constatação de que há uma importação recorrente de categorias analíticas produzidas por intelectuais norte-americanos — como Larry Diamond, Steven Levitsky, Daniel Ziblatt e Yascha Mounk — e que tais enunciados, ao serem importados e reproduzidos no Brasil, operam como construtos sociais legitimados por posições dominantes no campo intelectual transnacional.

Da análise realizada, depreende-se que a circulação dessas ideias não é neutra, mas atravessada por assimetrias estruturais entre centro e periferia, dinâmicas contínuas no eixo norte-sul e reforço à hegemonia da ciência política norte-americana. As análises mostraram que a apropriação brasileira dos enunciados sobre “crise democrática” é condicionada por fatores como a baixa autonomia intelectual da ciência política nacional, a influência histórica de programas de fomento e cooperação internacional — notadamente oriundos da Fundação Ford — e a proximidade de agendas políticas entre os dois países em períodos históricos recentes. Observou-se também que os referidos enunciados funcionam como bens e instrumentos de poder simbólico, operando na conformação de problemáticas legítimas e visões de mundo que se pretendem universais, mas que refletem particularismos históricos e culturais dos EUA.

A partir da retomada do problema de pesquisa, verifica-se que a recorrente utilização de categorias oriundas da ciência política norte-americana no debate intelectual brasileiro sobre “democracia” revela não apenas a força do capital simbólico dos autores estadunidenses selecionados, mas também evidencia a estrutura hierarquizada e hierarquizante do domínio intelectual transnacional. A análise da obra “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, permitiu aplicar o esquema analítico bourdieusiano e identificar operações sociais específicas — seleção, marcação e leitura/interpretação — que viabilizam a avaliação da inserção e legitimação do livro no Brasil, evidenciando a atuação de mediadores, editoras e redes acadêmicas que sustentam esse fluxo.

Relacionando os achados à literatura, confirma-se o que apontam Bourdieu (2002), Lacroix (1994), Sapiro (2012; 2016), Grynszpan (2012; 2016), Grill (2023) e Reis (2021; 2023): a circulação internacional de ideias é permeada por relações de dominação simbólica, em que modelos centrais são importados e se impõem como padrões universais, muitas vezes tidos como naturalizados. A importação desses referenciais teóricos afastados de seus contextos de produção, sem o devido deslocamento crítico e sem a devida avaliação histórica, tende a reforçar dependências e posições periféricas, além de limitar a produção de categorias analíticas enraizadas nas especificidades históricas e sociais brasileiras.

Como sugestões para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de ampliar o escopo empírico para além da ciência política, investigando como outras áreas das ciências sociais brasileiras se apropriam de categorias produzidas em contextos centrais. É igualmente relevante realizar estudos comparativos com outros países latino-americanos, para compreender como se configuram diferentes estratégias de recepção e resistência a modelos teóricos reconhecidos como hegemônicos. Ademais, investigações que abordem as novas formas de mediação digital na circulação internacional de ideias poderiam contribuir para atualizar a compreensão desse fenômeno.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se o recorte temporal restrito ao período de 2018 a 2022, que, embora justificado pela atualidade e relevância do contexto político analisado, não permite capturar processos históricos de maior duração. Além disso, a escolha de uma única obra para análise aprofundada das operações sociais, ainda que metodologicamente consistente, deixa de abranger outros autores e textos igualmente relevantes no debate sobre os enunciados da “crise da democracia”.

Em síntese, o estudo reafirma a importância da “vigilância epistemológica” (Lacroix, 1994; Bachelard, 1996) no campo acadêmico brasileiro, como forma de problematizar a importação de conceitos e teorias oriundos de conjunturas centrais de produção intelectual. Reconhecer a historicidade, a localização social dos enunciados sobre “crise democrática” e os perfis dos agentes envolvidos nas operações de circulação internacional de ideias são passos fundamentais para construir análises mais autônomas e coerentes, capazes de dialogar criticamente com a produção internacional e, ao mesmo tempo, ancoradas nas realidades nacionais e regionais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWITZ, Alan I. **The Disappearing Center: Engaged Citizens, Polarization, and American Democracy**. New Haven: Yale University Press, 2010.

_____. **The Great Alignment: Race, Party Transformation, and the Rise of Donald Trump**. New Haven, CT: Yale University Press, 2018.

ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581988000100001>. Acesso em: 04 ago. 2025.

_____. A crise brasileira. Site pessoal, 2019. Disponível em: <https://sergioabranches.com.br/noticias/politica/a-crise-brasileira/>. Acesso em 20 abr 2025.

_____. A democracia representativa está em transição. **Blog do Luciano Trigo**, G1, 6 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/blog/luciano-trigo/post/2018/10/06/a-democracia-representativa-esta-em-transicao.ghtml>. Acesso em 21 abr 2025.

_____. Crise do presidencialismo de coalizão: os desafios da governabilidade democrática". **Fundação FHC**, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/debate/crise-do-presidencialismo-de-coalizao-os-desafios-da-governabilidade-democratica-4/>. Acesso em 21 abr 2025.

ABREU, Sávio da Silva. ALVES, Taís de Cássia Badaró. O ocaso da democracia? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 67, p. 1-4, set. 2018. DOI: 10.1590/1678-987318266710.

ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. Democracia em fase terminal nas Américas? Comentários sobre “Como as Democracias Morrem”. **Revista Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 131-139, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.31068/tp.28206>.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo, democracia e governo no Brasil: idéias, hipóteses e evidências. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 51, 2001.

_____. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 90, p. 25-36, jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/wjz3y4Kx6fXgQZLrVwGk7wF/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

_____. "A experiência democrática recente: resultados e percepções". **Academia.edu**, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/12952331/A_EXPERI%C3%8ANCIA_DEMOOCR%C3%81TI

[CA RECENTE RESULTADOS E PERCEP%C3%87%C3%95ES](#). Acesso em 19 mar 2025.

_____. "Em busca do centro perdido". **Novos Estudos Cebrap**, 2017. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2017/06/EM-BUSCA-DO-CENTRO-PERDIDO-Maria-Herm%C3%ADnia-Tavares-de-Almeida.pdf>. Acesso em 20 mar 2025.

_____. "Reformismo democrático em tempos de crise". Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 22, p. 189-205, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4FCJ775m4ysrPKB6vWCyxRQ/?lang=pt>. Acesso em 20 mar 2025.

AMADO, Guilherme. Autores de “Como as democracias morrem” comparam pós-Trump e pós-Jair. **Portal Metrôpoles**, 18 de out de 2023. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/colunas/guilherme-amado/autores-de-como-as-democracias-morrem-comparam-pos-trump-e-pos-jair>. Acesso em 06 fev 2025.

AMORIM, Felipe Colla. Convênio Ford-IUPERJ: modernização conservadora e Guerra Fria. **Dissertação (Mestrado em Ciência Política)** – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2021.

APPLEBAUM, Anne. **Twilight of Democracy: The Seductive Lure of Authoritarianism**. New York: Doubleday, 2020.

A recessão democrática: o sistema político de maior sucesso da história da humanidade está em crise em vários países – mas é o único regime capaz de se recuperar. **Revista O Globo**. v. Março/2014. Disponível em: <https://epoca.globo.globo.com/ideias/noticia/2014/03/brecessao-bdemocratica.html>. Acesso em 15 jun 2023.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970)**. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Estela dos Santos Abreu [Trad.]. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.

BADIE, Bertrand. HERMET, Guy. **Política comparada**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica: 1993.

BADIE, Bertrand; BIRNBAUM, Pierre. Sociología del Estado: nuevas interpretaciones. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 140, pp.187-201. Paris: 1994.

BALL, Terence. American Political Science in its Potswar. In: FARR, J. & SEIDELMAN, R. **Discipline and History: Political Science in the United States**. Ann Arbor: University of Michigan Press. 1993.

BEZERRA, Marcos Otavio. **Corrupção. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

_____. Corrupção e produção do Estado. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 14, n. 27, p. 99–130, 23 Fev 2017 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/6407>. Acesso em: 14 jun 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. A força da representação. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Sergio Miceli (trad.). São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Descrever e Prescrever: As Condições de possibilidade e os Limites da Eficácia Política. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Sergio Miceli (trad.). São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Dois imperialismos. In: **Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder**. Org. Daniel Lins, Loic Wacquant. Trad. Rachel Gutierrez. Campinas, SP: Papirus, 2013.

_____. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

_____. **Meditações pascalianas**. Sergio Miceli (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Modos de Dominação. In: BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Segunda Edição. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. O camponês e seu corpo. Uma classe objeto. In: BOURDIEU, Pierre. **O baile dos celibatários**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2021.

_____. Uma antinomia da noção de protesto coletivo. In: FOXLEY, A. (et al). **Desenvolvimento e Política**. São Paulo: Vértice, 1988.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 7 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. WACQUANT, Loïc, "Prefácio: Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista". In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Estratégias de Reprodução das Elites Políticas e Intelectuais no Brasil em fins do XIX. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, p. 163–188, 24 Jan 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13303>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRADNER, Eric. 5 surprising lessons from Trump's astonishing win. **CNN Politics**, 9 nov 2016. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2016/11/09/politics/donald-trump-wins-biggest-surprises>. Acesso em 04 abr 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 6281 / DF – DISTRITO FEDERAL**. EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 43, CAPUT, E 57, CAPUT E § 1º, I, DA LEI N. 9.504/1997. PROPAGANDA ELEITORAL PAGA EM PERIÓDICOS IMPRESSOS E NA INTERNET. LIMITAÇÕES IMPOSTAS POR LEI. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. Relator Min. Nunes Marques. Data de Julgamento: 17/02/2022. Data da Publicação: 26/05/2022. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur464943/false>. Acesso em 25 fev 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, ADPF 572 / DF - DISTRITO FEDERAL**. Ementa: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ADPF. PORTARIA GP Nº 69 DE 2019. PRELIMINARES SUPERADAS. JULGAMENTO DE MEDIDA CAUTELAR CONVERTIDO NO MÉRITO. PROCESSO SUFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. INCITAMENTO AO FECHAMENTO DO STF. AMEAÇA DE MORTE E PRISÃO DE SEUS MEMBROS. DESOBEDIÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE NAS ESPECÍFICAS E PRÓPRIAS CIRCUNSTÂNCIAS DE FATO EXCLUSIVAMENTE ENVOLVIDAS COM A PORTARIA IMPUGNADA. LIMITES. PEÇA INFORMATIVA. ACOMPANHAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. SÚMULA VINCULANTE Nº 14. OBJETO LIMITADO A MANIFESTAÇÕES QUE DENOTEM RISCO EFETIVO À INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO. PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA. Relator Min. Edson Fachin. Data de Julgamento: 18/06/2020. Data de Publicação: 07/05/2021. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur436475/false>. Acesso em 25 fev 2025.

BRENNAN CENTER FOR JUSTICE. **Gerrymandering and Fair Representation**. Disponível em: <https://www.brennancenter.org/issues/gerrymandering-fair-representation>. Acesso em: 05 ago. 2025.

CAMARGO, Aspásia. **Aspásia Camargo IV (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2019.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. **The American Voter**. 1. ed. New York: Wiley, 1960.

CANEDO, Leticia. Les boursiers de La Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes. **Cahiers de la recherche sur l' éducation et les savoirs**, hors -série n 2, juin, 2009.

_____. A Fundação Ford e as ciências sociais no Brasil: o papel dos program officers e dos beneficiários brasileiros para a construção de novos modelos científicos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 92, p. 3–40, 2021.

CANÊDO, Leticia et. al. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Préface. In: BOYER, Henri. **L'écrit comme enjeu**. Paris: Didier/Credif, 1988. p. 5-7.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio Madureira. **Por outra história das elites: a prosopografia ou a biografia coletiva**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

CHAVES, Wanderson. A Fundação Ford e o Departamento de Estado Norte-Americano: a montagem de um modelo de operações no pós-guerra. **Revista Fluxo Contínuo**, n. 5, p. 55–71, jul./dez. 2020.

CRAVEIRO, Rodrigo. Autor de 'Como as democracias morrem' faz alerta sobre autoritarismo de Bolsonaro. **Correio Braziliense**, 18 de jul de 2022. <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2022/07/5022819-autor-de-como-as-democracias-morrem-faz-alerta-sobre-autoritarismo-de-bolsonaro.html>. Acesso em 05 fev 2025.

CRAMER, Katherine J. **The Politics of Resentment: Rural Consciousness in Wisconsin and the Rise of Scott Walker**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

COMPANHIA DAS LETRAS ASSUME CONTROLE DA EDITORA ZAHAR. **Portal G1**, 03 out 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/03/companhia-das-letras-assume-controle-da-editora-zahar.ghtml>. Acesso em 10 abr 2025.

CORADINI, Odaci. A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173921/001061451.pdf?sequence=1>. Acesso em 08 abr 2025.

_____. Efeitos da educação formal, categorias ocupacionais e posição social. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 29, Número 2, Maio/Agosto 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/112215>. Acesso em 14 jun 2025.

CORADINI, Odaci Luiz; REIS, Eliana Tavares dos. Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, p. 9–18, 2012.

COSTA, Homero. **Recessão democrática**. Núcleo de estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP. São Paulo: 2022. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neamp/downloads/recessao_democratica.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. [Resenha]. **Conexão Política**, Teresina, v. 9, n. 1, 2020.

DANIEL ZIBLATT. Harvard University. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/dziblatt/home/>. Acesso em 14 jun 2023.

DÉZALEY, Yves. MADSEN, Mikael. Espaços de poderes nacionais, espaços de poderes internacionais, estratégias cosmopolitas e reprodução das hierarquias sociais. In:

DEZALAY, Yves; GARTH, Bernard. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 163-175, 2000.

_____. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo v. 30, n. 89, p. 15–30, 2015.

DIAMOND, Larry. **Facing Up to the Democratic Recession**. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 141-155, jan. 2015.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

DUBAR, Claude. Crises do militantismo e da representação partidária. In: DUBAR, C. **A crise das identidades. A interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamento. 2006.

DUVERGER, Maurice. **Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State**. 1. ed. New York: Wiley, 1954.

DYER, Caio de Mesquita; SOTER, Eduardo Rodrigues. Resenha crítica do livro “Como as democracias morrem” de Daniel Ziblatt e Steven Levitsky. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 5, n. 12, p. 324-330, set./dez. 2018.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 2: A formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993b.

ENGELMANN, Fabiano. Movimentos internacionais anticorrupção, lutas políticas e judiciais no espaço nacional. In: **Justiça e poder político: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; CEGOV, 2021. p. 53-71.

FACING UP TO THE DEMOCRATIC RECESSION: O ARTIGO HISTÓRICO DE LARRY DIAMOND. **Casas da Democracia**. Disponível em: <https://www.democracia.org.br/facing-up-to-the-democratic-recession-o-artigo-historico-de-larry-diamond/>. Acesso em 14 jun 2023.

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. **Revista de Sociologia e Política**. nº 15. P. 97-110. 2000.

FORJAZ, Maria Cecília. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997.

FREITAS, Rosa Maria. No limiar da democracia: Resenha crítica do livro "Como as democracias morrem". **Migalhas**, 2 out. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/416434/no-limiar-da-democracia-resenha-do-livro-como-as-democracias-morrem>. Acesso em: 04 fev 2025.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.

_____. **Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

FURTADO, Érika. GÓES, Guilherme. A relação entre o Direito e a Guerra na Constituição do estado e o conflito entre Israel e Palestina. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. 37. n. 79, jan-abr. 2022. p. 118-133.

GARCIA, Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. **Actes de la recherche em sciences sociales**. Vol 98, juin 1993. Dex empires aux nations. p. 20-33.

GRILL, Igor Gastal. A ação coletiva dos dominantes: notas sobre uma agenda de pesquisas sobre “organizações patronais”. In: **Revista Pós Ciências Sociais**. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. v.7. n. 13. São Luís: EDUFMA, 2010.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. Estudos sobre “elites”: diversificação da agenda de pesquisas e os sentidos da “coletânea”. In: **Estudos de elites e formas de dominação**. GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. (Org.). São Leopoldo: Oikos, 2020.

GRILL, Igor Gastal. REIS, Eliana Tavares dos. Dos campos aos domínios das elites no Brasil. **TOMO**, n. 32, 2018.

GRYNSZPAN, Mario. Por uma sociologia histórica da circulação e da recepção de textos: Robert Michels e sociologia dos partidos políticos nos Estados Unidos. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 11-30, nov. 2012

_____. Do pessimismo ao pluralismo político: apropriações da teoria das elites nos Estados Unidos. In: REIS, E. T.; GRILL, I. G. (org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EdUFMA, 2016, p. 49-79.

GUILHOT, Nicolas. Os profissionais da democracia em ação. In: LINS, Daniel; WACQUANT, Loic. (Org.). **Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder**. Editora Papyrus, 2003.

GUIMARÃES, Natalia Cordeiro. Resenha - Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. How democracies die. Broadway Books, 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 30, p. 315–322, set. 2019.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/SXhFQ4nwXKrLsnmGg7YYPyx/#:~:text=Nele%2C%20o%20magnata%20falharia%20em,e%20realidades%20de%20cada%20localidade>. Acesso em 05 jun 2025.

HASEN, Richard L. **Election Law: Cases and Materials**. 1. ed. New York: Foundation Press, 2016.

HELLER, Eva. **A Psicologia das Cores: Como as cores afetam a emoção e a razão**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2012

HISTÓRIA. **Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP**. Disponível em: <https://50anos.iesp.uerj.br/historia/>. Acesso em 14 jun 2025.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right**. New York: The New Press, 2016.

KAZIN, Michael. **The Populist Persuasion: An American History**. Revised Edition. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2017.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política Brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 1, p. 79–98, 2010. DOI: 10.1590/S0103-20702010000100005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/12628>. Acesso em: 10 jul. 2025.

_____. A gênese da ciência política brasileira. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 103, p. 111–145, 2018.

KEY, V. O., Jr. **Politics, Parties, and Pressure Groups**. 1. ed. New York: Crowell, 1964.

LACROIX, Bernard. *La crise de la démocratie représentative en France: éléments pour une discussion sociologique du problème*. Paris: **Scalpel**, v. 1, p. 6-29, 1994.

LAGROYE, Jacques. L'institution em pratiques. **Revue suisse de Science politique**. Vol VIII, n° 3-4. Décembre 2002.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Entrevista com Adam Przeworski. In: **Estudos Históricos**. 27(53), 207–214. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000100010>. Acesso em 12 fev 2025.

LEITE, Fernando. O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural. **Tese (Doutorado em Ciência Política)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LEME, Nelson Paes. Artigo: Como as democracias morrem. **Jornal O Globo**, 14 de out de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-como-as-democracias-morrem-24013713>. Acesso em 03 mar 2025.

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. In: Serge Paugam (coord). **A pesquisa sociológica**. Francisco Morás (trad.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

LEOPOLD, David. Analytical Marxism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2022 Edition, Edward N. Zalta & Uri Nodelman (ed.). Stanford: 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/marxism-analytical/>. Acesso em 06 fev 2025.

LEPORE, Jill. **These Truths: A History of the United States**. New York: W. W. Norton & Company, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVITSKY, Steven. Como morrem as democracias? **Fundação FHC**, 08 de ago de 2018. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/debate/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky-4/>. Acesso em 05 fev 2025.

LILLA, Mark. **The Once and Future Liberal: After Identity Politics**. New York: Harper, 2017.

LONDON Review Books. **David Runciman**. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/contributors/david-runciman?sort=oldest>. Acesso em 05 fev 2025.

LOWI, Theodore J. O Estado e a Ciência Política ou Como nos convertemos naquilo que estudamos. In: **BIB**. Nº 38, 2º Semestre. Rio de Janeiro: 1994.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O Populismo Reacionário: Ascensão e Legado do Bolsonarismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MACHADO, Ida Lúcia. O prefácio visto como uma prática discursiva em que diferentes vidas e obras se entrecruzam. In: **Revista Estudos Linguísticos**. V. 43 (3), set-dez. São Paulo: 2014.

MACHADO, Ricardo. Em 2018, eleição da extrema direita não foi exceção à história do Brasil e eventual vitória contra Bolsonaro não implica retorno à normalidade. Entrevista especial com Bernardo Ricupero. **Combate ao Racismo Ambiental**. 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/07/27/em-2018-eleicao-da-extrema-direita-nao-foi-excecao-a-historia-do-brasil-e-eventual-vitoria-contrabolsonaro-nao->

[implica-retorno-a-normalidade-entrevista-especial-com-bernardo-ricupero/](#). Acesso em 05 mar 2025.

MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 7–38, 2016.

MEDVETZ, Tom. Think Tanks as an Emergent Field. **Social Science Research Council**, Oct. 2008. Disponível em: <https://www.ssrc.org/publications/think-tanks-as-an-emergent-field/>. Acesso em 04 mar 2025.

MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp/Vértice/Finep, 1989.

_____. **A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Sumaré/Idesp, 1990.

_____. A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (ed.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo, Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920 – 1945**. São Paulo: Difel. 1979.

MIGUEL, Luis Felipe. **A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo**. Revista de Ciências Sociais. Vol. 45, nº 3, Rio de Janeiro, 2002, pp. 483 a 511.

_____. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2019.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg (trad.). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2018.

MOREIRA, Paula Gomes. PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (org.) Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 352 p. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 47–48, 2012. DOI: 10.12957/rmi.2012.5917. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/5917>. Acesso em: 16 jun 2025.

MUNIZ, Mariana. Witzel: radicais de Bolsonaro e Lula devem ler ‘Como democracias morrem’. **Revista Veja**, 12 de nov de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/witzel-radicaais-de-bolsonaro-e-lula-devem-ler-como-democracias-morrem/>. Acesso em 06 fev 2025.

NEIBURG, Federico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**. São Paulo: EDUSP, 1997.

NEUVEU, Erik. Introduction. In: _____, **Sociologie politique des problèmes publics**. Paris: Armand Colin, 2015.

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia: Razões da Revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. A Ciência Política no Brasil: uma análise a partir dos artigos acadêmicos (1966–2015). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22, p. 7–41, 2017.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NÓBREGA, Leonardo. A tradução de livros de ciências sociais no Brasil: uma análise das publicações da Zahar Editores (1957-1984). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 36, nº 107, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gZQwQzbcpvMw4KC4mPRfSgf/>. Acesso em 10 fev 2025.

OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Montchresten, 1998.

_____. **Sociologie des organisations patronales**. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

ORNAGHI, Tiago. O charme discreto do novo modelo. **Revista Folha**. Edição de 16/11/2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1611200303.htm>. Acesso em: 15 jun 2023.

PASSOS, Cristhian Rêgo. MENDES, Karine Késsia de Sousa Félix. GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. 2022. “Os caminhos da democracia brasileira: lições das perspectivas de poliarquia de Robert Dahl e de democracia dialógica de Anthony Giddens”. In: **Revista de Estudos Sociais** 81: 59-74. <https://doi.org/10.7440/res81.2022.04>

PEREIRA, Ana. A democracia e seus guardiões: reflexões sobre Levitsky e Ziblatt. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 219-230, jan./abr. 2018.

PIB dos municípios mostra que economia do país continuou a se desconcentrar em 2021. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38683-pib-dos-municipios-mostra-que-economia-do-pais-continuou-a-se-desconcentrar-em-2021#:~:text=Os%20maiores%20valores%20do%20PIB,sul%20de%20Goi%C3%AAs%20e%20leste>. Acesso em 27 jan 2024.

PINTO, Louis. Citations et références. Pour une sociologie des habitus académiques. In: **Savoir/Agir**, 54(4), 119-124. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/sava.054.0119>. Acesso em 10 abr 2025.

PINTO, Gustavo. SANTOS, Elisângela. SANTOS, Patrícia. Democracia e Formação em Ciência Política: Uma Análise dos Projetos Pedagógicos de Curso. **Revista Debates**. v. 18, n. 03, p. 106-124. Set-Dez. Porto Alegre: 2024.

POLITIX Dossier. Trajectoires de la notabilité. **Politix: Revue des sciences sociales du politique**. Vol. 17, n. 67, 2004.

PONTES, Heloisa; ROSATTI, Camila Gui; REIS, Eliana Tavares dos. GÊNERO E Cultura nas Ciências Sociais Brasileiras: Depoimento de uma pesquisadora com nome próprio. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 34, p. 101–128, 3 Ago 2020 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/14691>. Acesso em: 15 jun 2025.

PROFESSOR DAVID RUNCIMAN. Department of Politics and International Studies (POLIS). **University of Cambridge**. In: https://www.polis.cam.ac.uk/Staff_and_Students/professor-david-runciman. Acesso em: 10 fev 2025.

PROJETO COMPROVA. O que foi a Operação Lava Jato. **CNN**, 19 de out de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>. Acesso em 04 abr 2025.

QS WORLD UNIVERSITY RANKINGS 2024-2025. Disponível em: <https://www.hotcourses.com.br/study/rankings/qs-world.html>. Acesso em 15 fev 2025.

REIS, Eliana Tavares dos. Intelectuais europeus: transações culturais, circulação de ideias e disputas em torno da definição de “intelectual” (Resenha do livro L’espace intellectuel en Europe). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p. 1–5, 2018.

REIS, Eliana Tavares dos. BARREIRAS, Irllys. A “força da representação”: pesquisando mulheres em domínios políticos e culturais. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 34, 2020.

REIS, Eliana Tavares dos. GRILL, Igor Gastal. Mirada Reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites. In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. **Estudos sobre elites política e culturais**. V. 2. São Luís: EDUFMA, 2016.

_____. Transações ‘em nome da democracia’: ‘causas’, porta-vozes e modalidades de intervenção a partir de fundações partidárias alemãs no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 288–324, 24 Ago 2023 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/22098>. Acesso em: 11 ago 2025.

_____. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre política e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

REIS, Eliana Tavares dos; PULICI, Carolina Martins. Bens simbólicos e “causas legítimas” em trânsito internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 28, p. 1–24, 2019.

REIS, Eliana Tavares dos; PULICI, Carolina Martins. Bens simbólicos e ‘causas legítimas’ em trânsito internacional. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 224–239, 24 ago 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/22089>. Acesso em: 14 maio 2025.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, fev. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/TMdrp9cZXDj8T9fdDqgnFXH/>. Acesso em 10 jun 2025.

REIS, Fabio Wanderley. **O tabelão e a lupa Teoria, método generalizante e idiografia no “contexto brasileiro”**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319649941_O_Tabelao_e_a_Lupa_-_Debate_metodologico_na_Anpoes. Acesso em 20 jul 2025.

RENATO AGUIAR. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/05441/renato-aguiar?srsltid=AfmBOopUq9GrKVEEx_yHspDk90w_O4liQPyBm2yvr5lbRhQYMcs1GYZwv. Acesso em 14 fev 2025.

REZENDE, Maria José. A democratização como um processo de distribuição, deslocamento e equilíbrio de poder em Norbert Elias. *In: Reflexión Política*, vol. 14, núm. 27, 2012, pp. 38-53. Universidad Autónoma de Bucaramanga. Bucaramanga: Colombia, 2012.

RICCO, Miriam dos Santos; NETO, Tomaz Espósito; PAZ, Janieli Vasconcelos da. Levitsky, Steven & Ziblatt, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. [Resenha]. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 12, e57438, 2021. DOI: 10.12957/rmi.2021.57438.

RICUPERO, Bernardo. A volta da normalidade. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620445-a-volta-da-normalidade-artigo-de-bernardo-ricupero>. Acesso em 04 mar 2025.

ROSENFELD, Denis. **O que é democracia**. Tatuapé, SP: Editora Brasiliense, 1994.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTOS, Carlos. How Democracies Die: um alerta para o Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 1-10, jul./dez. 2021.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A Democracia Impedida: o Brasil no Século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

_____. **Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Quem vai dar o golpe no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de Intervenção Política dos Intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 1 Jan 2012. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/990>. Acesso em 10 jan 2025.

_____. Americanização das ciências humanas e sociais francesas? **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 17–49, jul./dez. 2016.

_____. Americanização das Ciências Humanas e Sociais francesas? Cartografia das traduções do inglês, alemão e italiano para o francês (2003-2013). **Sociologias**, [S. l.], v. 25, n. 62, p. e-soc127857, 2023. DOI: 10.1590/18070337-127857pt. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/127857>. Acesso em: 03 jul 2025.

SCHARGEL, Sergio. Manuais para matar uma democracia: uma resenha de “Como as democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt e “Como a democracia chega ao fim”, de David Runciman. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, v. 5, n. 1, p. 01-04, 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. O IUPERJ e as Ciências Sociais no Brasil. Simon's Site. Site e blog de Simon Schwartzman. Disponível em: <https://www.schwartzman.org.br/simon/iuperj.htm#:~:text=%2D%20amplia%C3%A7%C3%A3o%20e%20consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20C3%A1reas%20de,em%20acordos%20e%20trabalhos%20de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20com>. Acesso em 10 jun 2025.

SIGAL, Silvia. Intelectuais, Política e Cultura na Argentina. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 6 Set 2012 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/991>. Acesso em: 27 ago 2025.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Processos de socialização, práticas de cultura e legitimidade cultural. **Revista Estudos de Sociologia**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, v. 15, n. 28, pp. 19-35, 2010.

SILVA, Franklin Lopes. A RECIPROCIDADE DO DESINTERESSE: uma antropologia da edição no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 6 Set 2012 Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1032>. Acesso em: 15 jun 2025.

SILVA, Helder Souza da. Erosão da democracia brasileira e o perfil autocrata: Uma resenha de “Como as democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. **Primeiros Estudos — Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, e00114002, 2024. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v11i1pe00114002.

SILVA, João. Democracia em crise: uma análise de "Como as Democracias Morrem". **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2021.

SNYDER, Timothy. **On Tyranny: Twenty Lessons from the Twentieth Century**. New York: Tim Duggan Books, 2017.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp / ComArte, 2010. 486 p.

STEVE LEVITSKY. *Curriculum Vitae*. **Harvard University**. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/levitsky/home>. Acesso em 15 jun 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas eleitorais**. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

TV SENADO. **Democracia para sempre**. Youtube, 18 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FpBHKAzQLJs>.

VILLAS-BOAS: POSTS PRÉ JULGAMENTO DE LULA TIVERAM PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO. **UOL**, São Paulo. 10 fev 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/10/villas-boas-posts-lula-ajuda-cupula-exercito.htm#:~:text=O%20general%20Eduardo%20Villas%20B%C3%B4as%20revelou%20que%20as%20postagens%20pol%C3%A1micas,express%C3%A3o%20de%20suas%20opini%C3%B5es%20pessoais..> Acesso em 06 mar 2025.

WHAT WE DO. David Rockefeller Center for Latin American Studies. Harvard University. Disponível em: <https://drclas.harvard.edu/what-we-do/>. Acesso em 15 jun 2023.

WELLE, Deutsche. Polarização extrema mata a democracia. **Carta Capital**, 22 de jan de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/polarizacao-extrema-mata-a-democracia/>. Acesso em 06 fev de 2025.

WONG, Edward. SCHWARTZ, Mattathias. National Endowment for Democracy Sues Top Trump Aides Over Funding Freeze. **The New York Times** (em inglês). ISSN 0362-4331. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/03/05/us/politics/ned-lawsuit-funding-freeze.html>. Acesso em 6 de março de 2025.